



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 035

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 02 DE MAIO DE 2005

ANO XXX

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PP

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Dobrandino da Silva
Líder da Oposição	Valdir Rossoni
PTB	Carlos Simões
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PP	Cida Borghetti
PT	Tadeu Veneri
PDT	Barbosa Neto
PL	Mauro Moraes
PPS	Waldir Leite

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cleiton Kielse - Delegado Braddock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PP** - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Cesar Seleme - Geraldo Cartário; **PTB** - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **Sem Partido** - 01: Luiz Carlos Martins.

SUMÁRIO**SESSÃO 033 02****Lista de presenças..... 02****Expediente:**

Mensagens 03

Ofícios..... 05

Indicações 05

Requerimentos 06

Projetos de Lei 15

Projeto de Lei Complementar 25

Grande Expediente - Dia do Imigrante**Polonês no Paraná**

Composição da Mesa 26

Pronunciamentos:

Dep. Neivo Beraldin..... 26

Prof. Paulo Heeren 26

Sr. Jacek Padée 27

Sra. Luiza Paredes Czerwonka.. 28

Sr. Orlando Pessuti 29

Encerramento da Sessão Solene..... 30**Reinício da Sessão Ordinária 30****Pequeno Expediente:**

Dep. Barbosa Neto 30

Dep. Rafael Greca 32

Dep. Elton Carlos Welter 32

Dep. Ailton Araújo 33

Dep. Tadeu Veneri..... 35

Horário das Lideranças:

Liderança do PFL: Dep. Elio

Rusch 35

Liderança do PT: Dep. Natálio

Stica 36

Liderança do PSDB: Dep. Valdir

Rossoni..... 38

Liderança do PMDB: Dep. Nereu

Moura..... 41

Liderança do PDT: Dep. Barbosa

Neto..... 31

Liderança da Oposição: Dep.

Valdir Rossoni..... 40

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente42

Discussão / Votação43

1ª Discussão43

2ª Discussão43

3ª Discussão43

Redação Final43

Discussão Única44

Requerimentos44

Explicações Pessoais

Deputado José Domingos

Scarpellini.....49

Ordem do Dia da próxima Sessão50**Transcrições.....50****Publicações**

Diretoria Geral.....51

Despacho56

Atas de Comissão56

Comissão de Constituição e

Justiça56

035ª SESSÃO ORDINÁRIA

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 035ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
02 DE MAIO DE 2005**

(segunda-feira)

Presidência do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, secretariada pelos Srs. Deputados Carlos Simões e Delegado Braddock.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida

Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Delegado Braddock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (46). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Pedro Ivo Ilkiv, Reni Pereira, Chico Noroeste, Elza Correia, Luiz Carlos Martins, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães e Ratinho Júnior (08).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO ORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Mensagens

MENSAGEM Nº 015/2005

Curitiba, 27 de abril de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito interna até o equivalente, em reais, a US\$60.000.000,00 (sessenta milhões de dólares norte-americanos), com o Banco do Brasil S/A, na modalidade de subempréstimo de recursos externos oriundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para financiamento do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Sul do Brasil (PRODETUR/SUL), no âmbito do Estado do Paraná.

O anteprojeto de lei visa viabilizar a implantação do PRODETUR/SUL no Estado do Paraná, destacando que este Programa está sendo concebido pelo Governo Federal, por intermédio do Ministério do Turismo, e tem como objetivo geral, recuperar a participação da economia da Região Sul no PIB brasileiro pela dinamização das atividades econômicas dos Estados do Sul (Rio

Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) e de diversificação econômica na parte sul do Mato Grosso do Sul, por meio do incentivo às atividades turísticas que promovam, entre outras, a recuperação dos destinos consolidados e em estágio ou com risco de degradação, a ampliação das oportunidades de trabalho e de geração de renda e divisas, e a melhoria da qualidade da oferta turística da região.

Cabe ressaltar que a PRODETUR/SUL objetiva, especificamente, a implementação de projetos integrados de desenvolvimento do turismo sustentável nos corredores regionais, que abrangem os roteiros ou circuitos turísticos, alinhados aos eixos nacionais de integração e desenvolvimento, de forma a aumentar a receita decorrente do turismo, bem como a priorização, com base em critérios sustentáveis, de áreas com alto grau de atratividade natural, cultural e étnica, buscando alcançar nelas, a condição de destino turístico consolidado.

Para a fase de negociação do Programa, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em conjunto com o Ministério do Turismo, solicitou que os Estados destacassem uma área prioritária para ser desenvolvido um Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS), tendo como condicionante, que a área deveria ter uma cidade-pólo como turismo internacional consolidado e um entorno com potencial de ampliação das atividades turísticas. Com esse perfil, no Estado do Paraná, encaixou-se o Município de Foz do Iguaçu e região de Itaipu até o Município de Guaíra.

A partir da aprovação do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) da área prioritária (Foz do Iguaçu e região), e tão logo o Contrato de Empréstimo para financiamento do PRODETUR/SUL, seja celebrado entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco do Brasil S/A, o Governo do Estado poderá definir novas áreas e locais para a implantação do Programa, em observação às condicionantes estabelecidas pelo BID para a sua implantação.

O Plano para Foz do Iguaçu e região, prevê o retorno de visitantes a um número próximo de 1,5 milhões de turista/ano, com um aumento de gasto médio/dia e no tempo de permanência.

O PRODETUR/SUL, possui um cronograma de execução de quatro anos e previsão de início para o primeiro semestre de 2005.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) **ROBERTO REQUIÃO**

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito interna até o equivalente, em

reais, a US\$60.000.000,00 (sessenta milhões de dólares americanos), com o Banco do Brasil S/A, na modalidade de subempréstimo de recursos externos oriundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para financiamento do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Sul do Brasil - PRODETUR/SUL, no âmbito do Estado do Paraná.

Parágrafo Único. Os prazos de carência e amortização, a taxa de juros e demais encargos adicionais referentes à operação de crédito autorizada por este artigo, obedecerão as normas estabelecidas pelas autoridades monetárias encarregadas pela política econômica e financeira da União, observadas as condições propostas pelo Agente Financeiro.

Art. 2º O Poder Executivo fica autorizado a vincular, como contragarantias à garantia da União, as cotas de repartição constitucional prevista nos artigos 157 e 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no artigo 155, em combinação com o parágrafo 4º do artigo 167, da Constituição da República, e bem assim outras garantias em direito admitidas.

Art. 3º Deverão ser consignadas, anualmente, dotações próprias no Orçamento Geral do Estado para o pagamento do serviço da dívida decorrente da operação de crédito autorizada por esta lei.

Art. 4º Fica ainda o Poder Executivo autorizado a:

I - firmar contratos, aditivos e outros instrumentos públicos e particulares necessários à obtenção da operação de crédito e à outorga das garantias e contragarantias de que trata esta lei;

II - firmar acordos, convênios e contratos necessários à implementação do referido Programa;

III - consignar anualmente e abrir créditos adicionais respectivos no Orçamento Geral do Estado vigente, até o valor da operação contratada, inclusive sua contrapartida, utilizando como recurso as formas previstas no parágrafo 1º, do artigo 43 da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964, para atendimento das despesas do Programa.

Parágrafo Único. Os contratos, aditivos e outros instrumentos públicos e particulares de que trata o inciso I do artigo serão previamente submetidos à aprovação da Secretaria de Estado da Fazenda e da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, ouvida em seguida a Procuradoria Geral do Estado.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 016/2005

Curitiba, 27 de abril de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa. para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o

incluso anteprojeto de lei que objetiva oferecer mecanismos eficazes às autoridades policiais, com vistas ao combate à criminalidade, que vem se alastrando com tal intensidade, que passa a exigir, para sua solução, não somente o concurso do Poder Público, mas, também da sociedade.

É notório que o Estado, por si só, não dispõe dos recursos necessários para a efetiva investigação e elucidação do gigantesco número de fatos delituosos com que se defronta cotidianamente, razão pela qual propõe-se, através do presente plano de lei, o engajamento da sociedade nesta luta que, em última instância, é de interesse geral. Esta participação da sociedade como se vê no anteprojeto, dar-se-ia em duas pontas: primeiro pelo aporte de recursos financeiros privados para constituir um fundo, cujos recursos terão como destino a premiação dos que derem informações seguras e decisivas para a execução de ações da Segurança Pública.

A medida ora proposta respeita o estado de direito, posto que as recompensas de que trata serão destinadas à efetivação de ações legais de segurança pública, para o cumprimento de ordens de prisão emitidas pelo Poder Judiciário.

Os recursos auferidos, através de doações, serão canalizados para um fundo financeiro-contábil, com aplicação vinculada e específica a seu fim, tendo como órgão gestor um Conselho a ser presidido pelo Secretário de Estado da Segurança Pública, cujos valores unitários das recompensas serão fixados por esse Conselho.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º É instituído o Programa de Recompensa, destinado a estimular a colaboração privada na Segurança Pública, mediante prestação de informações precisas e decisivas na elucidação de fatos investigados pela Polícia.

Art. 2º Qualquer pessoa poderá oferecer recompensa para elucidação definitiva de fatos delituosos, bem como sobre a localização de foragidos da Justiça, com ordem de prisão expedida pelo Poder Judiciário do Estado.

Parágrafo Único. A recompensa poderá ser genérica, para todo e qualquer ato de que trata o *caput* como específica, para aquelas certas e determinadas.

Art. 3º A recompensa será entregue àquele que vier a fornecer informações precisas e determinantes para o efetivo cumprimento do disposto no artigo 2º.

Parágrafo Único. O pagamento da recompensa de que trata esta lei, só será efetuado após o cumprimento da ordem de prisão respectiva.

Art. 4º É garantido ao informante o sigilo de identidade, constituindo infração funcional a divulgação dos nomes, tanto dos particulares titulares da contribuição de recompensa, como dos informantes-beneficiários.

Art. 5º É criado o Fundo de Estímulo à Segurança Pública, cujos recursos serão aplicados exclusivamente no pagamento das recompensas, observado o seguinte:

I - o Fundo será administrado pelo Conselho de Recompensas, presidido pelo Secretário da Segurança e assegurada a participação de representantes da comunidade;

II - os valores unitários das recompensas serão divulgados pelo Secretário da Segurança mediante resolução, após deliberação do Conselho de Recompensas e observados limites fixados em regulamento, ressalvado o direito do titular da contribuição de fixar o valor na hipótese da recompensa específica, prevista no parágrafo único do artigo 2º.

Art. 6º O Poder Executivo fará a regulamentação desta lei, cabendo ao Secretário da Segurança dispor as medidas necessárias à implantação inicial do Programa de Recompensas.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

Ofícios

Sob nº CTL/CC/40/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO o Projeto de Lei nº:

011/2004: De autoria do Deputado Alexandre Curi, que dispõe que todo brinquedo, material escolar ou peças de vestuário infantis apreendidos e encaminhados à Polícia Civil do Estado do Paraná, como produto falsificado, deverá ser doado a instituições médicas e filantrópicas localizadas no Estado do Paraná, o qual foi convertido em Lei nº 14.679. **Anote-se - archive-se.**

Sob o nº CTL/CC/041/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 169/2003, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº 189/2005, do Sr. Waldyr Pugliesi, Secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Valdir Rossoni, que pede esclarecimentos sobre obrigações contratuais das concessionárias de pedágio. **Ao conhecimento do Deputado interessado.**

Sob o nº 165/2005, do Sr. Waldyr Pugliesi, Secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Durval Amaral,

que pede esclarecimentos sobre os gastos da Administração Pública com restauração de rodovias estaduais. **Ao conhecimento do Deputado interessado.**

Sob o nº 164/2005, do Sr. Waldyr Pugliesi, Secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Tadeu Veneri, que pede esclarecimentos sobre obras de recuperação da rodovia Parigot de Souza - PR-092, no trecho entre Jaguariaíva e Wenceslau Braz. **Ao conhecimento do Deputado interessado.**

Sob o nº 179/2005, do Sr. Waldyr Pugliesi, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando uma dilação de 10 dias úteis para a resposta do pedido de informações requerido pelo Deputado Durval Amaral, que pede esclarecimentos sobre processos licitatórios, realizados pelo DER a partir de 01 de janeiro de 2003, com restauração conservação e a manutenção de rodovias. **Ao conhecimento do Deputado interessado.**

Sob o nº 163/2005, do Sr. Waldyr Pugliesi, Secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Waldir Leite, que pede esclarecimentos sobre quantidade movimentada de soja, milho e farelo de soja nos anos de 2002, 2003 e 2004. **Ao conhecimento do Deputado interessado.**

Sob o nº 266/2005, do Sr. Newton Pohl Ribas, Secretário de Estado dos Transportes, em exercício da Agricultura e do Abastecimento, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Waldir Leite, que pede esclarecimentos sobre possíveis prejuízos dos moinhos de trigo do Estado, com redução da alíquota de ICMS. **Ao conhecimento do Deputado interessado.**

Sob o nº 502/2005, do Sr. Claudio Xavier, Secretário de Estado da Saúde, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Tadeu Veneri, que pede esclarecimentos sobre morte no hospital Colônia Adauto Botelho. **Ao conhecimento do Deputado interessado.**

Sob o nº 440/2005, do Sr. Heinz Georg Herwig, Presidente do Tribunal de Contas, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Durval Amaral, que pede esclarecimentos sobre restauração de rodovias estaduais. **Ao conhecimento do Deputado interessado.**

Sob o nº 235/2005, do Sr. Bonejos Demchuk, Desembargador Relator no Tribunal de Justiça, comunicando que nos autos de Mandato de Segurança nº 166759-2 em que figuram como Impetrante Confederação dos Servidores Públicos do Brasil - CSPB e Impe-trado Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. **Ao conhecimento da Casa.**

Indicações

INDICAÇÃO Nº 015/2005

Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião de Mello e Silva, e Exmo. Sr. Secretário dos Transportes, Waldyr Ortêncio Pugliesi:

O Deputado Estadual do Paraná Artagão de Mattos Leão Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, dirige-se a V. Exa, para expor e reivindicar o que segue:

I - Que seja pavimentado por via de ligação asfáltica o trecho que liga o Município de Inácio Martins ao Distrito de Guará (PR-364), com extensão total de 38 quilômetros, que faz ligação com a BR-277.

Sala das Sessões, em 02.05.2005.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O grande tráfego de veículos pesados que escoam a produção agrícola da região, acarreta um desgaste muito grande na malha rodoviária e em especial no trecho sem asfalto.

Conseqüentemente a pavimentação do referido trecho irá melhorar o escoamento da produção que irá beneficiar muitos municípios.

O Município não possui condições financeiras para arcar com mais esta obrigação, haja vista os problemas relacionados à infra-estrutura urbana, a constante preocupação na geração de empregos, como a manutenção de estradas rurais.

Com a pavimentação pelo DER desta estrada com cerca de 38 quilômetros de extensão, toda a malha rodoviária restante da região seria beneficiada, haja vista que ligaria ao Município de Guarapuava, cidade-pólo da região.

Assim, as localidades possuiriam um maior número de investimentos privados e crescimento econômico e, por conseqüência, também uma maior arrecadação estadual.

INDICAÇÃO Nº 016/2005

Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião de Mello e Silva, e Exmo. Sr. Secretário dos Transportes, Waldyr Ortêncio Pugliesi:

O Deputado Estadual do Paraná Artagão de Mattos Leão Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, dirige-se a V. Exa, para expor e reivindicar o que segue:

I - Que seja pavimentado por via de ligação asfáltica o trecho que liga o Município de Altamira do Paraná a Palmital.

Sala das Sessões, em 02.05.2005.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O grande tráfego de veículos pesados que escoam a produção agrícola da região, acarreta um desgaste muito grande na malha rodoviária e em especial no trecho sem asfalto.

Conseqüentemente a pavimentação do referido trecho irá melhorar o escoamento da produção que irá beneficiar muitos municípios.

Além disso, a ligação entre os Municípios de Altamira do Paraná e Laranjal necessita de pavimentação integral, em trecho não superior a 29 quilômetros

enquanto que o trecho entre os Municípios de Laranjal e Palmital, não superior a 35 quilômetros carece de recuperação do asfalto já existente, cujo trabalho deve contemplar o recapeamento e alargamento do acostamento.

Os Municípios não possuem condições financeiras para arcar com mais esta obrigação, haja vista os problemas relacionados à infra-estrutura urbana, a constante preocupação na geração de empregos através de programas de incentivo à industrialização e também, como a manutenção de estradas rurais.

Com a pavimentação pelo DER desta estrada toda a malha rodoviária restante da região seria beneficiada.

Assim, as localidades possuiriam um maior número de investimentos privados e crescimento econômico e, por conseqüência, também uma maior arrecadação estadual.

INDICAÇÃO Nº 017/2005

Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, e Exmo. Sr. Secretário dos Transportes, Waldyr Pugliesi:

O Deputado Estadual do Paraná, Cleiton Kielese, no uso de suas atribuições regimentais, dirige-se a V. Exa, para expor e reivindicar o que segue:

I - Que seja pavimentado por via de ligação asfáltica o trecho que liga os Municípios de Mato Rico a Roncador, com extensão total de 23 quilômetros.

Sala das Sessões, em 02.05.2005.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

O Município de Mato Rico está emancipado há doze anos, e conseqüentemente a pavimentação trará investimentos substanciais de agroindústrias que infelizmente não beneficiam seus produtos dentro do Município, no receio de não poderem escoar as suas safras nos momentos necessários.

Além de que a logística do Estado está sendo aplicada visando as regiões mais carentes em nosso Estado para as cidades de IDH mais baixo.

Assim, aquela região possuirá um maior número de investimentos privados e crescimento econômico e, por conseqüência, também uma maior arrecadação estadual.

Com a certeza que seremos atendidos neste projeto eficiente aos Municípios e ao nosso Estado.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1143

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER preferência de votação para o item 08 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária - Projeto de Lei nº 114/2005 - autoriza a

transferência de recursos provenientes do superávit financeiro do Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN para orçamento próprio do Departamento de Estradas e Rodagem - DER.

Sala das Sessões, em 02.05.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

REQUERIMENTO Nº 1116

Senhor Presidente:

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER destaque para votação em separado da Proposição de Veto nº 059/2004 (Projeto de Lei Complementar nº 688/2003 - Item nº 2 da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 02.05.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1121

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER votação em bloco dos itens 01, 02 e 03 da Ordem do Dia da presente Sessão (proposições de Veto: 028/2003, 059/2004 e 019/2005 respectivamente).

Sala das Sessões, em 02.05.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 1167

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER a inversão de pauta da Ordem do Dia de hoje - 02.05.2005.

Sala das Sessões, em 02.05.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 1157

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Delegado Bradock dirige-se a V. Exa. para REQUERER que fique registrado nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná o Ofício de agradecimento nº 050, oriundo da Comissão de Segurança da Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo.

Sala das Sessões, em 02.05.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

*Assembléia Legislativa do Estado do
Espírito Santo*

Comissão de Segurança

Vitória-ES, 06 de abril de 2005.

OF/SEG Nº 050

Prezado Deputado:

Na qualidade de Presidente da Comissão de Segurança, agradecemos a V. Exa. a receptividade e o apoio recebidos por esta Comissão, na realização dos trabalhos desenvolvidos durante toda a visita ao Complexo

Penitenciário do Paraná, considerado modelo do nosso País, no período de 27/03 a 31/03 do corrente ano.

O êxito alcançado deve-se ao empenho e dedicação oferecidos por V. Exa. e toda sua equipe para o andamento dos trabalhos.

Na oportunidade, colocamo-nos à disposição para quaisquer atendimentos.

Atenciosamente,

(a) DEPUTADO CABO ELSON

*Presidente da Comissão de Segurança do
Estado do Espírito Santo*

Exmo. Sr.

Deputado Bradock

*Presidente da Comissão de Segurança do Estado do
Paraná*

REQUERIMENTO Nº 1174

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER espaço no Grande Expediente, no dia 18 de maio de 2005, para o Deputado Cleiton Kielse relatar o projeto de lei que institui o Programa Estadual de Fomento e Incentivo ao Esporte Amador, Olímpico e Para-Olímpico.

Sala das Sessões, em 02.05.2005.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO Nº 1140

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Tadeu Veneri REQUER a liberação do plenarinho da Assembléia Legislativa no dia 16 de maio de 2005, no período de 10h00 às 17h00 para realização de audiência pública sobre a extinção da Rede Ferroviária Federal.

Sala das Sessões, em 02.05.2005.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

A audiência pública tem como objetivo discutir a Medida Provisória 246/2005, que extingue a Rede Ferroviária Federal (RFFSA), e propor alternativas para uma política nacional de transportes com ênfase na revitalização do setor ferroviário aproveitando o capital técnico, histórico e cultural da empresa.

REQUERIMENTO Nº 1117

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja marcada Sessão Especial para a comemoração dos 151 anos da Polícia Militar do Estado do Paraná, no próximo dia 02 de agosto, às 17 horas.

Sala das Sessões, em 02.05.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1120

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Alberquino Lopes da Silva, sogro do Deputado Luiz Carlos Martins.

Era uma pessoa muito querida pelos seus conhecidos, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 02.05.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 1131

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Diretor-Jornalista da Gazeta do Povo, ocorrido em 28 de abril de 2005, nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 02.05.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Apaga-se uma luz no jornalismo paranaense. Perdemos Arnaldo Alves da Cruz, no último dia 28/04/2005, aos 55 anos.

Jornalista dos mais atuantes não só no Paraná, mas no Brasil em geral. Na Gazeta do Povo começou nos anos 70, onde por mérito, dedicação e competência, galgando cargos e cargos chegou a Diretor de Jornalismo de um dos mais conceituados jornais do nosso País, a Gazeta do Povo.

Arnaldo foi responsável pela criação da página Direitos e deveres do Consumidor, muito antes da elaboração do Código de Defesa do Consumidor. Naquela época, já começava na batalha para fundar a ADOC (Associação de Defesa do Consumidor), da qual foi Presidente e após, um consultor sempre presente.

Esteve sempre presente em todas as campanhas de interesses do Paraná.

A experiência de sua direção fez com que a Gazeta do Povo ganhasse seu primeiro prêmio Esso de Jornalismo em 2004.

Arnaldo Alves da Cruz deixou viúva a Sra. Mari Ivete e os filhos Raquel, Matias e Renata.

Aquele que passou, Arnaldo Alves da Cruz, abre um espaço vazio no íntimo da família, bem como no inumerável círculo de amigos e companheiros, dentre eles, com certeza, estou incluído.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos, todavia, um consolo: é a certeza que aqui viveu uma vida honrada dedicada à família, aos parentes, amigos e ao trabalho que tanto amava.

Permaneceremos, porém, fiéis à sua memória e os seus exemplos e suas lições hão de continuar a ser a nossa bússola na luta pelo bem-estar de nossa gente.

Sua coragem, sua lealdade, sua prudência e sua garra nunca desmedida são tantas qualidades que procuraremos cultivar como homenagem que lhe devemos.

Descanse, valente lutador!

Aceite a saudade dos seus entes queridos e de seus amigos que, com dor no coração tudo farão para que sua obra na sociedade permaneça para atestar aos vindouros as suas excelsas qualidades de homem de ação e dedicação.

REQUERIMENTO Nº 1135

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Professor Mauro Rodinski, ocorrida no dia 30 de abril do corrente ano.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada, no endereço: CEFET - Av. Sete de Setembro, 3165 - CEP 80230-010 - Curitiba / PR.

Sala das Sessões, em 02.05.2005.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

O professor Mauro Rodinski, iguaçuense de 61 anos, há mais de 30 anos residia na Capital do Estado e presidia a Associação dos Amigos de Foz do Iguaçu, entidade fundada por ele.

Foi um dos maiores treinadores de Handebol no Brasil, tendo, inclusive, dirigido a Seleção Brasileira.

Também presidia a Associação dos Funcionários do CEFET, onde era professor.

REQUERIMENTO Nº 1147

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE a inserção nos Anais da presente Sessão, de voto de pesar pelo falecimento do jornalista, sindicalista e advogado Arnaldo Cruz, Diretor de Redação da Gazeta do Povo, combativo inspirador e fundador da Associação de Defesa do Consumidor - ADOC, muito antes da edição do Código de Direito do Consumidor.

Sala das Sessões, em 02.05.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

O ilustre jornalista trabalhou na ADOC, desenvolvendo a consciência social para defesa do consumidor, e exerceu, com ética e humilde sabedoria, funções de dire-

ção de redação, no importante jornal Gazeta do Povo, no Diário Popular e na TV Paranaense Canal 12. Tinha 55 anos, nascido em Caçador-SC, fevereiro de 1950. Deixa viúva D. Mary Ivete, os filhos Raquel, Matias e Renato, e o irmão Waldir Cruz, que já serviu esta Assembléia, também como jornalista.

Seja este voto encaminhado à distinguida família, Rua Dr. Rubem Fleury da Rocha, 108, CEP 82130-110 e ao jornalista Francisco Cunha Pereira Filho, Presidente da RPC e da Gazeta do Povo, Rua Mamoré, 753 - CEP 80810-080.

REQUERIMENTO Nº 1149

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido no último dia 28 de abril, do jornalista Arnaldo Alves da Cruz, redator-chefe, por muitos anos, do jornal Gazeta do Povo. Arnaldo Alves da Cruz foi um dos mais conceituados nomes da imprensa brasileira.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 02.05.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 1158

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido no dia de ontem, do Sr. Alberquino Lopes da Silva.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 02.05.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 1124

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações pelos 35 anos de fundação do Restaurante Novo Madalosso, da nossa querida Santa Felicidade, considerado um dos melhores e maiores restaurantes do mundo.

Sala das Sessões, em 02.05.2005.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 1130

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Alto

Paraná, pela passagem de seus 51 anos de emancipação política no próximo dia 05/05/2005.

Requer outrossim que da decisão da Casa seja dado ciência a Exma. Sra. Tereza Rozin Rongaglio, Prefeita Municipal ao Sr. Luiz Cripa Filho, bem como a todos os Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e transmitam à laboriosa população de Alto Paraná.

Sala das Sessões, em 02.05.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Vimos no último final de semana o que um povo unido em prol de um objetivo pode realizar; é o que aconteceu em Alto Paraná.

A sociedade em geral do Município de Alto Paraná e de toda região esteve reunida nos últimos dias 29, 30 e 01, para comemoração do início das festividades do aniversário daquele Município; um grande número de pessoas, autoridades diversas, inclusive este Deputado.

Foram sem dúvida, grandes dias de festividades, produzidas por aquela gente tradicional na arte de inspirar a ação humana.

A articulação dos membros da sociedade em geral valeu-se de ampla reserva de capacidade, experiências e talentos de todos aqueles que contribuíram e participaram para o grande brilho das festividades. Do balanço dessas vivências, tiramos a conclusão de que a experiência de ontem, pavimenta o caminho para os acertos do hoje e do amanhã para a sensibilidade, para as agruras e os anseios da sociedade daquela região. A maturidade e a experiência para lidar com os desafios, a vontade e a determinação de acertar e fazer acontecer a grande festa que presenciamos em Alto Paraná.

As primeiras movimentações com intenção de colonização ocorrida na região do Alto Paraná, tiveram início em agosto de 1949. Neste período a Imobiliária Ypiranga, de Boralli & Held, adquiriu a Companhia de Terras Norte do Paraná à quantia de 150 mil alqueires de terras, traçando o perfil da futura cidade.

Em meados de 1949, nada menos que quatrocentas famílias iniciaram plantações agrícolas nos arredores do núcleo urbano.

A empresa Boralli & Held promoveu verdadeiro frenesi, pois conduziu somente no primeiro ano dez mil pessoas à região. Para isso manteve um sistema de transporte próprio, facilitando a aquisição de terras e lotes urbanos na cidade em ascensão.

Pela Lei Estadual nº 631, de 27 de janeiro de 1951, o povoado foi elevado à categoria de Distrito Administrativo do Município de Nova Esperança.

Alto Paraná foi um marco da civilização, pois em pouco tempo emancipou-se politicamente de Nova Esperança, o que deu-se em 19 de agosto de 1953, através da Lei Estadual nº 1.190, cuja instalação ocorreu em 05 de maio de 1954. O primeiro Prefeito eleito foi o Sr. Agostinho A. Stefanello.

A homenagem que através desta proposição queremos prestar ao Município de Alto Paraná, por ocasião de mais um aniversário de sua emancipação política, será das mais expressivas pelo nosso reconhecimento ao trabalho desenvolvido em prol da grandeza de toda a região.

Nada mais confrontante para nosso espírito cívico e a nossa fé no Paraná que saudar efusivamente a população de Alto Paraná na data magna da comemoração dos 51 anos de emancipação política, cujos administradores de todos os tempos foram e são capazes de encarar a confiança de todos com a invencível segurança transmitida por uma longa e gloriosa tradução de serviços prestados.

Uma confiança temperada por inúmeras experiências em que os homens e as mulheres dão vida à administração municipal puderam e podem testar com sucesso sua capacidade de resolver os problemas e vencer os desafios colocados por um município em permanente transformação.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, associa-se às homenagens devidas ao Município de Alto Paraná no transcurso de seus 51 anos, parabenizando a todos na data tão significativa.

REQUERIMENTO Nº 1133

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos à reabertura oficial do Estádio Couto Pereira, no último dia 30 de abril do corrente.

Requer outrossim que da decisão da Casa seja dado ciência ao Sr. Giovani Gionédís, Presidente do Coritiba Foot Ball Club, para que receba e transmita a todos os Diretores, atletas e colaboradores a homenagem da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 02.05.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A reabertura oficial do Estádio Couto Pereira, em 30 de abril, destaca mais um passo decidido do Coritiba Foot Ball Club rumo ao futuro de glórias sonhado pela grande família coxa branca. Um futuro que encontra lastro no passado e no presente grandiosos e que, por isso mesmo, promete ser ainda muito melhor.

Remodelado de modo a receber com mais conforto a sua imensa torcida, o Couto Pereira reabre suas portas para oferecer de novo os seus melhores espetáculos. Cumpre aplaudir a diretoria, na pessoa de seu Presidente Giovani Gionédís, e todos aqueles que concorreram para o pleno êxito de mais esta empreitada, que habilita o clube a novas e ainda mais auspiciosas conquistas. As obras marcam e permitem agora o mais feliz reencontro do time alviverde com a torcida coxa, fato por si suficiente e garantidor: de agora em diante, as vitórias serão arrancadas com muito mais energia, com muito mais graça e com muito mais elegância.

Ganha a família coxa branca mas ganham também todos os desportistas paranaenses, posto que o Coritiba prima sempre por bem receber seus adversários e visitantes. Nada mais natural para um clube que, como o Coritiba, sabe pensar grande. E pensa grande porque sua grandeza é real: não é produto de ufanismo gratuito ou de falso verniz da arrogância. O Coritiba pensa grande porque se coloca à altura do sonho que anima cada um dos seus passos.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado homenageia neste momento mais uma grande obra desportiva do Paraná, o Couto Pereira.

REQUERIMENTO Nº 1155

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER envio de voto de aplauso e congratulações à empresa Avícola Felipe por 10 (dez) anos de funcionamento, onde iniciou um sonho que hoje se tornou realidade para mais de 1.200 funcionários diretos e mais de 400 fornecedores, a seus familiares, e empregados do Município de Paranavaí e região.

Aos Srs. Geraldo Felipe, Paulo Felipe e família meus votos de congratulações. A Empresa Avícola Felipe, engrandece o Paraná transformando este projeto em realidade. Juntos buscam fortalecer os seus projetos que vão ao encontro das necessidades do Estado do Paraná.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio de cópia do presente aos homenageados.

Sala das Sessões, em 02.05.2005.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO Nº 1159

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, inserção de aplausos e congratulações nos Anais desta Casa à Papelaria e Bazar Trevo Ltda, pelos excelentes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 02.05.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 1160

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, inserção de aplausos e congratulações nos Anais desta Casa à INBRASFAMA (Indústria Brasileira de Farinha de Madeira), pelos excelentes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 02.05.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 1161

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de aplausos e congratulações nos Anais desta Casa à Cachaçaria Água Doce, pelos excelentes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 02.05.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 1162

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de aplausos e congratulações nos Anais desta Casa ao Centro Automotivo Autobac's Ltda, pelos excelentes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 02.05.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 1163

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de aplausos e congratulações nos Anais desta Casa ao Werd Sucos e Lanches nas pessoas de Jamil Luiz e Maria Selma Cavazza, pelos 19 anos de excelentes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 02.05.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 1165

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de aplausos e congratulações nos Anais desta Casa ao West Car Automóveis, na pessoa do proprietário José Luiz Machado, pelos excelentes serviços prestados aos seus amigos e clientes.

Sala das Sessões, em 02.05.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 1164

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de aplausos e congratulações nos Anais desta Casa à Servopa S/A, pela comemoração de seus 50 anos de excelentes serviços prestados aos seus amigos e clientes do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 02.05.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 1170

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, inserção de aplausos e congratulações nos Anais desta Casa ao Sr. Horácio Rodrigues, pelos relevantes serviços prestados à comunidade paranaense, como homem público, artista plástico e empresário.

Sala das Sessões, em 02.05.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 1142

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Jurandir Jura Pinto Rosa, Vice-Presidente do Conselho Comunitário de Segurança da Região Leste de Londrina.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dada ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 02.05.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1144

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Orlando de Almeida, Presidente do Conselho Comunitário de Segurança da Região Leste de Londrina.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dada ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 02.05.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1141

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Dr. Francisco Eugênio Alves de Souza, Diretor Superintendente do Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dada ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 02.05.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1145

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Dr. Marco Antônio Batista.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dada ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 02.05.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1146

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Paulo César Tardio-Ille.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dada ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 02.05.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1123

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiada à Ministra do Meio Ambiente - MMA, Exma. Sra. Marina Silva, solicitando da mesma estudos no sentido de celebrar convênio com o Município de Mandaguari para a revitalização do Parque da Pedreira, bem como a criação dos Parques “Santa Rita de Cássia”, Cachoeira Keller” e “Cachoeira Ribeirão dos Dourados”, a exemplo do convênio celebrado com o Município de Londrina, transferindo recursos da União para esse fim.

Ressalta-se que há estudos de planejamento para adequação e criação dos parques mencionados, no Município de Mandaguari, promovidos pela Prefeitura. Contudo, há enorme dificuldade de encontrar meios financeiros de realizar as obras essenciais para conservação do meio ambiente. Existem áreas degradadas que precisam ser recuperadas em caráter de urgência.

A cobertura florestal no Município de Mandaguari é mínima e está localizada predominantemente nas áreas dos parques em questão, sendo que o Parque da Pedreira vem, há algum tempo, carecendo atenção especial.

Isto posto, pede-se a atenção do Ministério do Meio Ambiente no intuito da liberação de recursos financeiros para a revitalização e criação dos parques mandaguarienses.

Sala das Sessões, em 02.05.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1134

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis,

REQUER à Mesa seja oficiado ao Governador do Estado Roberto Requião, bem como ao Secretário de Estado da Saúde, Cláudio Murilo Xavier, solicitando dos mesmos a implementação de campanha para conscientização sobre a importância da atenção à saúde mental.

Segundo estimativa da Organização Mundial de Saúde (OMS), de cada mil pessoas, quatro possuem doença mental.

No Paraná essa estimativa corresponde a quase quarenta mil pessoas. Destas, 4,7% estão recebendo atendimento especializado em escolas especiais e/ou programas de saúde mental.

O panorama acima conduz à afirmação que a Saúde Mental deve ser priorizada pelo Poder Público e pela própria sociedade, que desconhece a gravidade do problema.

De acordo com especialistas, as ações de Saúde Mental devem abranger as áreas de saúde, educação e assistência, direcionadas para gestantes e bebês, crianças, jovens e adultos.

Entretanto, para desenvolver estas ações, torna-se necessário a estruturação de um atendimento sistematizado que contemple desde a prevenção dos casos até o acesso a medicamentos, passando por um tratamento digno e de qualidade àqueles que enfrentam transtornos mentais.

Com o aprofundamento científico na área da Saúde Mental é possível contar com formas de tratamento mais humanas, distantes dos métodos de hospitalização e segregação social utilizados no passado. A tendência é de que, cada vez mais, as pessoas com doença mental estejam inseridas na sociedade.

Atualmente, o atendimento extra-hospitalar vem sendo oferecido nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), que prestam cuidados intermediários entre o regime ambulatorial e a internação hospitalar por meio de equipe multiprofissional.

Os CAPS são financiados, em boa parte, com recursos federais, considerados como “extra-teto”, ou seja, repassados além daqueles a que o Município tem direito. Os CAPS são identificados por letras complementares. Assim, os CAPS se destinam ao atendimento de crianças a partir de 3 anos de idade e adolescentes, e os CAPS atendem pessoas com transtornos decorrentes do uso ou abuso de álcool e outras drogas.

O Paraná conta com apenas vinte CAPS, havendo a necessidade de organização de muitos outros. Talvez, o maior desafio da Saúde Mental no Paraná seja a ampliação da rede de atendimento, aumentando o acesso desta parcela da população às alternativas que possibilitem sua promoção social.

Para atingir esse objetivo, é fundamental a valorização desta área no orçamento da saúde, a discussão na comunidade, o conhecimento dos apoios federais e o desejo pela estruturação de serviços.

A implantação de políticas de saúde mental deve ser considerada como prioridade de saúde pública tanto em

âmbito estadual como municipal, devendo estar inserida nos Planos Estaduais e Municipais de Saúde, seguindo as diretrizes e orientações do SUS e integrando-se com outras políticas sociais, como educação, trabalho, lazer, cultura, esporte, habitação e habilitação profissional.

Dados importantes:

- três por cento da população geral sofre com transtornos mentais severos e persistentes;
- seis por cento da população apresenta transtornos psiquiátricos graves decorrentes do uso de álcool e outras drogas;
- doze por cento da população necessita de algum atendimento em saúde mental, seja ele contínuo ou eventual;
- 2,3% do orçamento anual do SUS é destinado à Saúde Mental.

Sala das Sessões, em 02.05.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1136

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE ao Sr. Governador do Estado que determine às Secretarias da Cultura e do Meio Ambiente - sobremaneira ao Instituto Ambiental do Paraná, IAP, que considerem “patrimônio cultural e efetivo do Paraná, a Missa da Paz no morro do Anhangava, em Quatro Barras, tradicionalmente realizada pelo povo, através da Paróquia local, a cada 1º de maio.

Sala das Sessões, em 02.05.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

O IAP tem tentado proibir a realização da tradicional cerimônia religiosa no morro do Anhangava por considerá-la atentatória contra o Parque Estadual da Serra da Baitaca, criado pelo Governador Lerner, por decreto de 5 de junho de 2002.

Sucedem que a Missa da Paz no Anhangava remonta a maio de 1945, quando iniciou-se a tradição de romaria ao alto daquele morro. A missa é ali celebrada desde 1951.

O Sr. André Andreatta, logo seguido por outros moradores da Borda do Campo, fez erguer “Via Sacra” no Anhangava, há sessenta anos, memorial das vítimas da Grande Guerra Mundial. O moderno conceito de preservação de patrimônio, ambiental ou cultural - pela Convenção de Veneza - pede a adesão da população local. Nada pode ser conservado se não for anuência do povo local.

Proibir a tradição; ao revés de consolidar o novo Parque, coloca-o em oposição à identidade local.

Convém considerar a tradição da festa, demarcar caminho, estabelecer fiscalização de limites e não, apenas, ir contra o povo.

REQUERIMENTO Nº 1137

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, Exmo. Sr. Waldyr Ortêncio Pugliesi, encaminhando a reportagem, veiculada na edição do último domingo (01/05/2005), página 10, no jornal Folha de Londrina.

Sala das Sessões, em 02.05.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1138

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública do Paraná, Exmo. Sr. Luiz Fernando Delazari, encaminhando ofício contendo reivindicações do Conselho Comunitário de Segurança da região Leste de Londrina.

Sala das Sessões, em 02.05.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1139

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação, Exmo. Sr. Maurício Requião, afim de reforçar a reivindicação de construção de um colégio no local, feita pela comitiva de pais, professores, líderes dos Bairros Ouro Branco e Jardim Monte Belo (Zona Sul de Londrina) e pelo Vereador Roberto Fú.

Sala das Sessões, em 02.05.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1152

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Padre Roque Zimmermann, Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, encaminhando ofício da Câmara Municipal de Mariluz, conforme requerimento aprovado de autoria do ilustre Vereador José Roberto de Souza, solicitando com a máxima urgência a liberação de um veículo Kombi para a Fundação Filadélfia - Núcleo Operacional de Mariluz, que desenvolve um excelente trabalho assistencial em prol das famílias carentes do referido município.

Requer ainda que seja dado ciência ao Vereador José Tiago de Lima, Presidente da Câmara Municipal e ao Vereador José Roberto de Souza, através de correspondência a ser encaminhada à Avenida Marília, 1890 - Centro - Mariluz - PR.

Sala das Sessões, em 02.05.2005.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 1153

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Leônicio Vieira de Rezende Neto - Diretor de Relações Institucionais da Brasil Telecom, no sentido de autorizar a instalação de 01 (um) telefone público, na Rua Pe. João Felipe, 85 entre a Rua Bonfim e Rua Barão do Rio Branco, no Município de Mariluz.

Tal solicitação prende-se ao fato da máxima urgência da instalação deste telefone público, para atender toda a comunidade daquela região desprovida deste serviço.

Requer ainda, que se dê ciência ao Vereador José Roberto de Souza, através de correspondência a ser encaminhada à Câmara Municipal, sito à Avenida Marília, 1890 - Mariluz-PR.

Sala das Sessões, em 02.05.2005.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 1154

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Leônicio Vieira de Rezende Neto - Diretor de Relações Institucionais da Brasil Telecom, no sentido de autorizar a instalação de 01 (um) telefone público, na Rua Marcelino Medeiros, 1030, no Município de Mariluz.

Tal solicitação prende-se ao fato da máxima urgência da instalação deste telefone público, para atender toda a comunidade daquela região desprovida deste serviço.

Requer ainda, que se dê ciência ao Vereador José Roberto de Souza, através de correspondência a ser encaminhada à Câmara Municipal, sito à Avenida Marília, 1890 - Mariluz-PR.

Sala das Sessões, em 02.05.2005.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 1156

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a aprovação do Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública solicitando aumento do efetivo das Polícias Militar e Civil, construção de uma nova ala no presídio, mais viaturas para a Polícia Militar e ampliação dos veículos da Patrulha Escolar, para atender às necessidades de segurança pública da população do Município de Loanda.

Sala das Sessões, em 02.05.2005.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

O Município de Loanda, como pólo microrregional e pelo desenvolvimento industrial em função das empresas de produção e torneiras, está experimentando o progresso e o crescimento populacional, o que, como

consequência, traz também problemas na área de segurança pública.

Ultimamente os loandenses estão sendo alvo de furtos, arrombamento de veículos, invasão de residências e estabelecimentos comerciais, bem como, a ocorrência de vários homicídios. Para atender a esta nova situação de falta de segurança, entendemos ser necessário ampliar o efetivo das Polícias Militar e Civil e dar-lhes condições materiais para desenvolver um grande trabalho preventivo contra as ações dos bandidos.

A construção de uma nova ala no presídio faz-se necessária e urgente porque têm ocorrido frequentes fugas de detentos, o que aumenta as ocorrências policiais.

REQUERIMENTO Nº 1166

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado Roberto Requião, solicitando a reabertura do Escritório Regional da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social na cidade Pato Branco.

Sala das Sessões, em 02.05.2005.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

A reabertura do Escritório Regional da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social na cidade de Pato Branco é de extrema importância para a comunidade patobranquense, e também para a população dos 15 (quinze) municípios que estão alinhados geograficamente àquele município, e que hoje devem percorrer, em alguns casos, mais de duzentos quilômetros para contactar com o Escritório Regional de Francisco Beltrão, que está acumulando os serviços de toda a região.

Pato Branco não pode ficar cercado do direito e do privilégio de contar com tão importante órgão do Governo do Estado do Paraná, a exemplo dos Núcleos Regionais de Saúde, Agricultura, Educação, etc.

Com a reabertura e um competente gerenciamento, o Governo do Estado poderá repassar recursos na área social, bem como coordenar atividades de suma importância, a exemplo dos Conselhos Municipais do Trabalho, Agência do Trabalhador e demais ações em benefício da população regional de Pato Branco.

REQUERIMENTO Nº 1171

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado, solicitando providências quanto ao ocorrido no dia 04 de março do corrente ano, no interior do Hospital Dr. Silvio Bittencourt Linhares, no Município de Antonina, onde várias pessoas testemunharam a agressão sofrida pelo Sr. Ozéias Vellozo do

Nascimento por um policial militar, que atendia uma ocorrência no local.

Sala das Sessões, em 02.05.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 1172

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Coronel Antonio Davi Pancotti, Comandante da Polícia Militar do Estado do Paraná, solicitando providências quanto ao ocorrido no dia 04 de março do corrente ano, no interior do Hospital Dr. Silvio Bittencourt Linhares, no Município de Antonina, onde várias pessoas testemunharam a agressão sofrida pelo Sr. Ozéias Vellozo do Nascimento por um policial militar, que atendia uma ocorrência no local.

Sala das Sessões, em 02.05.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 1119

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a Inserção na Ata dos trabalhos da presente Sessão Ordinária, da entrevista do Delegado Regional do Trabalho - Sr. Geraldo Serathiuk ao Jornal da Indústria e Comércio.

Sala das Sessões, em 02.05.2005.

(a) CARLOS SIMÕES

REQUERIMENTO Nº 1132

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos anais da Assembleia do Estado do Paraná, do artigo "Dignidade do Trabalho", de autoria do Arcebispo Metropolitano de Curitiba, Dom Moacyr Vitti.

Requer que da decisão da Casa seja dado ciência ao Arcebispo Dom Moacyr Vitti, com nossa gratidão.

Sala das Sessões, em 02.05.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O Arcebispo Bom Moacyr Vitti, explanou muito bem o que realmente é a data de ontem, do dia do trabalhador, não só para ganhar o pão para alimentar-se mais continuar construindo a obra do Senhor aqui na terra.

Por esses motivos que nos orgulhamos em poder pedir para que fique registrado nos Anais desta Casa, o artigo "Dignidade do Trabalho", para que as futuras gerações possam espelhar-se em palavras sábias como as que foram escritas no artigo.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 234/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam dispensados de pagamento das taxas referentes ao uso de estacionamento cobradas por hospitais da rede pública e particular instalados no Estado do Paraná.

Art. 2º O período de permanência do veículo no estacionamento citado no artigo 1º, por até duas horas deve ser gratuito.

§ 1º O tempo de permanência do veículo no interior do estabelecimento deverá ser comprovado através da emissão de um documento quando de sua entrada no estacionamento daquele estabelecimento.

§ 2º Caso o veículo ultrapasse o tempo previsto para a concessão de gratuidade, passa a vigorar a tabela de preços para o estacionamento utilizado normalmente pelo estabelecimento.

Art. 4º Ficam os hospitais obrigados a divulgar o conteúdo desta lei através da colocação de cartazes em suas dependências.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.05.2005.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

Acreditamos que os hospitais prestam serviços à população e que para isso devem contar com espaço suficiente para abrigar os veículos que conduzem os doentes e as visitas e que ainda, normalmente, usam a terceirização para os serviços de estacionamento, não contando, portanto, com os recursos ali angariados. Consideramos que não é justo o pagamento nas duas primeiras horas nestes locais.

Observando também que muitas vezes os doentes são levados até o local por pessoas que possuem carro e prestam favores, não seria apropriado fazer essa cobrança.

Considerando que as idas aos hospitais já têm normalmente causas não muito motivantes e que a demora depende do atendimento recebido, seria mais correto que as duas primeiras horas fossem gratuitas e que somente os veículos que permanecessem além desse limite, obedeceriam aos preços de tabela.

O projeto de lei ora apresentado visa, primeiramente, fazer com que a população seja beneficiada com a supressão da cobrança de mais esta taxa; a população que já está submetida a uma alta carga de taxas e tributos. Neste caso específico - a cobrança de estacionamento nos

Hospitais, a população é particularmente prejudicada, uma vez que já tenha consumido valores significativos no estabelecimento citado.

PROJETO DE LEI Nº 235/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam obrigados os estacionamentos públicos e particulares no Estado do Paraná a reservar 5% de suas vagas disponíveis para condutores de veículos que tenham idade superior a sessenta anos.

Art. 2º As vagas deverão, obrigatoriamente, ser de fácil manobra e estacionamento.

Parágrafo Único. Se preenchidas as vagas devidamente comprovadas, o estacionamento fica desobrigado ao cumprimento desta lei.

Art. 3º Não serão acrescidos valores nestas vagas.

Art. 4º Caso o estacionamento descumpra a presente lei ou se informar fraudulentamente o parágrafo único do artigo 2º, fica estipulado as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa de cem vezes o valor cobrado por hora estacionado.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.05.2005.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

O País conta com enorme contingente de pessoas acima de sessenta anos uma vez que a medicina vem apresentando enorme evolução científica que é salutar. Porém, necessitamos adequar as leis e favorecer aos que já chegaram a esta idade. Recentemente foi sancionado o Estatuto do Idoso e junto dele, os mais experientes, assim denominados e com justo merecimento, tiveram alguns direitos antes não demonstrados. Em seu artigo 41 do referido estatuto, cuja Lei é 10.741 de outubro de 2003, dá sustentação para este projeto.

Dispor em estacionamento público e privados, pelo menos 5% (cinco por cento) do total de vagas disponíveis para pessoas com mais de sessenta anos de idade que conduzem o veículos. Não estamos solicitação gratuidade, e sim, prioridade em 5% das vagas disponíveis. É preciso valorizar as pessoas que num passado remoto construíram esta Nação e muitas dessas pessoas continuam a dar demonstração de bravura. Justa será a aprovação deste para demonstrar nosso carinho e respeito. Os estacionamentos deverão manter em locais visíveis o aviso referente a esta lei.

PROJETO DE LEI Nº 236/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Inclui no Currículo Escolar dos alunos da rede pública e particular a matéria sobre Seguridade Social.

Parágrafo Único - A matéria será inserida no ensino fundamental e médio.

Art. 2º O tema deverá apresentar conteúdo atualizado e obrigatoriamente abrangendo todo o tema pertinente.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.05.2005.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei, visa dar uma contribuição valiosa para os nossos jovens estudantes, uma vez que, num passado remoto o assunto não foi tratado como deveria ser. Hoje temos uma Previdência falida, um povo que não sabe da gravidade que se apresenta e não há esclarecimentos junto aos que irão salvar o sistema.

Lamentavelmente este projeto de lei, poderá baixar em diligência para a Secretaria Estadual de Educação e posteriormente, transformá-lo em Indicação Legislativa, mas fica aqui minha preocupação com o tema, daí, solicitar aos meus Pares especial atenção e não transformar esta preocupação numa simples Indicação.

Se acaso fizermos uma pesquisa junto à população menos esclarecida de nosso Estado acerca da Seguridade (ou corretamente escrevendo, Segurança) Social, observaremos, inexoravelmente, que a mesma fará tamanha miscelânea dos institutos que a compõem.

Devemos notar que a Seguridade Social integra o Capítulo II, do Título VIII da Carta Magna da República, de 1988 e ela abrange a Saúde, a Assistência Social e Presidência Social.

Lamentavelmente, o que constatamos é uma verdadeira “miopia social”, onde os jovens de hoje não conseguem olhar seu futuro, já como pessoas idosas. Então, este jovem passa toda a sua vida sem recolher uma contribuição ou recolhe de forma incompleta, muitas vezes por ignorância. Ao tentar se aposentar tem o seu pedido indeferido. Isso, fatalmente, sobrecarregará os serviços de assistência social.

Outrossim, por oportuno, faz-se necessário recordar que o artigo 24, XII da Constituição Federal de 1988, preceitua que “Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre previdência social”, mas preceitua o artigo 194 da mesma Constituição que “A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegu-

rar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”.

Portanto, é a presente, para dar uma conotação especial e onde se pode começar orientar o povo do nosso Estado? Através da rede de estabelecimentos de ensino, que lá se encontram os verdadeiros representantes, os futuros aposentados e também podemos despertar o interesse pelo assunto e ter uma geração mais esclarecida do que a nossa. Há necessidade da inclusão de noções básicas sobre a Seguridade Social, no currículo escolar dos discentes de toda a rede pública e privada, lembrando que o ensinamento ainda em tenra idade, muitas vezes vale para toda a vida.

Por derradeiro, quero deixar registrado nesta Casa a minha preocupação com o assunto ora exposto e não será uma Indicação Legislativa que o sanará. Temos um compromisso com o futuro, com esta e as demais gerações que estão por vir. Portanto, espero apoio das comissões e de meus Pares.

PROJETO DE LEI Nº 237/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º É obrigatória a realização de plebiscito anual para decidir sobre a conveniência de se realizarem obras e serviços de grande vulto.

Parágrafo Único. Obras e serviços de grande vulto são aqueles que comprometem mais do que 5% da Receita Tributária Centralizada prevista na Lei Orçamentária Anual do Estado do Paraná.

Art. 2º As obras e serviços de que trata esta lei somente integrarão a Lei Orçamentária do exercício seguinte se aprovados no plebiscito.

Art. 3º Caberá à Assembléia Legislativa identificar os projetos que devam ser submetidos ao plebiscito, a partir da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 4º A convocação e divulgação do plebiscito ficam a cargo da Mesa Executiva da Assembléia Legislativa do Paraná.

Parágrafo Único. A convocação e divulgação ocorrerão, no mínimo, com 90 dias de antecedência.

Art. 5º Para os fins desta lei, consideram-se também como obras e serviços de grande vulto aqueles que, embora não comprometendo mais do que 5% da Receita Tributária Centralizada tenham grande repercussão para a população ou para a Administração Pública, alterem profundamente a paisagem natural, afetem o meio ambiente e tenham significativo impacto na organização do espaço urbano e rural, cabendo à Assembléia Legislativa, por meio da Lei de Diretrizes Orçamentárias, individualizar tais obras e serviços.

Parágrafo Único. Será realizado um plebiscito anual, entre 30 e 60 dias após aprovada a LDO, e a população se manifestará sobre todas as obras e serviços antes que seja aprovado o orçamento.

Art. 6º O disposto nesta lei aplica-se também para a realização de contratos regulados pela Lei Federal 11079/2004 - Parcerias Público Privadas - sempre que o contrato envolver recursos superiores a dez vezes o valor mínimo previsto no inciso I do parágrafo 4º do artigo 2º da mencionada lei federal e correspondente estadual.

Art. 7º As despesas decorrentes desta lei ocorrerão por conta da dotação orçamentária da Assembléia Legislativa do Paraná, suplementada se necessário.

Art. 8º Esta lei será regulamentada no prazo de 90 dias.

Art. 8º A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.05.2005.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto tem o intuito de, dando efetividade a dispositivos da Constituição Federal e Constituição do Estado do Paraná, impulsionar um avanço democrático em nosso Estado, proporcionando aos cidadãos paranaenses uma participação mais efetiva na esfera pública.

O instituto de plebiscito, representativo da democracia semidireta, está previsto no artigo 14 da Constituição da República, que estabelece: a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e nos termos da lei, mediante:

I - plebiscito;

II - referendo;

III - iniciativa popular (grifou-se).

A Constituição do Estado do Paraná, na mesma esteira, dispõe:

“Art. 2º A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, nos termos desta Constituição e da lei, e mediante:

I - plebiscito;

II - referendo;

III - iniciativa popular.”

Se a democracia direta aparentemente tornou-se inviável nos dias de hoje, o regime da democracia representativa mostrou-se, por toda a parte, extremamente limitado, negando ao povo o efetivo exercício do poder, essência do conceito de democracia.

Neste sentido, diversos foram os países que buscaram soluções para o impasse. Daí surgirem as denominadas democracias semidiretas, que se caracterizam por tentar conciliar a representatividade com o exercício direto do poder pelo povo. Dentre os vários países que se

propuseram a adotar o referido regime, destaca-se a Suíça, conhecida como a terra clássica da democracia semidireta. Tenha-se em vista, no entanto, que na Europa, nos países que gozam de relativa estabilidade política, já não se pode mais falar em regime democrático representativo puro, pois que é geral o movimento de radicalização da democracia.

O Brasil tem procurado seguir o mesmo caminho, tanto que a Constituição Federal, no parágrafo único de seu artigo 1º (todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição), consagrou um regime democrático misto. A previsão pela constituição dos institutos do referendo e do plebiscito reitera essa consagração.

Quanto às vantagens do instituto, ao qual Darcy Azambuja (Teoria Geral do Estado. 30. Ed. São Paulo: Globo 1993) dá nome de *referendum* consultivo - em contraposição ao *referendum* deliberativo - o mesmo autor diz que "nenhum outro instituto de Direito Constitucional aproxima tanto, quanto o referendo, o governo da democracia pura. O *referendum* dá, além disso, mais força e prestígio às leis. Por fim, é poderoso fator de educação popular" (págs. 224, 228 e 229).

A recente Lei Federal 10257/2001 - Estatuto da Cidade, consagrou o plebiscito como uma das formas de participação da sociedade na construção de cidades sustentáveis e geridas democraticamente.

As denominadas parcerias público-privadas envolverão volumosos recursos estaduais nos próximos anos.

A população deve ser consultada previamente para que o Estado contrate as PPP's, evitando-se insatisfações posteriores como se dá com os pedágios.

Em face de todo o exposto, espera-se que o presente projeto de lei, que procurando aprofundar o processo democrático, vem cumprir comandos normativos superiores, seja aprovado por unanimidade dos membros do Legislativo Estadual do Paraná.

Assim procedendo, o Legislativo Estadual estará ampliando o processo democrático no Estado e assegurando o controle social sobre as contas públicas.

PROJETO DE LEI Nº 238/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Jardim Luiz XV, com sede e foro no Município de Ivaiporã / PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.05.2005.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Em conformidade com a Lei nº 6994/78, que dispõe sobre as normas para a declaração de Utilidade

Pública de sociedades civis, associações e fundações constituídas no Estado do Paraná, estamos apresentando a presente proposição, para declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Jardim Luiz XV, com sede e foro em Ivaiporã / PR.

A entidade tem por objetivo e finalidade precípua a coordenação de todos os trabalhos e movimentos que visam a orientação geral, a proteção e a representação legal dos associados, nas suas relações com os poderes públicos, no intuito de progresso e desenvolvimento social da comunidade.

Estando o projeto em conformidade com a legislação pertinente, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

REQUERIMENTO Nº 239/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a estadualizar o trecho que liga o Município de Inácio Martins a Góes Artigas - PR-364, numa extensão de 23 quilômetros.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.05.2005.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O grande tráfego de veículos pesados que escoam a produção agrícola da região acarreta um desgaste amplo na malha rodoviária daquela localidade.

Conseqüentemente, a conservação e manutenção desse trecho por parte do Município que muitas vezes não possui condições financeiras para arcar com mais esta obrigação, haja vista os problemas relacionados à infra-estrutura urbana, a constante preocupação na geração de empregos através de programas de incentivo à industrialização e também, como a manutenção de estradas rurais e carreadores.

Com a estadualização do trecho que liga o Município de Inácio Martins a Góes Artigas, pelo DER, desta estrada com cerca de 23 quilômetros de extensão, toda malha rodoviária restante da região restaria beneficiada com os gastos municipais.

Além disso, o trecho de Guará até Góes Artigas, já é estadualizada e este pequeno trecho de 23 quilômetros que liga os Municípios ainda não foi contemplado com a estadualização, mesmo sendo cortado pela PR-364.

Diante disso, podemos concluir que a PR-364 inicia-se no Distrito de Guará passando por Inácio Martins e tendo como ponto final Irati ou vice-versa, que, como já referido anteriormente, é uma estrada estadualizada.

Assim, a localidade possuirá um maior número de investimentos privados e crescimento econômico e, por conseqüência, também uma maior arrecadação estadual.

PROJETO DE LEI Nº 240/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º da Lei nº 10.311, de 07 de junho de 1993, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Santos Inocentes - ASI, com sede e foro em Irati”.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.05.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Tal propositura, objetiva receber o apoio dos nobres Pares desta egrégia Casa de Leis, pois é uma associação de fins não econômicos, filantrópico, de caráter beneficente, assistencial, educacional, cultural e, com inscrição no CNPJ sob nº 956873223/0001-07, e está organizada de conformidade com a legislação vigente, pretendendo com o presente, apenas informar a mudança de denominação, sendo anteriormente denominada Organização Santos Inocentes - OSI; permanecendo o mesmo CNPJ, e demais documentos, atualizados segundo as exigências da Lei nº 10.406/2002.

PROJETO DE LEI Nº 241/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Yomei Sasaki.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.05.2005.

(a) LUIZ NISHIMORI

JUSTIFICATIVA:

Nasceu em Kyoto - Japão, no dia 29 de novembro de 1935 e chegou ao Brasil em 09 de junho de 1957.

É casado com Sra. Midori e tem três filhos - Eduardo, Marisa e Elisa. Monge budista, formou-se pelo Curso Superior de Budismo pela Universidade de Bukkyo, em Kyoto, Japão.

Ele é Bispo da Comunidade Budista Jodoshu da América do Sul desde 1957 e foi o fundador da Associação Paranaense de Amparo às Pessoas Idosas - Wajunkai, com sede em Maringá, e vem exercendo o cargo de Presidente desta entidade há trinta anos.

Desde quando chegou ao Brasil, o Sr. Yomei começou a preocupar-se com o próximo, principalmente com as pessoas idosas, porque ele percebeu que é na velhice que o homem sofre o problema de solidão, viu-

vez, falta de familiares e sobretudo, de doença. E há trinta anos vem se dedicando de corpo e alma às causas sociais e humanas. Sob sua presidência construiu a sede própria do Wajunkai, na Rua Londrina nº 477, em Maringá, onde atualmente abriga cerca de 45 idosos, uns desamparados, doentes e outros sem família.

E desde 1959 vem exercendo o cargo de presidente da entidade denominada Kodomo-no-Sono, associação de amparo às crianças retardadas, e assistência às crianças com necessidade de tratamentos especiais, onde abriga crianças de todo o Paraná.

Nessa entidade já se passaram cerca de 420 crianças e atualmente estão internados 110 crianças portadoras de deficiências físicas e mentais.

Por ser de origem japonesa, o Sr. Yomei Sasaki foi diversas vezes ao Japão buscar recursos, sempre levando consigo o relatório de atividades das entidades e com os números e trabalhos demonstrados, sempre conseguiu sensibilizar o povo japonês e trazer recursos do Japão.

Trata-se de um herói anônimo, pois nunca trabalhou para ver sua imagem na mídia ou na imprensa.

Sempre atuou de forma discreta, sem se preocupar com alguma recompensa. Só tem trabalhado e vem trabalhando pelo amor ao próximo.

Por este trabalho humanitário do Sr. Yomei Sasaki, julgamos merecedor do nosso respeito e admiração e, conseqüentemente, merecedor da horaria que estamos propondo.

Por esses motivos venho pedir aos nobres colegas Deputados o apoio à presente proposição.

- Atividades e Cargos Ocupados

1. Missionário Adjunto Responsável da Missão da Comunidade Budista Jodoshu da América do Sul - 1957 até a presente data.

2. Missionário Sucessor da Comunidade Jodoshu Betsuin Nippakuji, na América do Sul - 1958 a 1966.

3. Diretor Adjunto da Escola “Nippakuji Gakuen” do Templo Budista Jodoshu Nippakuji - 1958 a 1966.

4. 1º Administrador da entidade assistencial da então Associação Paulista de Amparo às Crianças Retardadas Kodomo-no-Sono, das crianças portadoras de necessidades especiais - 1959 a 1963.

5. 4º Administrador da escola supra mencionada 1965 a 1966.

6. 2º Missionário-Superintendente da Missão da Comunidade Budista Jodoshu na América do Sul - 1966 até a presente data.

7. 2º Missionário Responsável do Templo Jodoshu Betsuin Nippakuji de São Paulo - 1966 até a presente data.

8. Diretor da escola mantida pelo Templo Jodoshu Nippakuji - 1966 a 1983.

9. 1º Missionário Responsável do Templo Budista Jodoshu Nippakuji de Maringá - 1974 a 1985.

10. Professor Convidado da Universidade de Shukutoku - Chiba/Japão/1992 até a presente data.

11. 1º Missionário Responsável do Templo Budista Jodoshu Nippakuji de Ibiúna - 1998 até a presente data, onde coordena atividades de intercâmbio de estudantes de assistência social;

12. Colaborador-chave na celebração de convênio de irmandade entre a cidade de Maringá(PR) e Kako-gawa(Japão).

- Participação junto a Entidades Diversas

1. Membro da Diretoria da Associação da Comunidade Budista Jodoshu do Brasil - 1966 até a presente data (exerceu presidência de 1966 até 1998, por nove mandatos).

2. Membro da Diretoria da Entidade Assistencial - Associação Pro-Excepcional Komodo-no-sono - 1975 até a presente data.

3. 1º Presidente da Associação Paranaense de Amparo às Pessoas Idosas - Wajunkai - até a presente data.

4. Anhaguera Nikkey Clube, Lapa, São Paulo-SP- Diretoria-Conselheiro 1976, até a presente data.

5. Membro do Conselho de Desenvolvimento do Município de Maringá - 1983 até a presente data.

6. Membro do Conselho Deliberativo da Aliança Cultural Brasil-Japão 1992 até a presente data.

7. Conselheiro da Associação Brasileira da Província de Tottoti - 1992 até a presente data.

8. Presidente da Associação de ex-Alunos da Universidade de Bukkyo, capítulo brasileiro.

PROJETO DE LEI Nº 243/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica Instituído o Programa Estadual de Fomento e Incentivo do Esporte Amador, Olímpico e Para-Olímpico.

Art. 2º O Programa Estadual de Fomento e Incentivo ao Esporte Amador, Olímpico e Para-olímpico, tem como objetivo promover incentivo ao desenvolvimento do esporte amador no Estado do Paraná, em especial nos seguintes aspectos:

I - recrutamento, seleção, formação e desenvolvimento de atletas e equipes esportivas;

II - treinamento, participação de atletas e equipes esportivas em competições estaduais, interestaduais, nacionais e internacionais;

III - fomento à prática e ao desenvolvimento do esporte entre crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social e aos portadores de necessidades especiais;

IV - especialização, nas áreas do conhecimento aplicadas ao esporte, de árbitros, técnicos, profissionais da área de educação física e outros profissionais de áreas afins;

V - fomento ao interesse da população pela prática habitual de esportes;

VI - promover congressos, seminários, cursos e eventos assemelhados para difusão dos benefícios dos esportes, bem como campanhas para conscientização da necessidade de preservação dos espaços destinados à prática esportiva; e

VII - instituir prêmios de diversas categorias para desenvolvimento do esporte no Estado.

Art. 3º Às empresas, contribuintes do ICMS, situadas no Estado do Paraná que apoiarem financeiramente entidades estaduais de administração do desporto, atletas, equipes, profissionais afins e projetos esportivos, será concedido abatimento no imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transportes interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, descontado do valor a recolher, em período único ou sucessivo, no limite máximo de 2,0% do imposto a recolher, até atingir o limite do valor total do projeto esportivo.

Art. 4º O Programa Estadual de Fomento e Incentivo ao Esporte Amador, Olímpico e Para-olímpico, beneficiará entidades de administração do desporto Estadual, atletas, equipes que se enquadram na categoria de Esporte Amador Olímpico e Para-olímpico, entidades vinculadas e profissionais afins, incluindo juizes, técnicos e professores.

Art. 5º Os recursos do Programa Estadual de Fomento e Incentivo ao Esporte Amador, Olímpico e Para-olímpico necessários às práticas desportivas formais e não-formais a que se refere o artigo 197 da Constituição Estadual serão assegurados em programas de trabalho específico constante do orçamento do Estado, em especial os provenientes de:

I - fundos desportivos;

II - doações patrocínios e legados;

III - prêmios de concursos e prognósticos da Loteria Estadual não reclamados nos prazos regulamentares;

IV - incentivos fiscais previstos em lei;

V - dois por cento da arrecadação bruta dos concursos de prognósticos e loterias estaduais e similares cuja realização estiver sujeita à autorização estadual, deduzindo-se este valor do montante destinado aos prêmios;

VI - ICMS, nos limites definidos por esta lei;

VII - outras fontes.

Art. 6º Os recursos do Programa Estadual de Fomento e Incentivo ao Esporte Amador, Olímpico e Para-olímpico serão exclusiva e integralmente aplicados em programas e projetos de fomento, desenvolvimento e manutenção do desporto, de formação de recursos humanos, de preparação técnica, manutenção e locomoção de

atletas, bem como sua participação em eventos desportivos e terão, ainda, a seguinte destinação:

- I - desporto educacional;
- II - desporto de rendimento, no casos de participação de entidades estaduais de administração do desporto em competições internacionais, bem como as competições brasileiras dos desportos de criação nacional;
- III - desporto de criação estadual;
- IV - capacitação de recursos humanos;
- V - apoio a projeto de pesquisa, documentação e informação;
- VI - construção, ampliação e recuperação de instalações esportivas; e
- VII - apoio ao desporto para pessoas portadoras de deficiência.

Art. 7º Poderão participar do Programa Estadual de Fomento e Incentivo ao Esporte Amador, Olímpico e Para-olímpico, qualquer empresa contribuinte do ICMS, que não contenha sócio com situação cadastral irregular, débito inscrito em dívida ativa, parcelamento interrompido ou tenha praticado ilícito fiscais.

Art. 8º Somente serão beneficiadas com isenções fiscais e repasse de recursos públicos estaduais da administração direta e indireta, nos termos do inciso II, do artigo 197 da Constituição Estadual, as entidades do Sistema Estadual do Desporto que:

- I - possuírem viabilidade e autonomia financeiras;
- II - apresentarem manifestação favorável do Conselho Estadual do Esporte e Lazer, nos casos de entidades desportivas filiadas e vinculadas;
- III - atendam aos demais requisitos estabelecidos em lei;
- IV - estiverem quites com suas obrigações fiscais e trabalhistas.

Art. 9º Somente serão aceitas as despesas inerentes ao desenvolvimento do projeto envolvendo despesas; administrativas, manutenção, serviços, divulgação, materiais, pessoais, edificações, ampliações, recuperações e equipamentos.

Art. 10. Os estatutos das entidades de administração do desporto, deverão estar elaborados de conformidade com a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, e obrigatoriamente regulamentar, no mínimo:

- I - instituição do Tribunal de Justiça Desportiva, nos termos da Lei 9.615, de 24 de março de 1998;
- II - inelegibilidade de seus dirigentes para desempenho de cargos e funções eletivas ou de livre nomeação de:
 - a) condenados por crime doloso em sentença definitiva;
 - b) inadimplentes na prestação de contas de recursos públicos em decisão administrativa definitiva;
 - c) inadimplentes na prestação de contas da própria entidade;

d) afastados de cargos eletivos ou de confiança de entidade desportiva ou em virtude de gestão patrimonial ou financeira irregular ou temerária da entidade;

e) inadimplentes das contribuições previdenciárias e trabalhistas;

f) insolventes.

Parágrafo Único - Independentemente de previsão estatutária é obrigatório o afastamento preventivo e imediato dos dirigentes, eleitos ou nomeados, caso incorram em qualquer das hipóteses do inciso II, assegurado o processo regular e a ampla defesa para a destituição.

Art. 11. As entidades de administração desportivas beneficiadas pelo Programa Estadual de Fomento e Incentivo ao Esporte Amador, Olímpico e Para-olímpico, de modalidades que integram o programa dos Jogos Olímpicos, são:

MODALIDADE	ENTIDADE ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DESPORTIVA
1. Atletismo	1 - Federação Paranaense de Atletismo
2. Beisebol e Softbol	2 - Federação Paranaense de Beisebol e Softbol
3. Badmington	3 - Federação Paranaense de Badmington
4. Basquete	4 - Federação Paranaense de Basketball
5. Boxe	5 - Federação Paranaense de Boxe
6. Canoagem (slalom) canoagem (velocidade)	6 - Federação Paranaense de Canoagem
7. Ciclismo (estrada) Ciclismo (mountain Bike) Ciclismo (pista)	7 - Federação Paranaense de Ciclismo
8. Esgrima	8 - Federação Paranaense de Esgrima
9. Futebol	9 - Federação Paranaense de Futebol
10. Ginástica (artística) Ginástica (rítmica desportiva) Ginástica (trampolim acrobático)	10 - Federação Paranaense de Ginástica
11. Handebol	11 - Federação paranaense de Handebol
12. Hipismo (adestramento) Hipismo (saltos)	12 - Federação Paranaense de Hipismo

MODALIDADE	ENTIDADE ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DESPORTIVA
13.Hóquei na Grama	13 - Federação Paranaense de Hóquei Sobre a Grama e Indoor
14.Judô	14 - Federação Paranaense de Judô
15.Levantamento de Peso	15 - Federação Paranaense de Levantamento De Peso
16. Lutas (livre e greco-romana)	16 - Federação Paranaense de Lutas Associadas
17.Natação Natação Sincronizada Saltos Ornamentais Pólo Aquático	17 - Federação Paranaense de Desportos Aquáticos
18. Pentatlo Moderno	18 - Federação Paranaense de Pentatlo Moderno
19. Remo	19 - Federação Paranaense de Remo
20. Tae kwon do	20 - Federação Paranaense de Tae kwon do
21. Tênis	21 - Federação Paranaense de Tênis
22.Tênis de Mesa	22 - Federação Paranaense de Tênis de Mesa
23.Tiro	23 - Federação Paranaense de Tiro Esportivo
24.Tiro com Arco	24 - Federação Paranaense de Tiro Com Arco
25.Triatlon	25 - Federação Paranaense de Triathlon
26.Vela	26 - Federação Paranaense de Vela e Motor
27. Vôlei Vôlei de Praia	27 - Federação Paranaense de Voleibol

Art. 12. As entidades estaduais de administração desportiva beneficiadas pelo Programa Estadual de Fomento e Incentivo ao Esporte Amador, Olímpico e Para-olímpico, de modalidades que integram o programa dos Jogos Para-olímpicos, são:

MODALIDADE	ENTIDADE ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DESPORTIVA
1. Atletismo	1 - Federação Paranaense de Atletismo

MODALIDADE	ENTIDADE ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DESPORTIVA
2.Basquete	2 - Federação Paranaense de Basketball em cadeiras de rodas
3.Ciclismo	3 - Federação Paranaense de Ciclismo
4.Esgrima	4 - Federação Paranaense de Esgrima
5.Futebol de 7 (paralisados cerebrais) Futebol de 5 (para cegos)	5 - Federação Paranaense de Futebol
6. Goalball (esporte criado exclusivamente para pessoas cegas e deficientes visuais)	6 - Federação Paranaense de Goalball
7. Halterofilismo, Levantamento de Peso	7 - Federação Paranaense de Levantamento de Peso
8. Hipismo	12 - Federação Paranaense de Hipismo
9.Judô	14 - Federação Paranaense de Judô
10.Natação	10 - Federação Paranaense de Desportos Aquáticos
11.Tênis de Mesa	22 - Federação Paranaense de Tênis de Mesa
12.Tênis de Cadeira de Rodas	12 - Federação Paranaense de Tênis
13.Tiro	13 - Federação Paranaense de Tiro Esportivo
14.Tiro com Arco	14 - Federação Paranaense de Tiro Com Arco

Parágrafo Único - As Federações Vinculadas são as responsáveis por esportes que não participam dos Jogos Olímpicos:

- Associação Paranaense de Rugby;
- Associação Paranaense de Vôo a Vela;
- Associação Paranaense de Automobilismo;
- Federação Paranaense de Bicicross;
- Federação Paranaense de Boliche;
- Federação Paranaense de Caça e Tiro;
- Federação Paranaense de Capoeira;
- Federação Paranaense de Culturismo e Musculação;
- Federação Paranaense de Desportos Terrestres;
- Federação Paranaense de Esqui Aquático;

- Federação Paranaense de Futebol de Salão;
- Federação Paranaense de Golfe;
- Federação Paranaense de Hóquei e Patinação;
- Federação Paranaense de Jiu-Jítsu;
- Federação Paranaense de Karatê;
- Federação Paranaense de Kung Fu/Wushu;
- Federação Paranaense de Motociclismo;
- Federação Paranaense de Orientação;
- Federação Paranaense de Pára-quedismo;
- Federação Paranaense de Pesca e Desportos

Subaquáticos;

- Federação Paranaense de Squash;
- Federação Paranaense de Surf;
- Federação Paranaense de Xadrez;
- Federação Paranaense de Desporto Universitário.

Art. 13. As entidades estaduais de administração desportivas beneficiadas pelo Programa Estadual de Fomento e Incentivo ao Esporte Amador Olímpico e Para-olímpico deverão apresentar anualmente projetos de contrapartida social.

Art. 14. As entidades estaduais de administração desportivas beneficiadas com descentralizações financeiras, ao executarem despesas com recursos oriundos da presente lei deverão observar o conjunto de princípios da administração pública, tais como, legalidade, impessoabilidade, moralidade, publicidade, eficiência, igualdade, isonomia, finalidade, dever de licitar e dever de prestar contas.

Art. 15 As entidades estaduais de administração desportiva beneficiadas pelo Programa Estadual de Fomento e Incentivo ao Esporte Amador, Olímpico e Para-olímpico, deverão prestar contas ao Tribunal de Contas do Estado.

Art. 16. A fiscalização de aplicação dos recursos próprios das entidades estaduais de administração desportivas, a eles repassados em decorrência da presente lei, será realizada mediante os instrumentos de fiscalização especificados no Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, com base nos princípios da seletividade, materialidade, relevância e risco.

Art. 17. Caberá ao Poder Executivo a regulamentação da presente lei, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de publicação, sendo assegurada a participação das entidades estaduais de administração desportiva na elaboração do decreto regulamentador.

Sala das Sessões, em 02.05.2005.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

O esporte olímpico e para-olímpico brasileiro passa por um processo de pleno desenvolvimento, comprovado pela conquista do inédito número de medalhas de ouro nos jogos olímpicos e para-olímpicos de 2004.

Com esses resultados apresentados à Nação brasileira, levaram outros Estados a se organizarem e criarem leis de incentivos ao esporte amador olímpico e para-olímpico com objetivo de ajudar financeiramente, de forma contínua, ininterrupta e permanente suas Federações Desportivas, onde permitam a elas um planejamento e execução em longo prazo, sem o qual nenhum esporte pode se desenvolver.

Com este tipo de iniciativa legislativa, esses Estados, atraíram atletas de primeira linha (atletas Pan-americanos, olímpicos e para-olímpicos) de outros Estados, como o nosso Paraná, de todas as modalidades esportivas, fazendo com que vestissem suas camisas, levantassem suas bandeiras, e subissem o mais alto degrau do pódio como se daquele Estado fosse.

Alguns anos atrás, o nosso país, Brasil, perdeu diversos atletas ranquiados, para outros países, onde esses mesmos atletas se naturalizaram, tendo em vista o grande incentivo que continuam oferecendo, ao esporte.

A Lei nº 8313 de 23 de dezembro de 1991 (Lei Rouanet); mais a Lei 9615 de 24 de março de 1998 (Lei Pelé); juntamente com a Lei 10.264 de 16 de julho de 2001 (Lei Agnelo/Piva) principalmente as Leis 9615 e a Lei 10264, trouxeram um grande avanço para o desenvolvimento dos demais esportes, além do futebol, na medida em que os esportes olímpicos e para-olímpicos passam a ter possibilidades de melhor aprimoramento.

Não é possível que um país com 170 milhões de habitantes, com características tão variadas, aptos, portanto, à prática de qualquer esporte, não sejam potência esportiva em jogos olímpicos. Só através de grandes incentivos e de boa formação desportiva nos clubes, escolas, universidades, administrados pelas nossas Federações Desportivas, poderá o nosso Estado reiterar sua presença com atletas paranaenses, no pódio das Olimpíadas e Para-olimpíadas.

Em País com as dimensões do Brasil, com os extraordinários atletas que possui, com a marca internacional que representa o futebol brasileiro, não há como se organizarem competições deficitárias se tiverem a liberdade de organizá-las em função dos interesses exclusivos das entidades de prática desportiva. E é bem de ver que, nesse particular, os clubes de futebol foram os grandes beneficiados, na medida em que poderão agrupar-se em entidades autônomas onde todas os integrantes têm os mesmos interesses, as mesmas finalidades e as mesmas potencialidades. Mesmo assim o fazendo, ainda poderão estar filiados a entidades de administração dos desporto e participar de seus campeonatos quando isto lhes convier. Será o império dos clubes grandes e dos dirigentes competentes. As divergências e até as desavenças terão que ser esquecidas e sepultadas em benefício de todos. Os clubes ditos pequenos, se quiserem sobreviver, terão que se adequar a essa nova filosofia de esporte e lutar pela possibilidade de acesso, independentemente de descenso.

Campeonatos estaduais, regionais, num país da dimensão do Brasil, se bem organizados, há de gerar

extraordinários espetáculos para seus participantes, principalmente se considerarem as dezenas de grandes clubes e as centenas de bons atletas.

Os comentários ora urdidos se dirigem principalmente à prática do futebol porque é desta modalidade esportiva que mais cuida do povo brasileiro tanto que cada desportista tem a sua seleção própria e também porque a Lei Pelé, como fizera a Lei Zico, se direciona mais para esse esporte.

Mas estas considerações valem para todos os esportes, embora eu também concorde com aqueles que gostariam de ver uma lei específica para o futebol e outra para as demais modalidades desportivas, exatamente por essa desproporção entre o interesse geral pelo futebol e o interesse particular dos simpatizantes de cada outra modalidade desportiva, que nos dias de hoje, está mudando em muito, como temos hoje o vôlei, o tênis, o hipismo, a natação e outros que todos nós presenciamos na última olimpíada.

O nosso grande e estimado Estado do Paraná, reconhecido como celeiro esportivo, antecedendo aos Jogos Pan-americanos de 2007, que será realizado aqui em nosso País, na cidade do Rio de Janeiro, precisa, merece este projeto de lei, que tanto beneficiará o esporte paranaense.

PROJETO DE LEI Nº 244/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Alfredo Lang.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.05.2005.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

Alfredo Lang nasceu em 1º de julho de 1948, na cidade de Candelária, Rio Grande do Sul, filho do Sr. Othamar Rodolpho Lang e Sra. Laura Lyra Lang.

Teve formação acadêmica como Engenheiro Agrônomo junto à Universidade Federal de Santa Maria, no Estado do Rio Grande do Sul, concluída em 1974.

Pós graduou-se em gerenciamento avançado de negócios (MBA) no curso de formação básica para altos executivos da Fundação Getúlio Vargas, concluindo-o em 1999.

Em 1998 recebeu da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná o troféu de Engenheiro Agrônomo do ano.

Trabalhou na Ciba-Geigy Química em 1975 e ingressou na C. Vale como funcionário em 03 de janeiro de 1976, permanecendo nessa condição até 19 de fevereiro de 1992.

Exerceu várias funções dentro da hierarquia administrativa da C. Vale, entre as quais a de gerente da Divi-

são Agropecuária por dez anos e coordenador do planejamento estratégico que deu origem ao plano de modernização da C. Vale.

Em 1978, passou cem dias no Centro Internacional de Melhoramento de Milho e Trigo, no Estado de Sonora (México) realizando trabalho de pesquisa e seleção de cultivares de trigo.

Realizou inúmeras viagens internacionais de negócios e para participação em feiras e eventos ligados ao agronegócio.

Em 20 de fevereiro de 1992 foi eleito Diretor-Vice-Presidente da C. Vale e em 07 de fevereiro de 1995 foi eleito pela primeira vez Diretor-Presidente dessa mesma cooperativa, tendo sido reeleito em 06 de fevereiro de 1998, 11 de fevereiro de 2001 e 06 de fevereiro de 2004.

Também exerceu o cargo de Diretor-Presidente da COTRIGUAÇU no período de 22 de janeiro até 15 de abril de 2002, bem como Diretor-Secretário da SUDCOOP em 1997 e Vice-Presidente da SUDCOOP/Frimesa.

Em reconhecimento ao seu trabalho pelo cooperativismo, recebeu da OCEPAR em 1999 e 2000, a medalha do Mérito Cooperativista Paranaense.

Também recebeu o título de Cidadão Honorário de Palotina, Francisco Alves e Assis Chateaubriand.

Em 2003 foi eleito líder empresarial nacional, passando a ser membro permanente do Fórum de Líderes da Gazeta Mercantil.

Atualmente, além de Presidente da C. Vale, exerce os cargos de Vice-Presidente da Organização das Cooperativas do Paraná, Presidente do Sindicato Patronal das Cooperativas do Oeste do Paraná (SINCOPAR Oeste), Conselheiro do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo/PR, Coordenador do Núcleo Oeste de Cooperativismo da OCEPAR, Vice-Presidente da COODETEC e Conselheiro de Administração da Frimesa.

Em 31 de março de 2005 foi eleito novamente Diretor-Presidente da COTRIGUAÇU.

O Sr. Alfredo Lang iniciou um processo de modernização quando assumiu a Presidência da Cooperativa C. Vale, que foi colocado em prática a partir de 1995. Com o plano, a C. Vale passou por uma reestruturação administrativa e por uma redefinição do foco de atuação. Ele estabeleceu como objetivos principais da Cooperativa a diversificação de atividades para ajudar a ficar os produtores no campo e a agregação de valor à produção dos associados. A estratégia da C. Vale foi apostar na agroindustrialização para gerar novas oportunidades de renda, especialmente aos pequenos produtores já que, no Estado do Paraná, 41% de seus associados possuem menos de dez hectares e 83% dos cooperados tem propriedades inferiores a cinquenta hectares. Com a implantação de um sistema de integração avícola, a C. Vale passou a oferecer aos associados a oportunidade de diversificação de atividades através da criação de frangos, gerando renda ao produtor. Desta forma, a cooperativa está contribuindo

para manter o associado no campo, realizando uma reforma agrária silenciosa, organizada e produtiva.

Além da avicultura a C. Vale investiu na industrialização de mandioca e estimulou a produção de leite e suínos. Essas atividades também diversificaram as atividades das propriedades que contribuem para o aumento da renda do produtor.

A C. Vale irá duplicar o complexo avícola a partir de 2005. A cooperativa, com sede em Palotina, inaugurou, no dia 8 de abril, três novas indústrias e a ampliação do abatedouro de frangos. Os empreendimentos vão criar 2700 novos postos de trabalho até o final de 2006, e os novos investimentos irão proporcionar mais renda aos associados, elevar a arrecadação de ICMS e gerar mais movimentação econômica nos Municípios envolvidos no complexo avícola. Os investimentos da C. Vale prevêem a duplicação da capacidade de industrialização do abatedouro para 300 mil aves-dia. A cooperativa também construiu uma nova fábrica de rações, uma desativadora de enzima de soja e uma indústria de cortes cozidos, fritos e assados de frango. Lang informou que os investimentos totalizaram R\$240 milhões. A ampliação do complexo avícola permitirá o aumento das exportações. A C. Vale comercializa frango para 22 países, entre os quais Alemanha, Itália, Japão, Holanda, Inglaterra, China, Rússia e África do Sul.

Sras. e Srs. Deputados, apresento o presente título de Cidadão Honorário ao Sr. Alfredo Lang, por ser um homem empreendedor, um cooperativista convicto, daquele que faz da prática a geração de empregos e conseqüentemente almejando melhor qualidade de vida da população. O Sr. Alfredo Lang acredita que o trabalho dignifica o homem.

O presente título, tenho certeza, terá apoio dos nobres Parlamentares.

PROJETO DE LEI Nº 245/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Pastoral da Pessoa Idosa, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.05.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A Pastoral da Pessoa Idosa, com sede e foro nesta Capital, entidade sem fins lucrativos, tem por objetivo desenvolver ações que concorram para o atendimento do idoso carente, dentro de um conceito familiar, nas áreas que interferem diretamente na sua vida na comunidade - educação, saúde, nutrição e desenvolvimento como cidadão.

A Pastoral da Pessoa Idosa já funciona, como programa da Terceira Idade da Pastoral da Criança, desde o ano de 1996, com enorme sucesso, levando serviços totalmente gratuitos aos idosos carentes, conforme declaração assinada pela Dra. Zilda Arns Neumann, Coordenadora Nacional da Pastoral da Pessoa Idosa.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

Projeto de Lei Complementar

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 242/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica acrescido o parágrafo 3º ao artigo 26 da Lei Complementar nº 103/2004, com a seguinte redação:

“§ 3º No caso de ser necessário transporte intermunicipal, o auxílio-transporte será compatível com o valor efetivamente gasto pelo professor para cumprimento da carga horária designada”.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.05.2005.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

Diversos professores da Rede Estadual de Ensino são designados para trabalhar em local diverso daquele onde residem. Todavia, os custos da passagem são elevados (ex: Ponta Grossa - Telêmaco Borba: R\$31,42) consumindo o valor superior àquele pago a título de auxílio-transporte.

Assim, o presente projeto de lei complementar tem o objetivo de sanar esta deficiência, apresentando solução para que não se sobrecarregue o salário-base do professor com os custos do transporte intermunicipal.

Para tanto, pedimos o apoio dos nobres Pares desta Casa.

Grande Expediente: Sessão Solene em comemoração ao Dia do Imigrante Polonês no Paraná

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Por proposição desta Presidência e aprovado por unanimidade por esta Casa de Leis, o Grande Expediente desta Sessão será destinado à comemoração do Dia do Imigrante Polonês no Paraná.

Por um acordo de Lideranças, foi transformado o Pequeno Expediente, na antecipação desta Sessão Solene.

Portanto, passamos à Sessão Solene, conforme requerimento aprovado por esta Casa.

Composição da Mesa:

Passo a fazer o registro da Mesa de honra para esta Sessão.

Exmo. Sr. Deputado Augustinho Zucchi, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Orlando Pessuti, Vice-Governador do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Jacek Padée (Iatsek Padée), Vice-Consul da Polônia; Exmo. Sr. Vereador Tito Zeglin, representando a Câmara Municipal de Curitiba; Exmo. Sr. Deputado Carlos Simões, 1º Secretário da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Deputado Delegado Bradock, 2º Secretário da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Convido os presentes a ouvirem o Hino da Polônia, a ser cantado pelos corais João Paulo II e Colônia Murici.

(Apresentação Coral - Folclore)

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Esta Presidência gostaria de agradecer a presença de todos, especialmente do Corpo Consular da Polônia que aqui está.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Neivo Beraldin, autor da lei que institui o dia do imigrante polonês no Paraná.

Pronunciamentos:

Deputado Neivo Beraldin (PDT)

O SR. NEIVO BERALDIN

Sr. Presidente, Deputado Augustinho Zucchi, nesse ato representando S. Exa. o Presidente da Casa, autor dessa homenagem especial do dia de hoje; Vice-Governador do Estado, nosso amigo e companheiro Orlando Pessuti; Sr. Vice-Cônsul da Polônia, Jacek Padée; Exmo. Sr. Vereador Tito Zeglin, representante da Câmara Municipal de Curitiba, Vereador que nos deu a sugestão para que criássemos esse dia especial em homenagem à colônia polonesa; Sr. 1º Secretário, Carlos Simões, Sr. 2º Secretário, Deputado Delegado Bradock.

(Lê):

“Na minha vida parlamentar tenho a honra de poder participar da história da comunidade polonesa no Paraná. Um povo aguerrido, um povo que não tem medo do trabalho, que não esmorece diante das dificuldades. Ao contrário, as dificuldades engrandecem o sentimento de união deste povo que, ao longo do tempo, tem nos deixado exemplo de como superar as crises com extrema criatividade e perseverança.

Foi com base nessa admiração pelo povo polonês que propus, no ano passado, um projeto de lei que originou a Lei 14.381, de 30 de abril de 2004, que institui o dia 02 de maio como o Dia Estadual da Comunidade Polonesa.

Curiosamente, no mesmo período do ano passado, a Polônia passou a integrar a mais forte organização do continente europeu - a Comunidade Econômica Europeia. Participação esta, que com certeza vai se traduzir em um marco no desenvolvimento daquele povo tão sofrido e massacrado durante o período do nazismo e no pós-comunismo, quando grande parte de seu povo conheceu as agruras da pobreza, da miséria e da fome.

Os primeiros poloneses chegam aqui em 1871. Até a II Guerra Mundial já haviam constituído um dos maiores contingentes de colonizadores estrangeiros no nosso Estado, formando também um dos maiores núcleos de emigração de poloneses no mundo.

Baseando-se no percentual populacional que essa etnia constituía no Paraná no início do século XX, podemos dizer que seus descendentes representam um quinto da população paranaense. Segundo dados do Consulado Polonês, atualmente o Brasil conta com aproximadamente 1,5 milhão de poloneses, dos quais 40% estão no Paraná.

O Paraná é com certeza um Estado Brasileiro onde as marcas polonesas são as mais visíveis. Elas estão presentes no modo de vida, nos hábitos das pessoas, na religiosidade, na arquitetura paranaense, na gastronomia.

Foi enorme a contribuição polonesa na formação de nosso sistema escolar básico em duas línguas, além de papel primordial na fundação da oftalmologia paranaense, contribuição à nossa topografia e cartografia, pesquisas da industrialização da soja, produto este que em seguida tornou-se o mais forte das nossas exportações.

Certamente, se o Paraná é hoje considerado um Estado de fortíssima agricultura, devemos considerar a importância do agricultor polonês que desbravou as terras, e com o próprio suor as manchou tanto que se tornaram verdadeiramente e para sempre suas.

A imigração polonesa apresentou também um número expressivo de intelectuais, cientistas, sacerdotes, militares, artistas e outros que modernizaram nosso Estado.

A nação polonesa foi muito sofrida na sua história. Momentos de sua glória misturavam-se com os pesadelos de ser invadida, dividida, ocupada e maltratada. Por isso a emigração faz parte da história deste povo. Inclusive, a emigração ao Brasil. O próprio Papa João Paulo II, nosso querido Karol Wojtyła, um dos pontífices que mais tempo esteve à frente da Igreja Católica, falecido há exatamente um mês atrás, era polonês.

Foram escritas pelos poloneses as páginas mais lindas da história universal e da nossa, brasileira. Entre elas foi a participação deles na legião expedicionária brasileira durante a II Guerra Mundial, esta guerra que não somente resultou em extermínio maciço do povo polonês,

mas também colocou o país por décadas em domínio politicamente alheio.

Dia 02 de maio, que antecede o Dia da Constituição Polonesa, foi escolhido pelo Senado da Polônia para homenagear todos os poloneses no mundo em reconhecimento pelo que têm feito em prol da valorização do seu país. A nossa homenagem aos poloneses no Paraná vem então numa época em que toda a nação polonesa e seus descendentes no mundo sentirão um reconhecimento e um excepcional orgulho.

Hoje temos a alegria de receber no plenário desta Casa integrantes da etnia polonesa no Paraná. Imigrantes, filhos e netos de poloneses que vêm até aqui nos presentear com uma mostra da sua cultura e comemorar o Dia Estadual da Comunicação Polonesa, que é motivo de orgulho para todos nós, paranaenses.

Justifica-se esta homenagem à etnia e comunidade polonesa pela contribuição de colonizadores dessa nação ao Estado do Paraná. Foi inegável e com certeza decisiva a contribuição dos poloneses ao desenvolvimento do Paraná, à vida, à cultura, à economia e à tradição do nosso Estado.

Parabéns, poloneses!!!

A nossa homenagem aos poloneses do Paraná que estão ajudando a construir a grandeza deste Estado. A nossa sincera homenagem à colônia polonesa.

Mais uma vez agradeço a todos os Pares desta casa por terem aprovado, por unanimidade, esse projeto de lei instituindo o dia 02 de maio como um dia de comemoração à Colônia Polonesa.

Como sugestão, todos os Municípios do Paraná, através das suas Câmaras de Vereadores, podem, também, criar este dia para que esta festa - que hoje o Paraná conhece através do Canal 21 e da imprensa escrita, falada e televisada deste Estado - possa viver em todos os municípios, porque, certamente em cada Município do Paraná está a presença marcante da colônia polonesa.

Era isso. Muito obrigado!

(Quinteto de Metais Paraná Brass)

“Polonês, nunca perca a confiança, não sejas derrotado, não sejas desencorajado, não corte as raízes de vossas origens.

Sem sonhos as perdas se tornam insuportáveis, as pedras do caminho se tornam montanhas, os fracassos se tornam golpes fatais, mas se tivermos grandes sonhos nossos erros produzirão crescimento, nossos desafios produzirão oportunidades, nossos medos produzirão coragem.

Não só eu, mas a grande maioria dos presentes aqui, temos uma queda por canções, música, tradições, comidas. Acredito que esse é o nosso pecado polonês!”

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Esta Presidência tem a honra de conceder a palavra ao professor Paulo Heeren que falará em nome dos grupos folclóricos poloneses do Estado do Paraná.

Prof. Paulo Heeren

O SR. PAULO HEEREN

Exmo. Sr. Deputado Augustinho Zucchi, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Orlando Pessuti, Vice-Governador do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Jacek Padée, Vice-Consul da Polônia; Exmo. Sr. Vereador Tito Zeglin, representando a Câmara Municipal de Curitiba; Exmo. Sr. Deputado Carlos Simões, 1º Secretário da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Deputado Delegado Bradock, 2º Secretário da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

(Lê):

“O Folclore Polonês No Interior Do Paraná

Boa tarde, senhoras e senhores.

Relembrar a subida da Serra do Mar em carroções puxados por bois, enfrentando todo tipo de dificuldade parece-nos hoje, algo inusitado - único. Porém tais lembranças nos levam ao âmago de nossas origens. Nesta data festiva, cremos ser a família, a religião, e a arte itens principais para um breve discurso; afinal todos ou a maioria temos descendência européia.

Do final do século XIX, da ilha das Flores no litoral do Rio de Janeiro onde todos permaneciam obrigatoriamente de quarentena à mercê de tudo o que fosse possível e imaginável acontecer, aos nossos dias, muito sofrimento se passou, muitas vidas foram ceifadas na construção de nosso País.

O que manteve este povo unido? Como conseguiram sobreviver? Sabemos que para os poloneses a religião é fator preponderante e soberba, porém a família sempre exerceu papel definitivo na manutenção de suas identidades longínquas.

Tais identidades foram com o passar dos anos se modificando, adquirindo um novo sentido e conceito perante um povo constituído até então por nativos e caboclos. Tal modificação identitária deu-se em função dos descendentes de poloneses se manterem unidos pela família, religião e cultura, conservando seus costumes, tradições e linguagem. Apesar de no período Vargas idiomas estrangeiros terem sido reprimidos severamente, muitos sobreviveram bravamente, havendo hoje inúmeras oportunidades para professores destes idiomas, pois em várias cidades do Paraná há uma vontade geral de aprender-se a língua-pátria.

Temos algumas capitais polonesas no Brasil. É um título nobre, sem sombra de dúvidas, porém, tais capitais teriam um significado bem mais abrangente caso se dedicassem ao óbvio: ou seja; leis de preservação da cultura polonesa, escolas para o idioma e é claro manutenção de corais, bibliotecas e grupos folclóricos, pois foi e continua sendo a cultura e a arte alguns dos fatores atuais que mantêm esses descendentes unidos.

Como será que as Associações fora dos grandes centros, as que trabalham, mantêm suas estruturas funcionando!

Pasmem! Senhores. Vendendo pierogies, promovendo bazares de roupas usadas para classes menos abastadas, ou ainda, vendendo latinhas de alumínio como em São Mateus do Sul, Guarapuava, Paulo Frontin, Irati e tantos outros Municípios. O fazem com orgulho, mas cabe-nos lembrar que esta é uma forma não muito correta de fazer cultura e ainda educar muitos jovens por meio da dança, canto ou música.

Não seria hora de voltarmos ao passado para aprender um pouco. Quem sabe investindo nesta cultura milenar lográssemos mais resultados com os jovens, tão carentes por um direcionamento cultural.

Senhores! É fácil! É só querer, ou como o discurso corrente, ter vontade política.

Finalizando: essas entidades em nome deste professor de Educação Física e coreógrafo de grupos folclóricos poloneses há mais de 22 anos, agradece a oportunidade de poder lembrar nesta Casa que não é pelo econômico que a cultura polonesa sobrevive, e sim, pelas mãos de humildes descendentes que percebem a importância da arte na vida dos seus entes queridos.

Senhoras e Senhores: em tempo!

“povo que não sabe de onde vem, não sabe para onde vai.

Bardzo Dzienkviem”.”

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Esta Presidência tem a honra de conceder a palavra ao Sr. Jacek Padée, Vice-Cônsul da Polônia.

Sr. Jacek Padée

O SR. JACEK PADÉE

Exmo. Sr. Deputado Augustinho Zucchi, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Orlando Pessuti, Vice-Governador do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Vereador Tito Zeglin, representando a Câmara Municipal de Curitiba; Exmo. Sr. Deputado Carlos Simões, 1º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Deputado Mário Bradock, 2º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Senhoras e senhores do corpo consular do Paraná; meus amigos da comunidade polonesa e todos os convidados.

(Lê):

“Os poloneses devem muito ao Paraná! Começando pela onde migratória nos anos 70, do século XIX, várias gerações dos poloneses estavam chegando ao Brasil, e principalmente ao Paraná, em busca de uma vida melhor. E eles precisavam mesmo dessa melhoria, porque a maioria dos emigrantes foi forçada deixar a sua terra natal por razões econômicas.

Enquanto na Polônia, na época, as condições de vida eram muito precárias, faltava a independência política e a pobreza tomava conta das vilas e cidades, o Brasil era uma terra de muitas oportunidades. E os poloneses

aproveitaram essas oportunidades, e construíram uma vida melhor para eles.

Mas resultou, que no mesmo tempo, eles construíram muito mais do que isso. Junto com as outras etnias, eles construíram o Estado do Paraná, com a sua sociedade multicultural, sua agricultura diversificada e ecológica, sua indústria moderna e eficiente. O sucesso do Paraná origina-se da mistura de várias heranças culturais, quem sabe, sejam o mais importante recurso do Estado, uma verdadeira riqueza cultural. O que seria o Paraná sem esta contribuição de várias etnias que compõe a sua sociedade? O que seria o Paraná sem a contribuição polonesa? O Paraná também deve muito aos poloneses.

Hoje, nós comemoramos o Dia Estadual da Comunidade Polonesa no Paraná. É o dia em que o Estado do Paraná está fazendo homenagem aos poloneses que com muito sacrifício trabalhavam para o desenvolvimento do Estado, mas é também o dia em que os descendentes poloneses estão fazendo homenagem ao Paraná, à terra que recebeu aos seus pais, avós, bisavós e que lhes ofereceu uma nova vida melhor. Nem o Paraná, nem os descendentes poloneses não podem esquecer desta dívida mútua, porque memorizar é valorizar.

Dia 2 de maio é um dia especial para a comunidade polonesa fora da Polônia. Neste dia os poloneses na Polônia manifestam a sua solidariedade com os poloneses nos outros países do mundo no que é Dia Mundial da Comunidade Polonesa e Poloneses no Exterior. A Polónia também não esqueceu dos filhos da sua terra.

Por isso, eu gostaria, em nome da Sra. Cônsul, Grazyna Machalek que no momento está acompanhando a visita de delegação Parlamentar em Porto Alegre e no meu próprio nome agradecer: ao Deputado Neivo Beraldin pela iniciativa e aos Srs. Deputados pelos votos a favor, ao Sr. Marian Kurzac e ao Sr. Vereador Tito Zeglin da Sociedade União Juventus pelo apoio na lobbying pela lei, e a Sra. Jane Catenareski, pela idéia. Decretar este dia na Assembléia Legislativa já é uma grande honra para a comunidade polonesa, mas decretá-lo no dia 2 de maio é uma honra maior ainda.

Desta forma, os poloneses no Paraná poderão sentir-se valorizados duas vezes: na terra que os criou e na terra que lhes recebeu.

Muito obrigado!”

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Muito obrigado ao Vice-Cônsul da Polónia no Paraná.

Nós concedemos a palavra a Ilma. Sra. Maria Luiza Paredes Czerwonka - representante da Comissão dos Festejos do Dia do Imigrante Polonês no Paraná.

Sra. Luiza Paredes Czerwonka

A SRA. LUIZA PAREDES CZERWONKA

Boa-tarde a todos.

Primeiramente, eu gostaria de cumprimentar o Presidente da Mesa, Deputado Augustinho Zucchi; o Vice-Governador; o nosso Vice-Cônsul; demais autoridades da Mesa; o Corpo Consular de várias localidades que nos prestigia, comunidade polonesa em geral, os descendentes, os poloneses de sangue e os de coração.

Minhas palavras são breves, porque já fui precedida pelos falares do Deputado autor da nossa lei, do nosso Vice-Cônsul, que muito bem disseram todas as coisas que gostaríamos que fossem transmitidas a vocês.

Eu queria então, especialmente, agradecer à sensibilidade dos Deputados que nos proporcionaram essa alegria, esse contentamento, ao reconhecer no nosso Paraná que tem tantos imigrantes poloneses também, que não são todos os Deputados que passam dessa atividade, pura e simples, para esse lado da sensibilidade de reconhecer um povo que veio, que trabalhou, que tanto se empenhou aqui para construir o nosso Paraná, assim como vários outros.

E eu gostaria também de salientar que, como já foi dito também pelos meus antecessores aqui, um terço da população descendente ou polonesa que vive no Brasil, vive aqui no Paraná.

Então, que se incentive cada vez mais a cultura como esses nossos Deputados fizeram, abrindo esse espaço para nós e promulgando essa lei que institui a data. Era isso que eu queria dizer.

E para terminar, gostaria de agradecer mais uma vez, reconhecendo o empenho, a sensibilidade que vocês tiveram em nos receber, nos acolher e instituir essa data para todos nós. E que fique para sempre como uma abertura para nunca mais perdermos esse trabalho que temos de tentar manter a cultura, a música, a língua, de todas as formas, que todos nós sabemos, é um trabalho que não é fácil.

Então, eu gostaria de agradecer mais uma vez. Muito obrigada!

(Aplausos)

(Apresentação do Coral)

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Esta Presidência tem a honra em conceder a palavra ao Exmo. Sr. Orlando Pessuti, Vice-Governador do Estado do Paraná e neste ato representando o Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná.

Sr. Orlando Pessuti (Representando o Sr. Governador)

O SR. ORLANDO PESSUTI

Exmo. Sr. Deputado Augustinho Zucchi, mui digno Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná; Exmo. Sr. Jacek Padée, Vice-Cônsul da Polônia; estimado amigo, Vereador Tito Zeglin, representando V. Exa.

o Vereador João Cláudio Derosso, Presidente da Câmara Municipal; estimado amigo Carlos Simões, Deputado Estadual, 1º Secretário; estimado amigo Delegado Braddock, 2º Secretário desta Sessão; Sras. e Srs. Deputados, aos amigos e amigas do Corpo Consular; nossa saudação carinhosa, ao empresário Marcos Domakoski, também nosso carinho, à família Bossuwen, de Contenda, muito obrigado pela presença: carinho também e; homenagem a todas as demais senhoras que estão aqui, na pessoa da Jane Setenareski, minha assessora aqui na Assembléia, minha colega de extensão rural na EMATER e hoje Presidente das Centrais de Abastecimento do Paraná, e que com muito orgulho sempre faz referência à sua ascendência polonesa, ela que vem, como muitos de vocês, lá da nossa querida Colônia Murici, onde tenho também muitos amigos que tanto prezo naquele município de São José dos Pinhais; ao professor Paulo, que tão bem se manifestou aqui; a senhora Czerwonka, também pelas suas palavras, e a todos os amigos que aqui estão presentes, os representantes também da comunidade eclesástica do Paraná.

É uma satisfação para todos nós que neste momento possamos, como Vice-Governador do Paraná, como Secretário da Agricultura e muito especialmente representando o Governador Roberto Requião, neste dia, 02 de maio, em que se comemora no Paraná o Dia do Imigrante Polonês, concordar, mas ao mesmo tempo discordar do que disse o Padée e do que disse a Czerwonka. O Padée disse o seguinte: os poloneses devem muito ao Paraná - ele afirmou isto. Eu queria discordar dele dizendo que somos nós, os paranaenses, o Paraná, é que devemos muito aos poloneses. Nós é que devemos muito.

E da Czerwonka eu não quero discordar, mas quero reafirmar o que ela disse - aos poloneses de sangue e de coração - eu não sou um polonês de sangue, porque de sangue sou um italiano, mas de coração também sou um polonês porque respeito e admiro a história desta gente boa que cruzou os mares, que ficou na quarentena lá da Ilha das Flores, como foi dito aqui, que subiu a Serra do Mar sim, nos carroções, e que implantou neste Estado do Paraná nas terras que hoje sabemos não eram as melhores para serem cultivadas na agricultura, não eram as melhores tanto no clima, como na topografia, como na qualidade do solo, porque a colonização polonesa se distribui pelas regiões onde ainda hoje está instalada.

Todos nós sabemos que nessas regiões não estavam as melhores terras do Paraná, não estava a melhor topografia e não estava o melhor clima para a agricultura que se desenvolvia já, naquela época, no nosso Estado. Mas, apesar de tudo isso, os poloneses que para cá vieram, fizeram sua parte e ajudaram ao Paraná como foi bem dito, ao lado dos ucranianos, dos portugueses, dos árabes, aos alemães, ao lado dos brasileiros, dos pretos, indígenas que vieram do nordeste e de tantas outras regiões, eles ajudaram a fazer do Paraná o primeiro Estado em produção agrícola do País. E olhem que o Paraná tem apenas 2,3% do território brasileiro e somos o primeiro,

mesmo na estiagem deste ano, onde vamos deixar de produzir cerca de cinco milhões de toneladas de grãos por causa da estiagem, mesmo assim o Paraná será o primeiro lugar na produção agrícola! Um Estado que se agiganta no seu comércio, que se agiganta na prestação de serviços, o Paraná é procurado por gente de outros Estados na prestação de serviços, o Paraná que se agiganta na indústria é um Paraná, sim, de todas as raças mas é um Paraná, como foi dito, dos poloneses!

Dos poloneses do Brasil, um terço aqui vivem e esse um terço de poloneses que aqui vivem hoje na condição de brasileiros e paranaenses são responsáveis, sim, por esta diversidade cultural que nós temos, porque o povo polonês é rico, sim, na diversidade cultural, é rico nessa diversidade gastronômica, são gourmets.

Até ainda há pouco eu me lembrava que, pela música, pela arte, pela comida quando o orador à tribuna comparecia dizia: talvez seja um dos nossos pecados, dos nossos erros, não é? Por causa disso até, tive os meus problemas nos últimos dias, de coração, em decorrência talvez dessa disposição que sempre tive para a música, de sempre estar cantando, de sempre estar cultuando alguma tradição, de sempre estar fartamente me alimentando. Isso, com certeza, foi um dos meus pecados também e me acometeu, recentemente, um problema cardíaco do qual estou, graças a Deus, safado!

Por isso, quero dizer a todos vocês da alegria que tenho de estar aqui como um polonês, não de sangue, mas de respeito, de admiração, de consideração. Ainda ontem pude, mais uma vez, verificar a importância que os poloneses têm na vida de nós paranaenses e brasileiros, quando lia a revista Veja, ou a revista Caras, não tenho certeza em qual das duas vi este dado onde se falava do percentual das pessoas que vão à igreja todas as semanas, pelo menos uma vez por semana e em primeiro lugar estavam os poloneses como aqueles que mais vão à igreja todas as semanas. Isso para nós que acreditamos num Ser Superior, que professamos o cristianismo, para nós que gostamos de ir também à igreja, para nós é uma alegria, um dia depois de ter lido isso, estar aqui junto com vocês comemorando a data paranaense do imigrante polonês.

Por isso, salve a Polônia, salve os poloneses do Paraná, porque juntos, todos nós, construímos a história deste Estado e somos esta gente boa que todos valorizam e respeitam a serviço de uma nação e a serviço do mundo.

Viva os poloneses que aqui estão e aqueles que não puderam vir!

(Aplausos)

Encerramento da Sessão Solene:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Esta Presidência agradece a presença das autoridades civis, militares, dos representantes, do corpo consu-

lar, do Coral João Paulo II, do Coral da Colônia Murici, do Quinteto de Metais Paraná Brass e dos Grupos Folclóricos Poloneses, bem como dos demais representantes que aqui compareceram, honrando e dignificando o Poder Legislativo Paranaense.

Após esta solenidade, no Espaço Cultural desta Casa de Leis, será lançado o livro “Seleções Polonesas”, bem como, a abertura da Exposição sobre a Polônia e os poloneses no Brasil, que permanecerá até o dia 13 de maio.

Suspendo a Sessão por cinco minutos, para os cumprimentos.

Reinício da Sessão Ordinária:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, declaro reaberta a presente Sessão Ordinária.

Pequeno Expediente:

Passamos ao Pequeno Expediente.

Deputado Barbosa Neto, por cinco minutos.

Deputado Barbosa Neto (PDT)

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

A preocupação que eu trago na tarde de hoje é em relação à onda assustadora de assaltos que estão acometendo as cooperativas e, principalmente, as casas de defensivos agrícolas.

Conversava há pouco com o Vice-Governador Orlando Pessuti, Secretário da Agricultura, que desde o dia 24 de fevereiro tem se mostrado preocupado com essa situação, já que, segundo ele, em reunião com o próprio Secretário da Segurança, Dr. Luiz Fernando Delazari, teria sido montada uma força-tarefa para combater especificamente esses assaltos que estão assustando os produtores agrícolas também na Região de Londrina.

Praticamente todas as cooperativas agrícolas já foram vítimas de assaltos, como a integrada Corol, em Irati, a “Domitu Etimura” e tantos outros.

No último assalto foram mais de trezentos mil reais que os ladrões, em uma ação cinematográfica, após renderem funcionários, acabaram utilizando uma carreta para levar embora esses produtos agrícolas que são tão caros para os agricultores, mas que representam um insumo importantíssimo para o Paraná, que é o principal Estado, produtor agrícola do nosso País.

Essa quadrilha especializada vem agindo em todo o Estado e tem ramificações, inclusive com informantes

na região de Londrina. Raríssimas são as cooperativas que não tiveram um entreposto, ou mesmo uma extensão dessas cooperativas, assaltadas.

No meio da semana passada, tivemos em Londrina uma quadrilha que já havia praticado mais de 36 assaltos em Mato Grosso e no Estado de São Paulo, sendo desbaratada pela Polícia. Esse aumento não pára apenas nas cooperativas ou nos entrepostos, mas atinge também as fazendas e até os sítios, roubando agroquímicos e implementos agrícolas, até.

A fazenda do Deputado José Janene, na Região de Londrina, foi assaltada duas vezes em menos de quinze dias. A consequência de tudo isso é que as próprias operadoras de seguro não estão mais assegurando as cargas agrícolas e os proprietários rurais estão tendo que fazer seguros agrícolas de maquinários, de colheitadeiras, de plantadeiras e até de tratores, um fato jamais visto na nossa cidade e na nossa região.

Então a preocupação que trazemos na tarde de hoje, Sr. Presidente, eu que não sou proprietário agrícola, não sou cooperado, não tenho um palmo de terra, mas que temos a sustentação da nossa economia no agronegócio, é para que o Governo do Estado, através da Secretaria da Segurança Pública, tenha uma ação mais eficaz voltada para combater esses assaltos, que assustam todos os produtores rurais do nosso Estado. Nós vemos que a Secretaria de Estado possui órgãos específicos, delegacias especializadas na área, por exemplo, de furtos a caminhonetes, furtos a relógios Rolex, até com marca, inclusive, e por que, não ter um departamento específico para combater os assaltos ao agronegócio, já que a principal alavanca da nossa economia está calcada, sim, na produção agrícola, na produção rural?

Cobramos, portanto, esta ação integrada com pólos regionalizados, com cópia, centro de operações especiais especializadas, para que consiga, aliados à tecnologia, combater mais eficazmente esses assaltos, eu repito, que vêm tirando o sono dos produtores rurais, haja vista a seca, a baixa cotação do dólar, a falta de incentivos, e agora, vem também a violência assolando esses agricultores...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Um minuto para V. Exa concluir ou poderá usar o Horário da Liderança do seu Partido.

O Sr. Augustinho Zucchi (PDT)

Se. V. Exa. for usar o horário da Liderança do seu Partido, eu gostaria de um aparte.

Passa a usar o Horário da Liderança do PDT

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está concedido o Horário da Liderança do PDT.

O Sr. Augustinho Zucchi (PDT)

Quero parabenizá-lo por sua atuação parlamentar, que sempre traz temas importantes, não para esta Assembleia Legislativa, mas temas importantes para o Estado. Notadamente essa questão da segurança pública tem sido a preocupação de todos os Parlamentares. Acho que indistintamente da questão de Partido, todos sabemos que a questão da segurança pública no Paraná é uma questão a ser tratada com carinho, com respeito, porque as coisas estão acontecendo.

Eu convivo bastante próximo ao setor produtivo deste Estado, às nossas cooperativas, às associações, aos produtores, e V. Exa. levanta um assunto de extrema importância: o roubo de defensivos e insumos agrícolas tem estado presente na pauta da insegurança do nosso Estado. Não são poucos os casos que têm acontecido no Paraná. Parece-me que os grandes assaltos ocorridos nos centros urbanos se deslocaram, agora, para serem feitos no interior do Paraná, especialmente na área agrícola, como nós temos aí, um grande número de ocorrência.

Então, quero parabenizar V. Exa. e para ser breve, dizer que procede a sua preocupação com relação a esta situação. Acho que há algum tempo atrás tinha sido criada, inclusive, a Patrulha Rural, e tinha diminuído a incidência desses assaltos no meio rural. Hoje nós vemos que eles voltaram a ocorrer com muita intensidade.

Então, procede a sua preocupação e temos, sim, que solicitar ao Governo do Estado, através da Secretaria da Segurança Pública, que tome medidas mais concretas com relação a este fato.

Muito obrigado pela benevolência de V. Exa. em conceder este aparte.

O. SR. BARBOSA NETO (PDT)

Sou eu quem agradece, Deputado Augustinho Zucchi, que é um engenheiro agrônomo, um produtor rural, que conhece profundamente esta questão agrícola. E com certeza nós estaremos na tarde de hoje com nosso pronunciamento, fazendo este alerta até o Secretário da Agricultura, como acabei de conversar com o Vice-Governador, Orlando Pessuti e esperamos que nosso pronunciamento, aparteado por V. Exa., possa encontrar eco na Secretaria da Segurança Pública, através do Secretário Luiz Fernando Delazari.

Logo após o assalto cinematográfico do qual foi vítima a Cooperativa Agropecuária União, na Cidade de Ubatã, houve realmente esta atenção da Secretaria da Segurança Pública, mas ao que nos consta, parou por aí. É por isso que estamos cobrando, na tarde de hoje, do Secretário Luiz Fernando Delazari uma atuação, repito, mais pontual, para que possamos diminuir a incidência dos assaltos às propriedades rurais, aos entrepostos e às cooperativas agrícolas, que estão sofrendo barbaramente, eu diria até com esses assaltos de várias quadrilhas especializadas, Delegado Bradock, nessa questão do agronegócio.

Era o nosso pronunciamento Sr. Presidente, e mais uma vez pedimos aqui ao Secretário, se existe um departamento específico para combater os furtos de camioneta, se existe até uma ação integrada às joalherias que foram vítimas de assalto, ou aos relógios Rolex, inclusive fazendo até uma propaganda da marca aqui, por que não um Estado eminentemente agrícola como é o Paraná possuir uma força tarefa específica para combater até mesmo os assaltos às cooperativas, já que o COPE, Centro de Operações Policiais Especiais, a gente sabe, vem fazendo uma ação voltada para essa área, mas é claro, nós precisamos do serviço de inteligência e do investimento nas nossas polícias, e principalmente nessa questão para que a tecnologia sirva também como fórmula para combater esses assaltos, como nós temos aí por exemplo os exames de DNA, o levantamento das digitais dos assaltantes, que vimos em filme, mas que infelizmente não chegam aqui à nossa realidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, Deputado Rafael Greca.

Deputado Rafael Greca (PMDB)

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

No último domingo, 1º de maio, o Instituto Ambiental do Paraná proibiu a missa no Morro do Anhangava. É uma estranha visão essa de certos setores ambientalistas de que o uso de um patrimônio cultural e natural destrói a conservação e a preservação do patrimônio cultural e natural.

Essa missa no Morro do Anhangava realizava-se há mais de sessenta anos, primeiro na forma de uma romaria com a reza do terço, a oração do rosário católico; depois na forma de uma missa. Foi o velho André Andreata, da localidade Santa Luzia da Borda do Campo, que implantou essa tradição.

Ontem, exatamente quando fazia sessenta anos do armistício, da paz mundial - a missa foi implantada no tempo da Segunda Guerra Mundial quando a população tinha medo dos rumos da guerra; e depois foi conservada como um ato da paz, como uma missa da paz. Ontem era para a missa se realizar e o Instituto Ambiental do Paraná proibiu.

Eu sou totalmente contrário a essa idéia de proibir a pretexto de conservar! Se o uso de um patrimônio cultural ou ambiental fosse destruído pela presença do povo, Roma teria sido arrasada pelo último funeral, do Papa João Paulo II. Foram três milhões de pessoas a mais do que a população que já vive em Roma, e o ato religioso do funeral do Papa não fez mal nenhum ao inestimável cultural da humanidade, que é a Praça de São Pedro, o Vaticano e os sítios arqueológicos existentes em Roma usados há mais de dois mil anos e por isso conservados.

Essa visão de colocar a preservação ecológica e ambiental em oposição ao uso, e sobretudo ao uso religioso, é extremamente arcaica porque pode-se perfeitamente fazer trilhas pelo Morro do Anhangava, delimitar um mirante que pode servir para os meninos que descem de parapente, de asa-delta, enfim, criar no parque da Serra Baitaca, lá no morro pelado das pedreiras de Quatro Barras, que o povo chama de Morro Pelado, criar um espaço cultural, ecológico e ambiental.

Ao contrário, o Instituto Ambiental do Paraná preferiu ameaçar os padres, ameaçá-los de processo e de certa forma agir de uma maneira contrária, culturalmente ao seu dever, que é educar o povo para a preservação ambiental e não proibir.

Não se preserva nada por proibição. Tudo se preserva por entendimento.

Salvei a maior parte dos bosques de Curitiba transformando-os em parques. Salvei a maior parte das casas antigas de Curitiba transformando-as em unidades de interesse de preservação. Mas foi sempre conversando com a população, ganhando a população para causa da preservação e do entendimento do que proibindo.

Quando o Governo proíbe, cria ódio ao bem cultural. Quando o Governo proíbe, como fez o IAP na missa do Anhangava, o Governo se dissocia da verdadeira função dos institutos ambientais, que é a função de educar para o bom uso, para o uso ambientalmente sustentável.

Espero que no ano que vem a missa volte a acontecer, porque essa tradição de subir a montanha para estar perto de Deus, é a tradição de Moisés; dos grandes santos que se isolavam com sacrifícios para se aproximar do céu. E é a tradição ecológica de São Francisco de Assis que ensinou pela primeira vez a fé na preservação da natureza, à luz dos ensinamentos de Cristo. O próprio Cristo subiu ao Monte Tabor para o ato da transfiguração. Subiu as colinas do Horto das Oliveiras para a sua agonia e a preparação da sua paixão, e também subiu a montanha do Horto das Oliveiras para ascender aos céus.

Desejo ao Diretor do IAP que tenha a consciência de que não venceu o povo; não venceu a fé do povo, porque nesse ato de proibir a missa só há derrotados.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quero anunciar as presenças do Prefeito de Paisandu, Dr. Moacir, Valdir, Presidente da APAE, os representantes da escola Irmão Cirilo e Paulo Freire, do assentamento Missões de Francisco Beltrão.

Nossas boas-vindas aos nossos ilustres visitantes.

Com a palavra o Deputado Elton Welter.

Deputado Elton Carlos Welter (PT)

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Gostaria de enaltecer o programa que começou no último sábado do tradicionalista gaúcho Ivan Taborda, que vai ao ar na TV Tarobá.

Esse tradicionalista que tanto leva a cultura gaúcha e tem enaltecido e orgulhado os imigrantes, principalmente o Oeste do Paraná.

Na semana passada estive em Brasília. Fui acompanhado do Secretário dos Transportes Waldyr Pugliesi e o Diretor do DER. Essa agenda foi protagonizada pelo Deputado Federal Irineu Colombo e teve a participação do nosso Senador Flávio Arns.

As rodovias federais do Paraná e de outros Estados, muitas delas, através da MP 82, de dezembro de 2002, esta Medida Provisória transferiria, gradativamente, ano a ano, 25% das rodovias federais para os Estados. De fato isso foi acontecendo.

Ocorre que, foi repassado também ainda em dezembro de 2002, uma vultosa soma em dinheiro para o Estado do Paraná, que era para recuperar rodovias. Valor aproximadamente de 63 milhões e 183 mil, que é o Termo de Transferência nº 11/2002 de domínio de rodovias federais para o Estado do Paraná, em caráter irrevogável e irretratável, na forma abaixo.

Ocorre que esse dinheiro, segundo consta, não foi investido nas rodovias federais; foi gasto em outras questões. Para nossa surpresa e conclusão, há uma situação de impasse grandioso: Severino não quer mais editar medida provisória, não quer que o Governo Federal, o Poder Executivo, mande medidas provisórias para o Congresso Nacional. Estamos numa situação onde as rodovias, que em tese são federais, são do Estado. O Estado, através da PGE, nos seus pareceres, diz que as rodovias federais são de fato federais, mas nos termos da lei elas já são do Estado.

Tanto o Tribunal de Contas da União, se a União não fizer investimento nessas rodovias, é ilegal e aqui no Estado, também na PGE, diz que é ilegal, porque os investimentos não foram feitos. A única solução para essa situação, segundo a assessoria do Ministro dos Transportes (são em torno de novecentos quilômetros de rodovias federais) é, felizmente ou infelizmente, uma nova medida provisória convocando os novos governadores eleitos.

A situação é de em torno de quatorze Estados da federação para fazer um acordo, porque a Advocacia Geral da União, através dos seus Procuradores, diz que não dá para gastar um centavo nessas rodovias, porque já foram passadas para o Estado de acordo com a MP 82/2002. A PGE do Estado do Paraná diz que essas rodovias são federais e não vão fazer investimento e o dinheiro foi repassado no Governo anterior, inclusive os documentos estão aqui, abriu mão de qualquer questão de cobrar da União e está nesse imbróglio jurídico.

Então, o Ministro assumiu um compromisso e chamará todos os Governadores que têm essa situação para fazer um acordo, porque ficar essa briga jurídica não convém a ninguém e a saída é, infelizmente, buscar uma

medida provisória que dê solução, para que haja um entendimento entre o Estado que tem esse problema com a União, para poder haver investimento.

Então, a saída é fazer uma medida provisória e ela será buscada, em breve, para que haja esse entendimento com os Governadores, porque tanto o Governo do Estado não pode investir nas rodovias federais e a União também não.

Então, ficou esse impasse, infelizmente criado ainda no Governo anterior e, agora, se busca uma solução.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra o Sr. Deputado Ailton Araújo.

Deputado Ailton Araújo (PTB)

O SR. AILTON ARAÚJO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Inicialmente quero agradecer a gentileza do Deputado Scarpellini que nos concedeu esse espaço.

Venho a esta tribuna para ler manifesto da Convenção Batista Brasileira com respeito à decisão da 1ª Batista Goiânia, da não realização do casamento em seu tempo:

(Lê):

“Consoante a sua declaração doutrinária da liberdade religiosa que diz: Deus e somente Deus é o Senhor da consciência, a liberdade religiosa é um dos direitos fundamentais do homem, inerente à sua natureza moral e espiritual. Por força dessa natureza, a liberdade religiosa não deve sofrer ingerência de qualquer poder humano. Cada pessoa tem o direito de cultivar a Deus segundo os ditames da sua consciência, livre de coações de qualquer espécie. A Igreja e o Estado devem estar separados por serem diferentes em sua natureza, objetivos e funções. É dever do Estado garantir o pleno gozo e exercício da liberdade religiosa, sem favorecimento a qualquer grupo ou credo. O Estado deve ser leigo e a Igreja, livre. Reconhecendo que o Governo do Estado é de ordenação divina, para o bem-estar dos cidadãos e a ordem justa da sociedade, é dever dos crentes orar pelas autoridades, bem como respeitar e obedecer às leis e honrar os poderes constituídos, exceto naquilo que se oponha à vontade e à lei de Deus.

Considerando que em nosso País vivemos em um Estado democrático de direito, onde todos os poderes da República e todos os cidadãos estão submissos à Constituição; considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil estabelece deveres e direitos dos cidadãos, bem como os limites à atuação dos poderes, seja do Executivo, Legislativo ou Judiciário;

- que um destes limites impostos pela Carta Magna de 1891 concerne à separação da Igreja e do Estado, onde este é laico, desde a instituição da República de 1989, como explicitado no artigo 19, inciso I, excetuada

atuação conjunta, em nível de colaboração, no interesse público;

- que a liberdade religiosa está assegurada na Constituição Federal, artigo 5º, VI, sendo competência fundamental dos poderes da República, munus concedido pela sociedade civil organizada, cumprir e fazer cumprir os preceitos contidos na Carta Magna;

- que esta liberdade religiosa, vigente em nosso País, concede às organizações religiosas de todos os credos a competência de estabelecer seus dogmas de fé, materializados em regramentos internos, cientes que estes não devem conter dispositivos discriminadores da dignidade da pessoa humana;

- que o casamento, além de seu prima afetivo, contratual e social, é para a igreja, sobretudo, um pacto espiritual diante de Deus e que, por isso, defende-o com zelo, visando a preservação da família enquanto instituição divina, como contido na Bíblia Sagrada, regra de fé e prática dos batistas.

Sustentamos...

- que é devido o respeito pela decisão que foi emanada pelo Judiciário, exatamente na garantia do Estado democrático de direito, que garante o acesso ao duplo grau de recurso, na busca da aplicação equânime da Justiça, especialmente quando colidentes princípios constitucionais;

- que segundo a mídia, o Ministro Edson Vidigal, Presidente do Superior Tribunal de Justiça, manifestou-se contrário à decisão judicial de Goiânia/GO, afirmando, como publicado pelos jornais, que “o Estado brasileiro não pode interferir em normas da Igreja, porque é laico, não tem religião”; portanto, ele acredita que não caberia decisão da Justiça nesse tipo de questionamento;

- que é direito da Igreja, enquanto pessoa jurídica de direito privado, organização religiosa, à luz do Novo Código Civil, fincar critérios compatíveis com o ordenamento jurídico pátrio, para a realização de suas atividades administrativas e religiosas em seu estatuto social, aos quais estão vinculados seus membros e congregados;

- que os fiéis de uma Igreja são cientificados ao adentrarem à organização religiosa que esta possui princípios, os quais, no caso em tela, estão expressos na Bíblia Sagrada e em seu estatuto social, concordando, por consequência, em aceitá-los e respeitá-los;

- que entendemos que a manifestação do poder judiciário data vênua extrapolou os limites de sua atuação, quando deliberou sobre questões que atinam à religiosidade dos fiéis, à luz da decisão judicial emanada em face da Primeira Igreja Batista em Goiânia/GO, ao determinar um casamento em contrário ao deliberado pela organização religiosa, dentro de suas diretrizes.

Por isso...

- num estado laico, onde as questões de fé, religiosidade e espiritualidade são de foro íntimo do cidadão, sendo vedado constitucionalmente a qualquer poder da

República interferir em normas internas da igreja (interna corporis) derivadas de seus princípios, sobretudo porque estas não ferem qualquer norma de direito positivo e sim, são a expressão do direito da organização religiosa auto-regulamentar-se enquanto pessoa jurídica de direito privado, facultado pelo Código Civil Brasileiro;

- somos solidários à Primeira Igreja Batista em Goiânia / GO, na defesa da visão espiritual da pureza do casamento, como estabelecido na Bíblia Sagrada, regra de fé e prática dos batistas, e no seu direito, enquanto organização religiosa, garantido constitucionalmente e explicitados no Código Civil, de instituir regramentos internos, respeitada a ordem jurídica vigente, atinentes a todos aqueles que integram sua membresia;

- conclamamos os poderes da República e a sociedade civil a manterem e respeitarem os princípios norteadores do estado laico, que pressupõe a separação da Igreja e do Estado nas questões de fé, espiritualidade e religiosidade do povo brasileiro.

(aa) PR. FAUSTO AGUIAR VASCONCELOS

Presidente

PR. SÓCRATES OLIVEIRA DE SOUZA

Diretor Executivo”

Não cabe aos Poderes se intrometerem dentro das Igrejas, como fez no caso o IAP, querendo impedir essa missa aqui em Quatro Barras. Pois bem, está se atravessando o Estado na Igreja - só falta vir o Poder Judiciário e determinar o que uma Igreja tem que fazer ou deixar de fazer! Só falta o Judiciário querer decidir como é que a Bíblia Sagrada deve ser interpretada! O respeito à questão de fé de cada organização deve ser mantido!

Por isso, nosso manifesto de apoio a esta Igreja e, nesse caso, à Convenção Batista Brasileira, que foi ultrajada por essa decisão que desrespeitou. Mas, infelizmente o Ministro restabeleceu essa ordem! É preciso que se respeite o direito das Igrejas. Não podemos aceitar a intromissão!

Por isso, Srs. Deputados, fazemos essa manifestação e agradecemos a atenção dos senhores!

O SR. NATÁLIO STICA (PT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, quero registrar nesta Casa, com muita satisfação, a presença do Padre Messias, da cidade de Campina Grande do Sul, que está nos visitando na tarde de hoje. Ele está fazendo um trabalho naquela cidade e no domingo foi lançada a pedra fundamental, por Dom Alfredo Novak, da igreja que será construída, a Igreja de Nossa Senhora de Fátima, que é uma réplica da Igreja de Portugal.

Bem-vindo a esta Casa, Padre Messias!

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

As nossas boas-vindas ao nosso ilustre Padre, que tem feito um belíssimo trabalho em sua paróquia.

Com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O Brasil é um país que desde o seu início teve conceitos diferenciados como nação e como empresa. O Brasil-empresa, que foi concebido para ser apenas uma plataforma exportadora, em primeiro lugar de pau-brasil, depois de açúcar, cacau, enfim, hoje de diversos produtos, inclusive soja e ferro, é um país que comporta determinados tipos de atitudes que o Brasil-nação não pode conviver. O Brasil-nação, que nós entendemos como um espaço onde todos têm igualdade de condições e de direitos, onde todos têm igualdades perante esse mesmo Estado e também têm as mesmas obrigações perante esse mesmo Estado, não pode ser um espaço onde, por determinadas situações, alguns setores possam fazer diferente daquilo que Nelson V. Sodré, que Raimundo Faoro e que tantos neste país colocam como sendo o papel de uma nação.

Neste sentido, já há algum tempo o Congresso Nacional vem discutindo e debatendo um projeto de lei que pretende, se aprovado, Projeto de Emenda Constitucional, proibir a contração direta ou indiretamente de pessoa, consangüíneas ou não, mas ligadas por grau de parentesco nos três Poderes e inclusive no Ministério Público. Aqui no Estado do Paraná apresentei um projeto, que está tramitando hoje nos dias subseqüentes, passo a apresentar uma Emenda à Constituição Estadual, até porque alguns Deputados me chamaram a atenção que o projeto que eu apresentei só poderia abranger o Legislativo, o Executivo e o Tribunal de Contas, ficando fora o Ministério Público e o Poder Judiciário.

Neste sentido, Deputados, eu estou reapresentando - em que o outro projeto continuar tramitando, - um projeto de emenda à Constituição Estadual que abrange uma alteração no Artigo 27 da Constituição Estadual e no seu parágrafo 17 diz: "Fica vedada a nomeação para cargos em comissão de conjugue ou parente consangüíneo, por afinidade ou civil, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau respectivamente, de Deputados no âmbito da Assembléia Legislativa, Conselheiros do Tribunal de Contas, do Governador e dos Secretários de Estado, no âmbito do Poder Executivo, Legislativo Estadual, dos Desembargadores, no âmbito do Poder Judiciário, e do Ministério Público.

Faço isso, Sras. e Srs. Deputados, em ato soluto, por entender que há qualquer pessoa ou qualquer dirigente deste Estado, em qualquer um dos Poderes, que seja atingido direta ou indiretamente por esse projeto, mas faço isso por entender que nós precisamos avançar naquilo que conceitualmente nós entendemos como sendo o Brasil-nação, um espaço onde todos possam ter os mesmos direitos, as mesmas obrigações e não possam se constituir os espaços públicos em espaços de privilégios pessoais de grupos de famílias.

Por isso, passo a buscar, já falei com alguns Deputados, falei com o Deputado Barbosa Neto, conversei com o Deputado Zucchi, com Deputados do meu Partido, passo a buscar as dezoito assinaturas que são necessárias para que nós possamos, após essas dezoito assinaturas, ter esse projeto tramitando. Entendo que estamos abrindo um debate aqui que não é fácil, não é tranquilo e nem tampouco pretendemos que esse seja um debate onde seja absoluto.

Ao contrário, Sr. Presidente, acho que a sua diversidade é que fará com que possamos externar as posições, divergentes ou não, que cada um aqui tem. E eu espero, vou procurar os 53 Deputados desta Casa e espero poder contar, não apenas com dezoito assinaturas, mas poder contar com as 53 assinaturas porque entendo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que, como já falei, há hoje um debate em nível nacional, há um debate, Deputado Dobrandino, em alguns Municípios sendo feito. E nós precisamos fazê-lo nesta Casa que é, sem dúvida nenhuma, o espaço privilegiado, mas principalmente o espaço legítimo para que debates como esse possam ser feitos e decisões como essa possam ser tomadas. E obviamente que a seu tempo, nós vamos fazer esse debate e em um primeiro momento nós passaremos a coletar as assinaturas para que esse projeto possa tramitar.

Era isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Horário da Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Passa-se ao Horário das Lideranças: PPS.

(**Declina**).

PFL. Com a palavra o Deputado Elio Lino Rusch.

Liderança do PFL: Deputado Elio Rusch

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Uso o espaço reservado ao Partido da Frente Liberal para discorrer aqui da tribuna sobre o encontro que o nosso Partido realizou na última semana, último final de semana, sábado, mais precisamente, na Cidade de Cascavel, onde mais de cinqüenta municípios compareceram, a Executiva Estadual do PFL estava reunida debatendo as questões partidárias e também as eleições do próximo ano.

E o mesmo aconteceu no dia de hoje quando aqui na capital do Estado do Paraná, aqui em Curitiba, nós tivemos a presença do Presidente Nacional do Partido da Frente Liberal, Senador Jorge Bornhausen, do Prefeito do Rio de Janeiro, pré-candidato a Presidência da República, César Maia, Senadores da República, de São Paulo, Paraíba, entre outros Deputados Federais, Deputados Estaduais e as lideranças do nosso Partido que estiveram reunidos na manhã de hoje aqui em Curitiba.

Dois momentos - num primeiro, na Câmara Municipal aqui da Capital, que homenageou com honrarias, ou seja, o Título de Cidadão Honorário de Curitiba, para o Senador da República, Jorge Bornhausen e também para o Prefeito do Rio de Janeiro, César Maia, foi homenageado também o Deputado Federal, Abelardo Lupion, com o título de Vulto Emérito de Curitiba. Foram homenageados também o Senador Osmar Dias e o Deputado Federal, Eduardo Sciarra. Foram homenagens, sem sombra de dúvida, que engrandecem os políticos e as pessoas que pensam o bem para o nosso Estado e por que não dizer, também, o bem do nosso país.

Junto com esta Sessão Solene nós tivemos o pronunciamento dessas autoridades enaltecendo a necessidade de colocar tanto o Estado do Paraná como o próprio país no rumo do desenvolvimento econômico.

Só queria fazer este registro, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para que fique registrado nos Anais aqui da Assembléia Legislativa que os homenageados no dia de hoje aqui na capital do Estado, são pessoas que têm estreita ligação com o nosso Estado e que estão comprometidas também com o desenvolvimento do nosso país.

O PFL comemorou, festejou, e não só o nosso Partido, porque nós tivemos a presença do Senador Osmar Dias, embora não seja do PFL, PDT, que estava presente e prestigiou este acontecimento. O Prefeito de Curitiba, Beto Richa, que é do PSDB, esteve presente também neste acontecimento, entre tantas e tantas outras lideranças que somaram exatamente os seus esforços e estão somando em torno de um projeto comum para o Estado do Paraná.

Junto com a presença dessas autoridades, nós tivemos também a filiação do empresário do Estado do Paraná, Joel Malucelli, que se filiou hoje de manhã, oficialmente, ao Partido da Frente Liberal. Sem sombra de dúvida uma das grandes aquisições, entre tantas outras lideranças que o nosso Partido obteve na manhã de hoje. E tudo isto que as filiações partidárias, esquecendo o lado solene da Câmara Municipal, mas que o PFL, como eu disse, tem um compromisso com o Estado do Paraná e também com o nosso país.

Seria este o registro. Agradeço muito e depois do encerramento da solenidade, tanto da Câmara Municipal, como a solenidade do PFL, nós nos dirigimos a um almoço onde o ex-Prefeito de Curitiba, Cássio Taniguchi, assumiu no dia de hoje também o Instituto Tancredo Neves, que é um órgão do nosso Partido. Estiveram presentes o Deputado Federal Vilmar Rocha, que é o Presidente Nacional do ITN do nosso Brasil. E presente também a Deputada Kátia, que é a Presidente do PFL Mulher do nosso Brasil.

Então, na verdade, Curitiba recebeu hoje todas essas lideranças do Brasil inteiro e fazendo com que cada Partido, não só o PFL, mas outros Partidos, cada um procura somar forças, mas hoje foi a vez do PFL, e eu tenho certeza que nós vamos caminhar juntos para o desenvolvimento do nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

PT com a palavra.

Deputado Natálio Stica.

Liderança do PT: Deputado Natálio Stica

O SR. NATÁLIO STICA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem, dia 1º de maio, dia em que se comemora o Dia do Trabalho, para nós dia do trabalhador, o Presidente Lula assina, o novo salário-mínimo de R\$ 300,00, ainda muito aquém do que sonhamos e sonha a classe trabalhadora mas é bom que se registre, pela primeira vez na História do nosso país, depois que foi instituído o salário-mínimo que tinha um patamar inicialmente garantido a chamada cesta de quatro pessoas, com condições de moradia, transporte, vestuário, alimentação. No início um sonho realizado que logo em seguida foi sendo corroído pela inflação, pelo tempo, pelo descaso, chegou-se a patamares infames na política econômica do nosso país.

Pela primeira vez, depois de muitos e muitos anos, superamos a casa dos 110 dólares de salário-mínimo. Repito, muito pouco, muito aquém das necessidades de uma família para sua sobrevivência, porém um primeiro passo já está sendo dado no sentido de recuperar as perdas, de recuperar a dignidade da classe trabalhadora. Sabemos que falta muito ainda mas esta demonstração que dá o Presidente Lula fazendo com que passe de uma política que vinha de um patamar de 60, 70 dólares mês já na casa de 110, 113 dólares com a visão, porque a cada ano tem que ser dado passos no sentido de recuperar as perdas ocorridas ao longo dos anos, nós temos certeza que estamos na política correta.

Aliado a isso é bom falar da política de emprego no nosso país. Sabemos que o desemprego continua sendo o maior câncer da classe trabalhadora pois uma família que não tem a condição de permanecer num posto de trabalho, que não tem uma renda, acaba ficando na exclusão social, na miséria e dizemos até que as pessoas perdem o direito de falar em cidadania. Sabemos que a promessa do Presidente Lula é de chegarmos a dez milhões de empregos; sabemos que ainda estamos muito distantes mas já chegamos ao patamar de 2.300.000 empregos, com carteira assinada, é bom que se diga.

Portanto, embora as críticas que estão chegando, reconhecemos que o Presidente Lula, com toda a responsabilidade que tem, sabedor que é de que não se faz um aumento de salário-mínimo por decreto ou num estalar de dedos, que não se acaba com o desemprego, neste número que está hoje no nosso país apenas com um decreto, e sim, com políticas que reafirmem o crescimento.

Neste sentido, este 1º de maio poderia dizer aqui, sem medo de errar, é um 1º de maio diferente dos últimos anos que nós participamos, inclusive do tempo que eu ainda era dirigente sindical.

Concedo o aparte ao Deputado Tadeu Veneri.

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

Obrigado, Deputado Natálio Stica.

O senhor bem lembrou, é verdade que estamos distantes e o próprio Presidente Lula afirmou, daquilo que todos gostariam. O salário-mínimo, longe ainda de ser o salário-mínimo que o próprio DIEESE e algumas centrais apontam como sendo salário-mínimo ideal, neste momento é um salário-mínimo que não só depende do Governo Federal mas também é um salário-mínimo que é aprovado, por acordo com os governadores, em comum acordo com os Prefeitos dos Municípios. Agora temos um caminho longo para percorrer.

A recuperação do salário-mínimo, e mais que a recuperação do salário-mínimo a recuperação do emprego no Brasil, que é um processo que irá demandar muito tempo e irá demandar muito esforço. E acredito que nós assim o faremos dentro desses próximos dois anos, e também dos próximos anos que teremos a partir de 2006 com a reeleição do Presidente Lula, porque teremos oito anos de mandato, para fazermos aquilo que foi promessa, que foi proposta e aquilo que sabemos que é necessário para que o país cresça, mas que cresça sem que tenhamos de volta a inflação, que o país cresça sem que tenhamos de volta não apenas o desemprego, mas também o subemprego que hoje tem sido uma catástrofe no país.

E acredito, sim, Deputado Natálio Stica, que precisamos desenvolver este país, mas precisamos desenvolver de forma sustentada e desenvolver de forma a permitir que todos participem dos benefícios que ele traz para toda a população.

Muito obrigado e parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. NATÁLIO STICA (PT)

Agradeço, Deputado Tadeu Veneri.

Antes de conceder aparte ao Deputado Ângelo Vanhoni, queria fazer algumas considerações, em especial à política que o Presidente Lula está desenvolvendo para a garantia da renda das famílias do nosso país, em especial quando se trata do cooperativismo.

Não do cooperativismo que nós conhecemos, onde criava-se cooperativas para “dourar a pílula”. Em nome do cooperativismo sabíamos que eram pequenas empresas, que tinham os empregados numa condição de empregados não registrados, mas como sócio da cooperativa, que na verdade nunca o foram. Hoje, não. O Presidente Lula moraliza o cooperativismo no nosso país, traz uma política de ajuda a essas entidades diminuindo a carga tributária das cooperativas.

Por exemplo, o IAP, que diminui consideravelmente. Na carga de impostos chegando quase ao limite de zero, fazendo com que o dinheiro que seria pago na carga tributária possa efetivamente ser distribuído entre os cooperados, e essas cooperativas darem condição de dignidade às famílias que ali participam.

A política que o Presidente Lula traz na área do desenvolvimento energético no nosso País, em especial na política do biodiesel, onde fez mescla da energia nova que é o biodiesel, a energia corretamente limpa, a energia que vem ajudar o nosso planeta contra essa manifestação que temos de poluentes, agentes poluidores do meio ambiente. E ao mesmo tempo trazendo a parte do social investida na produção do biodiesel. As cooperativas que trabalham na produção das oleaginosas, que dão origem ao biodiesel trazendo nesses grandes conglomerados toda a responsabilidade de ter na área de cultura, área de lazer, área de ensino, da educação, fazendo com que as verdadeiras glebas se formem em torno dessas áreas de produção e não apenas famílias produzindo e vendo apenas o rendimento econômico.

Na área da reforma agrária, é bom que se diga que a nossa política da reforma agrária não é pautada apenas pela quantidade que também é essencial, mas sobretudo pela qualidade. Os assentamentos, na era do Presidente Lula, se dão sob a égide, primeiro, da responsabilidade social. Noventa por cento dos assentamentos não tinham sequer luz ou água tratada. E hoje, setenta por cento dos assentamentos têm água e segundo o Deputado Tadeu, onze mil ligações, dando condições para que os assentados tenham incentivo para permanecer na luta e o homem do campo permanecer trabalhando no campo e trazendo alimento para as nossas mesas.

Concedo aparte ao Sr. Deputado Ângelo Vanhoni.

O Sr. Ângelo Vanhoni (PT)

Deputado Stica, eu só pedi a palavra para parabenizar o seu pronunciamento, que faz referência ao Dia do Trabalhador, Dia 1º de Maio.

Todos nós sabemos que as famílias dos brasileiros, todo o nosso povo do Paraná, todos nós vamos ficar felizes se a economia do nosso País crescer a números que nós todos desejamos, que todos os cientistas econômicos preconizam com números, para fazer com que o País cresça e traga desenvolvimento econômico, mas com distribuição de renda. Sobre tudo com a geração de emprego que nós precisamos para os nossos jovens.

A média de quatro, cinco por cento, é um número, que é difícil entender o quanto isso significa, mas segundo os economistas são números que atendem razoavelmente às necessidades do desenvolvimento econômico do nosso País. Isto é, há um número maior de geração de empregos na economia do que a dispensa de empregados, de trabalhadores na economia se o Brasil crescer a essa média de quatro, cinco por cento ao ano.

Mas, eu queria alertar para duas questões básicas, no meu entendimento. Uma em relação à reforma agrária,

esse problema do campo, que eu acho que dá para combinar com a geração de empregos.

Eu tenho notícias de que há investidores tanto nacionais, quanto de outros países dispostos a participar dessa nova vertente, dessa nova matriz de energia que é o chamado biodiesel. Recentemente, chegou a informação de que há grupos econômicos interessados em investir no plantio e na industrialização da mamona, para que, com a extração do óleo da mamona, possa ser acrescentado junto aos combustíveis fósseis, combustíveis vegetais e combustíveis minerais fazendo com que o Brasil não dependa tanto dessa reserva que nós temos que é a reserva petrolífera, do combustível mineral, que nós sabemos que ele é finito. O modelo da aquisição do óleo da mamona é o modelo que pode ser mais ou menos o que acontece em outros ramos da economia.

Por exemplo, famílias de assentamento na reforma agrária plantando esse vegetal e usinas tendo compra garantida desse vegetal. Então, se o governo disponibilizar áreas para plantio com esse tipo de programa, a iniciativa privada pode construir usinas para processar esse vegetal e trazer o óleo da mamona. Mais ou menos o que acontece com os agricultores no Sudoeste do Estado. Cultivam determinado ramo da agricultura, cuidam dos porcos, cuidam do gado leiteiro, dos frangos e vendem para as cooperativas com a Sadia, como a Perdigão, em regime de apoio técnico. Isso poderia ser feito também no caso do biodiesel.

No que diz respeito à geração de emprego nas grandes cidades, acho que o Governo deveria enveredar, estimular a criação de cursos profissionalizantes.

Eu estive um dia desses conversando no SINE - Serviço Nacional de Emprego, e a pesquisa feita em Curitiba e região Metropolitana é que havia vaga para a contratação imediata para azulejista, isto é, trabalhadores da construção civil, mas que têm tecnologia, têm conhecimento técnico para afixar azulejos, e não tem no mercado! Não tem nenhum curso profissionalizante nesse sentido!

Por isso, iniciativas como o senhor conhece, do Primeiro Emprego, dessa organização junto com a Universidade Federal e a Delegacia Regional do Trabalho, estão já ofertando cursos nesta área; vem ajudar, e muito, na geração de empregos no nosso Estado.

Parabéns a V. Exa. que traz a essa tribuna um debate com referência à data de ontem, que foi o Dia do Trabalhador e das perspectivas que a nossa economia e o nosso País têm de superar desafios, que são históricos.

O SR. NATÁLIO STICA (PT)

Quero comunicar aos Srs. Deputados que no sábado, último, estivemos com o Governador Requião, numa reunião e o Ministro Paulo Bernardo, onde o Paraná, através do Governo do Estado e o Ministro Paulo Bernardo fazem uma primeira conversa que foi muito importante para o prosseguimento e os investimentos, aqui do nosso Estado.

Convido os Srs. Deputados que amanhã, na reunião do secretariado, traremos o Diretor de Abastecimento da PETROBRAS, Paulo Roberto Costa, que vai trazer os investimentos da PETROBRAS para o Paraná.

Muito obrigado.

Viva 1º de Maio!

Viva a classe trabalhadora!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No horário destinado às Lideranças, com a palavra o Deputado Valdir Rossoni, do PSDB.

O SR. BARBOSA NETO (PDT) (Pela Ordem)

Gostaria muito de citar a presença, que muito nos honra, nesta Casa, do Presidente da Câmara Municipal de Londrina, Vereador Orlando Soares Proença, o Bonilha, juntamente com o Diretor da Companhia de Desenvolvimento de Londrina, Márcio Mello, e também do Secretário de Planejamento, Sérgio Plínio.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Também queremos cumprimentar nossos ilustres visitantes e cumprimentar também o Presidente Francisco Menin, de Santa Tereza; e Jurandir, de São Pedro do Iguaçu.

Nossas boas-vindas aos nossos amigos e companheiros.

A SRA. DEPUTADA CIDA BORGHETTI (PP) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, gostaria também de registrar a presença, neste plenário, dos Vereadores da Cidade de Paisandu, que nos honram com sua presença, Vereador Marquinhos, que esteve conosco na audiência pública com o Secretário da Segurança Pública. Estiveram quinze Vereadores da região de Maringá, reivindicando e pedindo mais segurança para nossos municípios, e agradecendo, também, o Secretário Delazari, que esteve na região sexta-feira.

Muito obrigada.

Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Subo à tribuna hoje para trazer aqui documentos que nos foram negados na última quarta-feira. Nós queremos nesta Casa, junto à Secretaria de Justiça e Cidadania, sobre a questão do DEPEN, da Comunicação 688/2002.

Foi o único requerimento derrubado nesta Casa, mas, felizmente, existem paranaenses que querem saber a verdade.

Nós estamos trazendo aqui, Sr. Presidente, documentos, o boletim de ocorrência da prisão do irmão do Secretário traficando. É importante deixar claro, aqui,

para os Srs. Deputados, que, se você prender um cidadão na rua, com um papelote, ele pode ser usuário, mas o irmão do Secretário da Segurança foi preso com doze papelotes no paletó, costurado!

Mas, o mais grave disto, Deputados, da denúncia, é que este boletim de ocorrência perdeu-se nos porões da Secretaria da Segurança Pública, da PIC, melhor dizendo. E quem era o comandante da PIC, na oportunidade? Era o Sr. Luiz Carlos Delazari.

Então, este que hoje é Secretário da Segurança, faltou com a verdade na CPI e para a imprensa paranaense, quando eu li os jornais que ele afirmou que este inquérito estava instalado, buscamos o inquérito - estão aqui os documentos, de que nada consta do inquérito.

O mais grave ainda: o homem que faz segurança neste Estado, além de faltar com a verdade com a imprensa, com a CPI, dizendo que seu irmão tinha sido processado, quero dizer-lhes que há algumas questões que têm que ser respondidas.

Primeiro: é tráfico qualificado. Prisão de três a quinze anos. O carro que estava traficando teria que ser preso e não está! Para os senhores terem uma idéia, o cantor Belo, só para citar um exemplo, foi gravado se comunicando com os traficantes, está preso.

O irmão do Secretário da Segurança do Paraná, protegido pelo atual Secretário que era o responsável pela PIC, foi preso em flagrante e o inquérito não foi instaurado. Por isso, e por esta razão, não faço, não trago aqui essa documentação com prazer. Gostaria que o Secretário da Segurança tivesse sim, ao estar no comando da PIC, encaminhando o boletim de ocorrência para instaurar inquérito.

Vejam aqui os senhores, nós temos aqui o boletim, aonde diz claramente...

O Sr. José Domingos Scarpellini (PSDB)

Concede-me um aparte?

(Assentimento)

Qual polícia que fez o flagrante, Civil ou Militar?

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Rubens Alves Chaves. Não posso lhe afirmar se foi Militar ou a Civil, o flagrante não sei, mas certamente, está aqui o boletim de ocorrência. Eu senti no ar na verdade, Deputado Scarpellini, por que não aprovaram o requerimento; nós só pedíamos, Deputado Bradock, esta documentação, porque tínhamos quase certeza, pelas informações que recebíamos, de que o Secretário, hoje, tinha faltado com a verdade.

Entramos com o requerimento, que não aprovado. O primeiro recusado nesta Casa; causou-nos estranheza. Aí começamos a receber mais informações, e nos chegou às mãos esta vasta documentação, na qual, primeiro prova, como é que nós podemos ser dirigidos por um homem, Secretário da Segurança, que acoberta um crime desta envergadura? Preso em flagrante! Aqui diz no BO, com cocaína e com craque. Além disso, aí a imprensa o

questiona e ele diz que o inquérito está instaurado. Faltou com a verdade, porque está aqui a documentação.

Então, eu quando ouço aqui vários pronunciamentos sobre segurança, nós temos que começar a segurança dentro da Secretaria da Segurança! O Secretário deve satisfações, sim, aos paranaenses! Tenho certeza absoluta de que o Governador do Paraná não tem conhecimento dessa documentação, porque, se ele faltou com a verdade, com a CPI, faltou com a verdade com a imprensa! Gostaria de saber se faltou com a verdade com o Sr. Governador...

Falo isso com grande tristeza, porque quando me chegou às mãos essa documentação, disse para mim mesmo, vejam com quem estou mexendo! Isso é um problema gravíssimo!

Quero recorrer aqui ao Presidente da Comissão de Segurança, Deputado Mário Bradock. Que nos acompanhe para levarmos este BO ao Ministério Público. Que o Ministério Público proceda também às investigações para este caso, porque, se fosse um cidadão de algum bairro de Curitiba estaria com seu carro preso, estaria na prisão! E ele nem está respondendo inquérito! É grave! É gravíssimo!

É por esta razão, acredito que o Líder do Governo, Deputado Dobrandino, que tem merecido da Oposição toda atenção, mas nesta situação, para nós continuarmos o diálogo que hoje existe entre Situação e Oposição, precisamos de um posicionamento do Governador.

Espero do Governador, nenhuma palavra agressiva aos Deputados da Oposição; espero um posicionamento seu, porque com documentos, não há argumentos.

Não acredito, mas há poucos minutos me chegou outra informação, que no dia de amanhã terei mais uma vasta documentação da questão dos grampos.

Estamos mexendo com algo que está extrapolando!

Concedo um aparte ao Deputado José Domingos Scarpellini.

O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)

Estou ouvindo atento o seu relato e lamentavelmente temos que colocar esta situação para o Paraná. Para dizermos ao paranaense que a situação da segurança pública no Estado é precária. Precária em todos os sentidos.

V. Exa. está dizendo que o Secretário da Segurança falta com a verdade. Quero dizer diferente: é mentiroso contumaz.

Ele veio à Comissão dos Direitos Humanos e Cidadania, a qual presido, dizendo que havia visitado há dez dias a cadeia pública de Paranaguá, que tinha conhecimento de toda a situação da tuberculose, da sarna. O delegado de Paranaguá disse que faz mais de dez meses que está lá, e nesse período, o Secretário foi, sim, a Paranaguá, mas no Porto e na Ilha das Cobras. Na cadeia ele não foi.

É costumeiro ele faltar com a verdade. Portanto, é considerado mentiroso.

Temos que tomar uma providência aqui pela Assembléia, porque ele aliviou uma situação onde seu irmão estava incurso no artigo 12, que é tráfico de drogas, que é coisa muito séria, e com isso, ele prevaricou. Vamos ter que fazer uma representação para que ele seja excluído do Ministério Público.

A situação é muito mais séria do que aparentemente parece. Estamos aqui, muitas vezes, analisando uma superfície, mas o comportamento dele é de exclusão do Ministério Público. Pelas mentiras que ele falou aqui, já era motivo, agora, pela prevaricação isso aí não tem, é certo que uma decisão judicial vai excluí-lo do Ministério Público e ele será colocado nas celas de superlotação, aliás, ele tem curso superior, vai para alguns lugares melhores do que as celas superlotadas onde ele está acostumado a dizer que está tudo bem.

Portanto, Sr. Líder, o Secretário realmente vem dando informações inverídicas, vem mentindo ao povo do Paraná. Na verdade, ele é o garotinho propaganda do Governo.

Muito obrigado pelo seu aparte.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

É importante que os Srs. Deputados se atenham que aqui, após a descoberta das drogas que foi detido, os soldados Rosenam e Machado, que foram solicitados...

Falo, agora, no Horário da Liderança da Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

V. Exa. tem cinco minutos.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

É cinco minutos, agora?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

V. Exa. falou quinze minutos. Portanto, tem agora cinco minutos.

Passa a usar o Horário da Liderança da Oposição

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Certo!

Esses soldados foram requisitados pelo Tenente da PM, Sr. Albiero, do Batalhão de Guarda do Presídio. O que não explica é que foi levado preso para o 4º Distrito Policial e entregue à Dra. Sônia Baggio. Então, alguém tem que dar explicação para nós. O Promotor da PIC é o atual Secretário da Segurança, a apreensão foi feita pela Polícia Militar, encaminhada à Delegada Sônia Baggio e a pergunta que fica no ar: qual o número do inquérito? Não tem inquérito!

Onde está a droga apreendida? Não existe!

Por que o carro não ficou apreendido?

Qual é a condenação?

Por essa razão, meu dileto amigo Dobrandino,...

O Sr. Barbosa Neto (PDT)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Valdir Rossoni, tenho que cumprimentá-lo por esse pronunciamento e digo o seguinte: o que espera mais o Sr. Governador Roberto Requião para definitivamente afastar do cargo de Secretário da Segurança Pública o Sr. Luiz Fernando Delazari?

Competência ele já provou que não tem!

Quando estava ainda naquela questão da caneta; do tiro que ele deu no seu próprio dedo; quando ele se identificou como Roberto Carlos, até aí nós aceitamos, mas diante dessas denúncias, um crime hediondo, tráfico de drogas é um crime inafiançável! Que moral possui o Secretário da Segurança para permanecer no cargo?

Exigimos do Governador uma posição de magistrado, neste momento! O Governo precisa ser frio e evitar que esse verdadeiro perigo para a sociedade continue comandando a Pasta principal da Segurança Pública no Estado do Paraná!

Mentiu, prevaricou e vários outros crimes foram insurgidos pelo atual Secretário.

Muito obrigado pelo aparte, Deputado.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Quero apenas desfazer um equívoco meu, e dizer que o Sr. Luiz Carlos Delazari era promotor da PIC. Era o seu pai e, hoje, temos o irmão do traficante como Secretário, que não abriu inquérito e é essa a situação. Talvez seja um pronunciamento que não estou fazendo aqui com nenhum prazer, porque é grave.

Deputado Dobrandino, no episódio da CPI do Narcotráfico sobre supostas participações, o Dr. Cândido Martins de Oliveira se afastou da Secretaria da Segurança e depois a própria Justiça inocentou-o.

Agora, não há como negar a verdade. Os documentos estão aqui. Espero que os documentos referentes ao grampo, que estão para chegar às minhas mãos, não envolvam novamente o atual Secretário da Segurança.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)

Permite-me um aparte?

(Assentimento)

V. Exa. faz uma denúncia que merece toda a preocupação desta Casa, da tribuna desta Assembléia. É claro que temos a absoluta certeza que o Ministério Público tomará as devidas medidas que lhe cabem, senão não podemos mais acreditar nem no Ministério Público e nem na Justiça.

Fico tranquilo que o Ministério Público tomará as providências, com relação a essa denúncia que está sendo feita na tribuna da Assembléia. Quando isso for realmente comprovado, tenho certeza que o Governador tomará, aí sim, as providências devidas.

Quero lhe dizer que o pronunciamento que V. Exa. faz tem a devida preocupação e merece de todos nós uma atenção especial nesse caso.

Vamos aguardar que o Ministério Público se pronuncie.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Para concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. tem um minuto para concluir.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Discordo um pouco do Líder do Governo, porque é impossível ter mais provas do que essas que temos nas mãos. Vamos encaminhá-las ao Ministério Público. Vou pedir, aqui, a companhia do Presidente da Comissão de Segurança, a quem vou entregar também essa documentação, enquanto procuramos obter as assinaturas para a CPI.

Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Horário do PMDB concedo a palavra ao Deputado Nereu Moura.

O SR. LUIZ NISHIMORI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, gostaria de registrar e agradecer a presença dos nobres Vereadores da cidade de Colorado: Índio Donati, Fátima Delazari, José Francisco, João Volpato, Jamil Amadeu, Antônio de Oliveira Filho, Presidente da Câmara, Norberto Moimas, e também a Vereadora de Santa Inês, Luíza Saraiva.

Muito obrigado pelas presenças.

Liderança do PMDB: Deputado Nereu Moura

O SR. NEREU MOURA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ouvi o pronunciamento do Deputado Rossoni, com a devida atenção, uma vez que se trata de um assunto palpitante e interessante, porque o Dr. Luiz Fernando Delazari é Secretário de Estado da Segurança Pública. Mas, Sr. Presidente, não nos impressionou a denúncia, porque denúncias aqui nesta Casa têm sido feitas de forma diária, algumas consistentes, outras inconsistentes, porque este é exatamente o papel de um Parlamento.

Em relação a esse assunto, que eu achava inicialmente que fosse algo preocupante, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós nos informamos e ficamos sabendo que esse fato ocorreu em 2002, quando o Dr. Luiz Fernando Delazari não era Secretário de Estado - era membro do Ministério Público do Estado do Paraná. Portanto, como Promotor de Justiça, não tinha influência alguma na Polícia Civil ou na Polícia Militar - não tinha ele, Dr. Luiz Fernando Delazari, filho de um dos homens

mais respeitados deste Estado, que foi Procurador-Geral de Justiça do Estado do Paraná, Luiz Carlos Delazari. Não era Secretário de Estado; era membro do Ministério Público do Estado do Paraná. Não era Chefe da PIC; era um Promotor de Justiça.

O irmão, Sr. Presidente, do Dr. Luiz Fernando Delazari foi abordado na Penitenciária Provisória do Ahu, em uma ocorrência já aqui relatada. Foi aberto inquérito policial normalmente, foi encaminhado o inquérito policial ao Ministério Público do Paraná, que pediu o arquivamento dessa ação penal e o Juiz de Direito, Dr. Mauro Ferreira, um dos juízes mais respeitáveis deste Estado, deferiu o pedido do Ministério Público pelo arquivamento dessa matéria.

Portanto, o que se cria é, na verdade, uma imagem para tentar atingir o Governador Requião, para tentar atingir uma das Secretarias mais espinhosas que tem o Estado, que é a Secretaria da Segurança Pública.

Não quero aqui Sr. Presidente, abordar a questão do envolvimento do irmão do Secretário, porque isso é um negócio familiar e me dói na alma fazer uso político de um drama tão ruim e indesejável para qualquer família, porque todos nós que somos pais e mães, não estamos livres de termos uma desgraça em nossa casa.

Não quero aqui, Sr. Presidente, criar um fato político em cima de desgraça familiar. Que mal tem o Secretário da Segurança Pública, de um irmão seu ter tido uma desgraça na vida, em um episódio lamentável e triste que, com certeza, chocou a sua família, seu pai, sua mãe e todos os seus familiares?! É triste, sim, fazer uso político de um episódio desse que machuca a família, que machuca as pessoas de bem.

Sei, neste momento, o quando deve estar sofrendo o nosso querido amigo Luiz Carlos Delazari, já marcado pela vida, pelo seu trabalho, pelo seu exemplo de pai, homem digno e de uma conduta irreparável!

Por isso, Srs. Deputados, fiz questão de checar essa informação para saber a sua veracidade, porque nós não queremos nada por baixo do tapete, como foi escondido no passado. Tem que ser tudo "com o pinga nos is"!

E, comovido com a notícia do possível envolvimento do Secretário de Estado da Segurança Pública do Estado Paraná, quis saber os detalhes da ocorrência, para que até estudássemos a possibilidade de convocar o Secretário aqui nesta Assembleia Legislativa. Porém, vi que era tudo fumaça, apenas fumaça para manchar, para mexer na vida de pessoas íntegras, pais e mães que sofrem tristemente com acusações levianas que se jogam ao ermo para atingir pessoas.

Por isso, aqui, venho repetir aos Srs. Deputados, às Sras. Deputadas, e ao povo do Paraná que a verdade precisa prevalecer. O Secretário da Segurança Pública do Estado do Paraná, e a bem da verdade, é preciso frisar, Sr. Presidente, que quando esse lamentável e triste episódio ocorreu e aqui eu me lembro, que também ocorreu um problema igual a esse com um membro desta Casa, e aquele Parlamentar subiu a esta tribuna porque um filho

seu estava sendo escorraçado pela imprensa porque havia sido envolvido em um episódio lamentável. E aqui desta tribuna, aquele colega Parlamentar chorou copiosamente e pediu a ajuda desta Casa, porque ele não queria aquele destino para o seu filho, como nenhum pai, nenhuma mãe quer, mas que infelizmente este mundo tem os seus caminhos e que às vezes não levam para o objetivo que nós queremos e torcemos para os nossos familiares ou para os familiares dos nossos amigos.

O Secretário da Segurança Pública em 2002 não era Secretário; era Promotor de Justiça do Estado do Paraná, não era o Chefe da PIC. O inquérito foi instaurado e, inclusive, vou solicitar ao meu Líder, Deputado Anibelli, que apresentemos nesta Casa um requerimento pedindo informações para sabermos a história do inquérito: onde ele começou, quem o presidiu e para onde foi encaminhado ainda em 2002, para que a verdade prevaleça e para que infâmias não sejam jogadas contra a honra das pessoas que têm que pagar pelos seus atos, mas absolutamente, não devem pagar por aquilo que não fizeram!

(Aplausos)

Concedo um aparte ao Deputado Artagão.

O Sr. Artagão Júnior (PMDB)

V. Exa. Deputado Nereu, coloca muito bem e há pouco conversávamos com o Secretário da Segurança...

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSDB)
(Pela Ordem)

Sra. Presidente, quero pedir que a senhora tome as providências com relação às manifestações que são proibidas aqui em plenário.

A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

Com certeza, está anotado.

O Sr. Artagão Júnior (PMDB)

Retomando o nosso pronunciamento.

O Sr. Delazari, Secretário da Segurança, conversando conosco ao telefone, disse que não será necessário, Deputado Nereu, e caros Deputados, nenhum pedido de esclarecimento porque ele se propõe a fazê-lo de forma imediata. A Dra. Sônia Baggio foi a Delegada responsável pelo inquérito. O Ministério Público pediu o arquivamento do respectivo processo...

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Deputado Artagão, o Inquérito 6953.

O Sr. Artagão Júnior (PMDB)

... com concordância do DD Juiz, Dr. Marcelo Ferreira, que também solicitou o arquivamento do respectivo processo. Sem dúvida alguma, não podemos mais jogar simplesmente denúncias ao vento, porque senão nós

podemos prevaricar, podemos incorrer em erros inaceitáveis a esta Casa Legislativa. Não é possível que o nosso Secretário da Segurança seja, a cada semana, atacado, com falsos como têm sido costumeiramente levantados sobre a sua pessoa, sobre a sua família. E ainda assim, será que um Promotor da PIC, da Procuradoria de Investigação Criminal, seria competente, ou seria poderoso suficientemente para pedir ao Ministério Público que arquivasse um processo ou simplesmente eliminasse qualquer tipo de prova contra o seu irmão?

Seria um Procurador de Justiça do Estado do Paraná capaz de mandar no Poder Judiciário, no Tribunal de Justiça?

Será que um Deputado, ou qualquer outra pessoa tem poder para tanto?

Eu acredito que não, porque nós respeitamos o Poder Judiciário, nós respeitamos o Ministério Público e sabemos que não existe esse tipo de interferência no Ministério Público e no Poder Judiciário, que são órgãos tão conceituados tanto por nós como pela nossa população do Estado do Paraná.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Obrigado, Deputado Artagão, obrigado, Sra. Presidente.

E acrescento ao meu pronunciamento as palavras do Deputado Artagão Júnior.

O SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

Liderança do Governo.

(Declina)

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 46 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 015/2005, de autoria do Deputado Artagão Júnior, constante do expediente, propondo a pavimentação asfáltica no trecho que liga o Município de Inácio Martins ao Distrito de Guará PR-364. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 016/2005, de autoria do Deputado Artagão Júnior, constante do expediente, propondo a pavimentação asfáltica no trecho que liga o Município de Altamira do Paraná e Palmital. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 017/2005, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente, propondo a pavimentação asfáltica no trecho que liga Mato Rico e

Roncador. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei complementar de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Ademir Bier, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº 02 (dois) de autoria do Deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº 02 (dois) de autoria do Deputado Artagão Júnior, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº 03 (três) de autoria do Deputado Mauro Moraes, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1167, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente, solicitando a inversão de Pauta da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª Discussão

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 113/2005, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que cria no calendário oficial do Estado o Dia da Água a ser comemorado no dia 22 de março. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 013/2005, de 15/03/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 113/2005

P A R E C E R :

O projeto de lei de autoria da Deputada Cida Borghetti, tem como finalidade a criação do “Dia da Água”, no calendário comemorativo do Estado do

Paraná, dispondo, inclusive, que as escolas incluirão o tema nos respectivos programas, com lições sobre a importância da preservação dos mananciais de água.

O projeto em análise não está dentre aqueles de competência privativa do Governador do Estado.

Aliás, o artigo 24 da Magna Carta, que prevê as regras de competência concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal, estabelecendo quais as matérias que deverão ser regulamentadas de forma geral por aquela e especifica por estes, determina, no inciso IX, que é competência concorrente entre Estados, Distrito Federal e União legislar concorrentemente sobre educação, cultura, ensino e desporto.

Desta forma, por ser projeto de lei que beneficia à cultura, o ensino e à educação, deve ser aprovado por esta Comissão.

Portanto, meu parecer é favorável à aprovação do projeto em apreço.

Sala das Comissões, em 26.04.2005.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente
ADEMAR TRAIANO - Relator

2ª Discussão

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 114/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 08/2005, que autoriza a transferência de recursos provenientes do superávit financeiro do Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN, para o orçamento próprio do Departamento de Estradas de Rodagem - DER. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA MODIFICATIVA DA CCJ e ADITIVA DA CF. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Em discussão a emenda da CCJ. Em votação.

Aprovada.

Em discussão a emenda da Comissão de Finanças.

Aprovada.

Em discussão o projeto. Em votação.

Aprovado, artigo por artigo.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 009/2004, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que institui o Fundo de Preservação do Parque Estadual de Vila Velha - FUNPREVIVE. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CEMA. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

3ª Discussão

ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 040/2005, de autoria dos Deputados Natálio Stica e Hermas Brandão, que dispõe sobre a cassação da inscrição no cadastro de con-

tribuintes do ICMS, do estabelecimento que comercializar, na forma específica, combustíveis em desacordo com o órgão regulador competente (combustível adulterado) conforme especifica. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CAIC. COM EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovado o Substitutivo Geral do Plenário.****

Projeto - **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 543/2003, de autoria do Deputado Vanderlei Iensen, que altera a Lei nº 8.852 de 17 de julho de 1988, que proíbe fumar em recintos fechados e dá outras providências. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CSP. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ, À EMENDA Nº 03 E PREJUDICADAS AS EMENDAS Nº 01 E 02 NA FORMA DO SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM SEGUNDA DISCUSSÃO.**

Emendas-**Aprovadas.**

Projeto - **Aprovado.**

Redação Final

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 723/2003, de autoria do Deputado Francisco Bühner, que dispõe sobre a proibição da interrupção no fornecimento de energia elétrica aos consumidores residenciais em inadimplência no Estado do Paraná nas datas que especifica e normatiza a suspensão nas seguintes condições.**Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 723/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica proibida a Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, quando da suspensão do fornecimento de energia elétrica a consumidores residenciais inadimplentes, de retirar o relógio/medidor, bem como efetuar o corte do respectivo serviço na rede externa (calçada, poste, via pública) devendo o mesmo acontecer somente no próprio medidor, exceto quando houver ocorrido fraude.

Art. 2º Fica proibido, também, que a Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, aplique multa punitiva, taxa de religação do serviço ou quaisquer outros valores aos consumidores residenciais para efeito de rea-

tivação do fornecimento de energia suspenso em virtude de inadimplência, exceto por prazo igual ou superior a 90 (noventa) dias transcorridos de sua suspensão.

Art. 3º A Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, deverá, através de campanha de Utilidade Pública, informar com clareza, as normas de suspensão do fornecimento de energia elétrica aos consumidores em inadimplência.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 26.04.2005.

(a) CESAR SELEME

Presidente e Relator

Requerimento nº 1116, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, solicitando destaque para votação em separado da Proposição de Veto nº 059/2004 (**Projeto de Lei Complementar nº 688/2003**), item 02 da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, apenas uma questão de ordem porque a denúncia que nós trouxemos aqui é extremamente grave e nós procuramos colocá-la com toda prudência possível, dentro do possível. Eu fui agredido da tribuna e amanhã trarei aqui, o restante da documentação. Eu nunca farei um ataque pessoal, agora, uma questão gravíssima como essa é claro que envolve problemas familiares. Com todo respeito que tenho à família, nós estamos em busca da segurança do povo paranaense!

Era só isso, Sr. Presidente, porque fui agredido da tribuna.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu gostaria que V. Exa. encaminhasse a esta Presidência também a essas denúncias.

Está em votação a

Discussão Única (Proposições)

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA- da Proposição nº 059/2004, veto aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 688/2003, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que dispõe sobre o funcionamento das Regiões Metropolitanas do Estado do Paraná. **COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OF/CTL/CC nº 137/2004

Curitiba, 26 de julho de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 121/2004, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida

pelo artigo 87, inciso VII e na conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei Complementar nº 688/2003, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo estabelecer princípios para criação de delimitação de atividades mencionadas no artigo 25, da Constituição Federal e nos artigos 21 e seguintes da Constituição Estadual (regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões).

Não há dúvida quanto ao inestimável valor dos estudos e da profundidade das pesquisas que, por certo, antecederam a apresentação do projeto de lei em referência à liberação dessa augusta Assembléia Legislativa, os quais, muito proveitosos, poderão subsidiar futuras disposições sobre o tema. Louvável, portanto, o trabalho de sua digna autora.

Entretanto, cabe, por outro lado, demonstrar estar a medida maculada por inconstitucionalidade decorrente de vício de iniciativa do processo legislativo, eis que, alterando Estrutura e atribuições de órgãos da administração estadual e por não ter sido proposta pelo Poder executivo, afronta o mandamento contido no artigo 66, inciso IV, da Carta Estadual, segundo o qual *in verbis*.

“Art. 66 Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I -

.....

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública.”

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei Complementar nº 688/2003, encontra-se publicado em Redação Final, no DA nº 097/2003, de 18/11/2003).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO Nº 059/2004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei Complementar nº 688/2003, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que recebeu veto do Sr. Governador do Estado, dispõe sobre o funcionamento das regiões metropolitanas no Estado do Paraná.

Chamada a Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, encontra-se o mesmo em condições de ser apreciado pelo plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.08.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Cleiton Kielse)

(Procede à chamada nominal, para votação do item 02)

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Eu, os Deputados Luiz Nishimori e o Litro, queremos anunciar a presença dos Vereadores Dr. Camargo, Marcelo Teixeira, Luiz Montoja, Elso P. Moreti, Joel Cavalheiro, Vicente Moreira Pinto e Nilson de O. Jorge. As nossas boas-vindas.

Quarenta e dois (42) votantes.

Designo os Deputados Miltinho Pupio, o Ademir Bier e o Duílio Genari para procederem ao escrutínio da votação.

Trinta e dois (32) Deputados votaram NÃO; oito (08) Deputados votaram SIM, e dois (02) Deputados votaram em branco.

Está derrubado o veto do Exmo. Sr. Governador ao Projeto da Deputada Cida Borghetti.

A SRA. CIDA BORGHETTI (PP) (Pela Ordem)

Quero agradecer aos meus colegas Deputados desta Casa, que honraram seus votos e conseguiram nos ajudar a implantar a regulamentação das regiões metropolitanas de Maringá, que eu tenho certeza da importância dessa regulamentação para a qualidade de vida de toda a região de Maringá.

Quero agradecer aos trinta e três companheiros e colegas que entenderam a necessidade da regulamentação da implantação das regiões metropolitanas de Maringá.

Muito obrigada a todos aqueles que nos ajudaram, neste momento, a elevar a qualidade de vida de Maringá e de todo o Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Há Requerimento nº 1121, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, Líder do Governo, constante do expediente, requerendo votação em bloco dos itens 1 e 3 da Ordem do Dia. São vetos apostos ao Projeto de Lei Complementar nº 110/2003 e Projeto de Lei nº 013/2004.

De conformidade com o requerimento acima aprovado:

ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA- da Proposição nº 019/2005, veto apostado ao Projeto de Lei nº 013/2004, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que dispõe sobre a criação e implantação do Índice Paranaense de Responsabilidade Social - IPRS. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 004/2005

Curitiba, 05 de janeiro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 247/2004, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 013/2004, por julgá-lo, contrário ao interesse público, porque considerado desnecessário, conforme razões adiante expostas.

Objetiva o autógrafo a criação e implantação de índice que possibilite acompanhar o desenvolvimento social dos municípios do Estado, denominado “Índice Paranaense de Responsabilidade Social”.

O projeto de lei em referência foi vetado, face estudo feito pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, cujo resultado demonstrou que a pretendida implantação de índice, para utilização no acompanhamento do desenvolvimento de municípios, é desnecessária pelo fato de os órgãos técnicos do Poder Executivo contarem com sistema de ação conjunta que vem ensejando, com toda eficiência, passo a passo, o desenvolvimento social estadual.

No referido estudo da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral é asseverado que:

1 - através da SEDU/PARANACIDADE, já são coletados os dados básicos de cada Município, além dos aspectos econômicos, dos aspectos urbanos, educação e saúde, e podem fazer parte de um rol de indicadores sociais municipais;

2 - Cabe ao IPARDES coletar, relacionar e disponibilizar as estatísticas sociais existentes por município, em conjunto com SEDU/PARANACIDADE;

3 - O IPARDES poderá informar quais os indicadores sociais que já existem por Município do Estado e disponibilizar as informações para o SEDU/PARANACIDADE, que é a Secretaria e órgão responsável pelo desenvolvimento urbano do Estado do Paraná.

4 - A SEDU/PARANACIDADE já faz o acompanhamento das contas municipais, à luz do Estatuto das Cidades e da Legislação Urbana vigente.

5 - Os Municípios, para cumprirem com a Lei de Responsabilidade Fiscal, são obrigados anualmente a submeterem suas contas relativas à fonte e uso dos recursos utilizados pelo Município, onde é possível a extração dos indicadores citados no referido projeto de lei;

6 - Quanto ao atendimento da população de baixa renda os dados são disponibilizados pela COPEL e SANEPAR, o que permite avaliar quantas pessoas de baixa renda são anualmente atendidas pelos programas sociais dessas empresas.

Desta forma, as estatísticas previstas pelo Projeto de Lei nº 013/2004, poderão ser estruturadas pela SEDU/PARANACIDADE e possibilitar que em cada Município, os seus cidadãos e respectivos representantes possam acompanhar o desenvolvimento social de cada cidade do

Estado do Paraná, o que já atende o solicitado no projeto de lei acima referido.”

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 013/2004, encontra-se publicado no DA nº 002/2004, de 17/02/2004).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 019/2005

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 13/2004, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que cria o Índice Paranaense de Responsabilidade Social.

O projeto de lei foi vetado “face estudo feito pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, cujo resultado demonstrou que a pretendida implantação de índice, para utilização no acompanhamento do desenvolvimento de Municípios, é desnecessária pelo fato de os órgãos técnicos do Poder Executivo contarem com sistema de ação conjunta que vem ensejando com toda eficiência, passo a passo, o desenvolvimento social estadual.”

Fundamentação

O veto foi apostado no prazo legal (artigo 71, parágrafo 1º da Constituição Estadual), não havendo óbice em sua tramitação.

Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação por esta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 19.04.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA- da Proposição nº 028/2003, veto apostado ao Projeto de Lei Complementar nº 110/2003, de autoria do Deputado Nereu Moura, que objetiva instituir a Região Metropolitana de Cascavel. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 089/2003

Curitiba, 03 de junho de 2003.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 071/2003, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei Complementar nº

110/2003, por julgá-lo, contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo instituir a região Metropolitana de Cascavel, constituída pelos Municípios de Cascavel, Anahy, Boa Vista da Aparecida, Braganey, Cafelândia, Campo Bonito, Capitão Leônidas Marques, Catanduvas, Céu Azul, Corbéia, Guaraniçu, Ibema, Iguatu, Lindoeste, Santa Lúcia, Santa Tereza do Oeste e Três Barras do Paraná.

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência decorre da impossibilidade de seu acolhimento face prismas e conceitos técnicos contidos em estudos feitos pelo IBGE/IPEA/UNICAMP, no ano de 2002, em cujos fundamentos a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral analisou a situação dos Municípios que comporiam a pretendida região metropolitana, caso este projeto de lei pudesse ser sancionado.

Demonstrando detalhadamente a impossibilidade de adoção da medida em referência e adicionando-se às razões do veto ora apostado, é adiante transcrito o mencionado pronunciamento da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral:

De acordo com o censo demográfico de 2000, o IBGE afirma que a região composta pelos Municípios de Anahy, Boa Vista da Aparecida, Braganey, Cafelândia, Campo Bonito, Capitão Leônidas Marques, Cascavel, Catanduvas, Céu Azul, Corbéia, Guaraniçu, Ibema, Iguatu, Lindoeste, Santa Lúcia, Santa Tereza do Oeste e Três Barras do Paraná perfaz uma população de 388.078 (trezentos e oitenta e oito mil e setenta e oito) habitantes.

Pelo Projeto de Lei Complementar nº 110/2003, esta região poderá ser transformada em área metropolitana, com pretensão de ser estendida futuramente para outros Municípios.

Mas o que é uma região metropolitana? A definição de Região Metropolitana adotada pelo IBGE são as seguintes:

São agrupamentos de municípios limítrofes, que apresentam, cumulativamente, expressiva densidade demográfica, intensas relações de natureza econômica e social, elevado grau de urbanização contínua entre dois ou mais municípios, tendo a presença de uma aglomeração, de uma cidade-pólo regional ou da Capital do Estado que comanda e estrutura a integração regional, além de apresentar considerável grau de especialização e um conjunto de ofertas econômicas e de serviço de alcance superior ao da própria região, caracterizando-se com áreas de influência sobre outras regiões do País.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

O estudo feito em conjunto pelo IBGE/IPEA/UNICAMP no ano de 2002, intitulado “Caracterização e tendências da rede urbana no Brasil”, traz no volume 01 “Configuração atual e tendências da rede urbana” os conceitos básicos para que sejam definidos os tipos de aglomeração urbana no Brasil.

Neste estudo, na página 47, o IBGE considera que para uma região constituir-se como área metropolitana, a mesma deve ter além dos critérios anteriormente nominados, uma população mínima de 800.000 (oitocentos mil) habitantes.

Relativo ao Estado do Paraná, o citado documento afirma na página 60, tabela 07, que Cascavel é uma cidade de porte sub-regional, pois a população dela e de seu entorno urbano estão entre 200.000 (duzentos mil) a 800.000 (oitocentos mil) habitantes, não se caracterizando como uma área metropolitana.

Mas qual a razão para ser criada uma região metropolitana? A Constituição Federal é clara neste sentido e em seu artigo 25, parágrafo 3º, explicita-se que:

“Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum”.

A Constituição do Paraná, em seus artigos 21 e 22 dispõe sobre este assunto ao afirmar que:

“O Estado instituirá, mediante lei complementar, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, assegurando-se a participação dos municípios envolvidos e da sociedade civil organizada na gestão regional.

O planejamento das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, deverá adequar-se às diretrizes de desenvolvimento do Estado.”

No Programa de Governo para o período 2003-2006, contido no documento intitulado “A Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná”, apresentada aos Srs. Prefeitos na data de 31 de março de 2003, está estruturada em três linhas estratégicas:

- a) desenvolvimento urbano;
- b) desenvolvimento regional;
- c) desenvolvimento institucional.

Especificamente para o Município de Cascavel, o citado documento que oficializa a política para os Municípios e regiões do Estado do Paraná, prevê um Plano de Desenvolvimento Integrado - PDI da Região de Cascavel - Toledo - Foz do Iguaçu, através do Programa “Estruturação Integrada das Grandes Aglomerações” p.04 com um conjunto de ações voltadas para:

- a) ordenação do espaço com suporte dos ecossistemas;
- b) adequação da infra-estrutura e serviços urbanos (sistema viário, transporte de passageiros, energia, saneamento, telecomunicações);
- c) adequação dos equipamentos e serviços sociais (educação, saúde, segurança, cultura, esporte, lazer);
- d) acesso à habitação e melhoria das condições de habitabilidade;

e) reordenamento institucional do planejamento.

No que diz respeito às cidades consideradas de médio porte no citado documento por atingirem mais de 20.000 (vinte mil) habitantes, além de estarem inseridas nas ações anteriormente descritas, estes municípios terão apoio na formulação de seu Plano Diretor Municipal, que é a peça chave para o reordenamento do processo sócio-econômico de desenvolvimento voltado para a inclusão social, geração de emprego e renda e desenvolvimento vocacional sustentado.

O Plano Diretor Municipal deve abranger a análise:

- a) das condições do território municipal (contexto regional e local);
- b) dos cenários e tendências demográficas, econômicas, sociais, condicionantes ambientais para os próximos 10 anos;
- c) do contexto institucional de planejamento;
- d) do acesso da comunidade e equipamentos e serviços urbanos por bairro;
- e) das áreas ocupadas irregularmente e áreas de risco ambiental.

A partir desta análise, o Município poderá instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano e meio ambiente envolvendo questões relativas ao saneamento básico, estruturação de projetos de urbanização, regularização fundiária, entre outras. Poderá definir/melhorar as leis de suporte ao Plano Diretor, as metas e instrumentos de avaliação dos programas municipais e diagnosticar as necessidades do município para que sejam incluídas no PPA - Plano Plurianual de Investimento 2004/2007.

No caso dos Municípios desta região que tenham uma população abaixo de vinte mil habitantes, a peça-chave para a estruturação de seu desenvolvimento é o Zoneamento Municipal. Este deve identificar:

- a) as necessidades ambientais do município;
- b) as tendências gerais de crescimento da malha urbana para poder dimensionar local para instalar equipamentos e providenciar obras de infra-estrutura;
- c) o controle do uso do solo em áreas ambientalmente protegidas para evitar ocupação irregular, direcionando o crescimento urbano para áreas mais apropriadas;
- d) as formas como o Município poderá realizar a sua integração regional e interregional, visando sua articulação em nível estadual.

Com o exposto anteriormente, pode-se verificar que não há necessidade de implantar a Região Metropolitana de Cascavel, pois:

- a) já existe a Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná no período de 2003-2006;
- b) a região não possui a população mínima para constituir uma Região Metropolitana;
- c) criar uma nova Região Metropolitana vai significar custos adicionais ao Estado do Paraná, valores estes que os municípios não devem dispor para eles mesmos

bancarem este tipo de investimento, tanto em obras civis como em pessoal, equipamentos, instalações, etc.

Concluindo, a região solicitante deve inserir-se nos programas previstos na Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná no período de 2003-2006, utilizar o capital social já existente neste território e buscar organizar suas respectivas gestões municipais, direcionando para aproveitar os recursos e potencialidades existentes e complementando-as com ações previstas no Plano de Governo do período 2003-2006. Não há, portanto, justificativa suficiente e necessária para que seja criada a referida região metropolitana, pois os organismos e estruturas públicas já existentes podem contribuir para a ampliação do desenvolvimento desta e de outras regiões do Estado do Paraná."

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei Complementar nº 110/2003 encontra-se publicado no DA nº 006/2003, de 17/03/2003).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO Nº 028/2003

P A R E C E R :

A proposição de veto ao Projeto de Lei Complementar nº 110/2003, de autoria do nobre Deputado Nereu Moura, cujo objetivo é o de instituir a Região Metropolitana de Cascavel, teve sua última votação aprovada nesta Casa de Leis em 5 de maio último e foi encaminhado à sanção governamental no dia 14 do mesmo mês.

Usando da prerrogativa que lhe é constitucionalmente conferida, o Sr. Governador vetou integralmente o projeto de lei, por convicção que externou em suas razões de veto, e obedecendo os prazos estipulados no artigo 71 da Magna Carta Constitucional, devolveu o autógrafo a este Poder Legislativo no dia 4 deste mês.

Cumpridos os ditames constitucionais e regimentais, a proposição de veto em apreço está em condições de ser encaminhada para discussão e votação em Plenário.

Sala das Comissões, em 17.06.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

Solicito ao Sr. Secretário Ademir Bier, que proceda à chamada dos Srs. Deputados para votação.

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Dobrandino da Silva.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Solicito à Base de Apoio do Governo, que queremos, por orientação do Governador, manter esses dois vetos.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Ademir Bier**)
(**Procede à chamada nominal**)

O SR. MARCOS ISFER (PPS) (**Pela Ordem**)

Gostaria de registrar a presença do Prefeito Edson Baget, de Pérola do Oeste, e do Vereador Maninho Rossoni.

Sejam bem-vindos!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Convido os Deputados Geraldo Cartário e André Vargas, para o escrutínio dos votos.

Trinta e quatro Deputados votaram pela manutenção de veto. Oito, pela derrubada e um, em branco.

Estão mantidos os vetos do Sr. Governador dos itens 03 e 01.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1131, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB) (**Questão de Ordem**)

Sr. Presidente, o jornalista Arnaldo Cruz, Diretor de Redação da Gazeta do Povo, que nos deixou depois de grave enfermidade - foi operado dos pulmões e não resistiu - é uma dessas figuras insígnies que deixam um vácuo na sociedade quando se retiram desta vida mortal.

Advogado e jornalista, Arnaldo Cruz há trinta anos criou a Associação de Defesa dos Consumidores, a famosa ADOC, que aqui em Curitiba fez um trabalho notável. Essa associação de defesa dos consumidores criou a consciência que depois gerou, em âmbito nacional, o Código de Defesa do Consumidor.

A perda do jornalista Arnaldo Cruz é irreparável do ponto de vista ético, porque ele jamais deixou que a velocidade da informação atrapalhasse o seu compromisso com a verdade e os seus produtos jornalísticos. Não deixou deveres sem cumprir. Sua tarefa de amor foi a primeira. Agora, Arnaldo Cruz pertence à eterna primavera.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente.

Apenas para lamentar a minha ausência na votação do projeto da Deputada Cida Borghetti. Quero parabenizá-la pela derrubada do veto e lamentar a manutenção do veto em relação à região de Cascavel. Não pude encaminhar a votação, mas não poderia deixar de pronunciar-me no sentido de que acho que a região de Cascavel é que perde com a manutenção do veto.

Quero reforçar aquilo que o Deputado Dobrandino nos solicitou por telefone, porque tive um problema de voo de São Paulo, no sentido de retirada da Emenda que tratava da rodovia Carlos Strass assumindo conosco um

compromisso de encaminhar a execução dessa obra, já comprometida pelo Governador, já que há recursos para tanto.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Requerimento nº 1117, de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1119, de autoria do Deputado Carlos Simões, constante do expediente. **Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).**

Requerimento nº 1120, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1123 e 1134, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1124, de autoria do Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1130 a 1133, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1132, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).**

Requerimento nº 1143, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 1135, de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1136 e 1147, de autoria do Deputado Rafael Greca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1137 a 1139, 1141, 1142, 1144 a 1146, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1140, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1149, 1158, 1171 e 1172, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1152, 1153 e 1154, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1155 e 1174, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1156, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1157, de autoria do Deputado Delegado Bradock, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1159 a 1165 e 1170, de autoria do Deputado Cesar Seleme, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1166, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Explicações Pessoais:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Deputado José Domingos Scarpellini, inscrito.

Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Vimos há anos atrás, lá em Brasília, o índio Pataxó por nome Gaudino, ser brutalmente assassinado de uma maneira cruel, por jovens que, não tendo o respeito, o conhecimento e a filosofia de vida necessária, atearam-lhe fogo, jogando gasolina e álcool.

Estivemos em Brasília esta semana, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e vimos os índios voltando ao Plenário da Câmara e nas comissões gritando pelas demarcações de suas terras públicas, a exemplo do que já tinha feito lá o cacique Mário Juruna, como Deputado Federal, no ano de 1982, mandato que lhe foi consagrado pelo povo progressista do Rio de Janeiro.

Vimos a luta dos índios e a luta dos povos à demarcação das terras que ainda não se viu fazer, no seu grande todo, neste País, mas vimos, Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados aqui presentes, o índio Gaudino, pataxó, da Bahia e do território de Santa Cruz, originariamente chamada Terra de Pindorama - que foi o primeiro nome do Brasil - ser um mártir e vimos que as punições, mesmo que de leve, aconteceram a quem incendiou o índio.

Hoje, aqui, nesta Casa, estamos a ver que as punições não acontecem em todos os graus. Vimos que o irmão do Secretário da Segurança Pública e filho do Ouvidor-Secretário do Estado não foi devidamente punido. Amanhã vamos usar aquele expediente da tribuna desta Assembléia, para fazermos aqui uma análise jurídica sobre os fatos que envolveram o irmão do Secretário.

Quero dizer que seria oportuno até a convocação do pai do Secretário e do mesmo, para virem aqui a esta Assembléia esclarecerem esse fato, porque o pai do Secretário, na época, era Procurador da PIC e a PIC é quem deve investigar e controlar o narcotráfico e que deve ter um controle externo sobre os policiais envolvidos nessas operações. E na época a PIC, que tinha lá o Procurador, que hoje é Secretário-Ouvidor, que por coincidência ou não é pai do Secretário da Segurança, não tomaram as medidas necessárias para se investigar pro-

fundamente quem deveria, naquele dia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ser autuado em flagrante delito.

E quero explicar aqui o que foi que realmente aconteceu. O irmão do Secretário da Segurança vai até a Penitenciária do Ahu para levar uma peça de roupa ou algumas peças de roupa para um traficante que lá estava preso. O traficante preso e o Delazari, irmão do Secretário e filho do Ouvidor chega, juntamente com um advogado, e diz: eu sou estagiário e estou aqui com um advogado e viemos trazer estas roupas para o preso. E aí na vistoria, no exame que é feito na roupa, são encontrados doze papелotes de cocaína escondidos, pregados por dentro da barra da calça que ele, Delazari, estava levando para o preso! E dali ele sai preso e é conduzido ao 4º Distrito para ser autuado em flagrante, juntamente com o advogado que estava com ele e ele, estagiário de Direito! E lá no 4º Distrito, o que acontece, Sr. Presidente, Srs. Deputados?

Ao invés de se lavar o flagrante, é feito apenas um termo circunstanciado, que contraria frontalmente a lei, pois doze papелotes de cocaína são suficientes para colocar na cadeia qualquer cidadão do Brasil ou fora do Brasil, não por uso ou por consumo, mas por tráfico de entorpecente. E aí se faz o termo circunstanciado! Certamente a Delegada errou já premeditadamente - vou dizer - porque não cabia o termo circunstanciado, se ali estava a quantidade suficiente para o flagrante por tráfico e aquilo que deveria ser um inquérito policial, sobe para a Justiça apenas como uma peça mal instruída e mal preparada! O Promotor Público não teve o cuidado, certamente, de mandar devolver aquela peça mal instruída e mal formada pela Polícia Civil, comandada pela Delegada Baggio, que deveria ter instaurado o flagrante e ter mandato para a Promotoria um inquérito policial robusto e não pobre de provas, como ele fez! E aí, o que aconteceu?

Arquive-se por falta de provas.

E a cocaína que estava na barra da calça, os doze papелotes, foram para aonde?

Disse aqui o 1º Secretário que estamos vindo aqui para fazer fumaça. Fumaça faz quem vai traficar, que é o famoso fumacê - quando vai se traficar maconha. E não a denúncia como foi feita aqui pelo nosso Líder, pelo Líder da Oposição, Deputado Rossoni, que colocou a coisa no impessoal, não tinha ali nada de se machucar "A" ou "B". No entanto, a delegação de Colorado que aqui estava, que também já foi beneficiada pelas ações do Secretário da Segurança nos grampos telefônicos que por lá foram feitos durante a campanha eleitoral, aplaudiu o pronunciamento do 1º Secretário - Nereu Moura, que, em uma defesa muito bem posta, colocou as coisas e os pingos nos "is". Só que não foi explicado ao Deputado Nereu Moura que o inquérito subiu já furado para a Promotoria Pública, que encaminhou ao MM. Juiz, que, "diante da falta de provas, arquive-se."

Nós vamos voltar amanhã, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e queremos esclarecer ao Paraná, que não

se puna apenas filhos de pescadores em Paranaguá, filhos de bóias-frias em Colorado, ou em Rolândia, ou em Apucarana, ou lá em Ponta Grossa. Precisa-se punir o acadêmico de Direito, irmão do Secretário, filho do Ouvidor Geral do Estado, que de uma maneira afron-tosa vai à penitenciária pública levar cocaína para um traficante que está preso lá dentro! Depois, a Delegada que recebe, conduzido pela Polícia Militar, apenas faz um termo circunstanciado e não faz o auto de flagrante delito!

Será que vamos continuar punindo apenas os pobres, os negros e os desvalidos? Ou vamos punir a todos de maneira igual? É o que estabelece a Constituição quando fala de igualdade. Nós queremos, através da Comissão que eu presido, a Comissão de Direitos Humanos Cidadania e Defesa do Consumidor (não o consumidor de drogas, o consumidor de cocaína, o consumidor de maconha), nós queremos, através dessa comissão, pedir ao Sr. Governador do Estado do Paraná, que diz que lugar de bandido e de criminoso é na cadeia que ele, como Governador, ajude nessa investigação que nós vamos fazer, paralelamente aqui pela Comissão de Segurança da Assembléia, onde o Deputado Bradock é o Presidente.

E eu acredito que nós ainda vamos apurar os fatos que aconteceram nesse dia, aonde um traficante não foi autuado em flagrante e por isso ele não está preso! E ainda tem gente que quer aparecer aqui e transformar o traficante em herói do dia...

Sr. Presidente, Srs. Deputados, amanhã voltaremos com o assunto. E eu espero que a Assembléia Legislativa do Paraná, pelas mãos honrosas do nosso Presidente, Hermas Brandão, por Deputados como Neivo Beraldin, que aí está, por Deputados como Luiz Nishimori, nossos Parlamentares que aqui estão e que certamente ouvirão o Deputado Anibelli que irá consagrar amanhã, votando a favor de uma investigação que nós vamos aqui propor.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o nosso muito obrigado!

Ordem do Dia da próxima Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Ordinária, marcando outra para terça-feira, dia 03, à hora regimental, com a seguinte:

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 043/2003, 075/2004, 013 e 022/2005.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei Complementar nº 485/2004.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 114/2005.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 221/2003, 493/2004, 024, 025, 095 e 044/2005.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação n 013/2005.

Levanta-se a Sessão.

Transcrições:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO CARLOS SIMÕES EM SESSÃO DO DIA 02 DE ABRIL DE 2005.

Entrevista I&C

Geraldo Serathiuk - Delegado Regional do Trabalho Paraná

Passados alguns anos da industrialização, principalmente na Região Metropolitana de Curitiba, estamos caminhando para ser uma São Paulo em questões trabalhistas ou não?

R. É importante destacar que o processo de industrialização foi feito sem planejamento, atraindo milhares de pessoas da região rural, sem qualificação para trabalhar num setor de alta tecnologia, jogando as pessoas no desemprego e em condições de habitabilidade desumana, atingindo fortemente o meio ambiente da região. Entendo também que ter dado crédito e incentivos fiscais para empresas internacionais foi um erro, pois quebraram muitas empresas paranaenses tradicionais. Bem como os municípios que viram sua população dobrar na sua grande maioria não tiveram aumento nos seus orçamentos para enfrentar a maior demanda por serviços e equipamentos públicos. A exceção de Curitiba, Araucária e São José dos Pinhais que receberam as plantas industriais. Por isso vivemos com quase 200 mil desempregados na região segundo o DIEESE e conseqüentemente com índices de alta criminalidade. E mesmo com a retomada do crescimento vemos que 70% do emprego esta sendo gerado no interior, o que é bom, pois evita o êxodo, mas não vejo saída de curto prazo para esta população que vive nas periferias com baixa qualificação. Senão através de grandes programas de obras públicas que a arregimentasse para mutirões habitacionais, ambientais, saneamento entre outros. Por isso vejo a urgência de se pensar em uma saída para esta problemática social para não chegarmos a ser uma São Paulo ou um Rio de Janeiro. Pois não basta somente polícia.

E no campo, como está o relacionamento, principalmente nas cooperativas?

R. É evidente que o emprego gerado no Paraná é em grande parte fruto das políticas de apoio às exportações do Governo Federal. Pois a retomada do cresci-

mento inicialmente foi fruto do mercado externo. Entre as quais a exportação dos produtos primários da agricultura, que pela Lei Kandir não agrega valor à economia do Estado. E as cooperativas que industrializam são importantes, pois agregam valor nos orçamentos dos municípios e do Estado. Mas acredito que já começamos a ver no relatório de geração de emprego os efeitos positivos da política fiscal do Governo Estadual e com a retomada do crescimento do país a melhoria da renda que aumenta o consumo interno. Mas vejo com preocupação a situação dos trabalhadores no campo do Paraná. Temos em média 70% de informalidade, por consequência da sub-notificação dos acidentes e mortes e por consequência falta de cobertura previdenciária. Lamentavelmente este país tem uma legislação trabalhista feita para o setor industrial e do comércio que dificulta o produtor rural aplicá-la devido a fatores típicos da agricultura em decorrência da rotatividade e a sazonalidade no sistema produtivo. Entendo que o Parlamento brasileiro tem que encontrar uma saída legislativa para este cenário.

Hoje, o país tem 18 mil sindicatos, a reforma sindical pode tomar o gerenciamento e a fiscalização mais eficaz?

R. Lamentavelmente o Brasil perdeu a oportunidade na constituinte de 1988 de construir um modelo sindical mais concentrado e representativo. Se no caso dos partidos deu liberdade e autonomia, institui um sistema de prestação de contas, alternância democrática de poder e de representatividade com a cláusula de barreira. No caso dos sindicatos deu liberdade e autonomia com restrições e acabou não criando um sistema que procurasse a representatividade, a transparência de gestão e de alternância de poder. E assim vivemos com um excesso de sindicatos que é muito ruim para o país. Pois os sindicatos além de discutir somente cláusulas econômicas deveriam estar discutindo de forma específica os problemas de cada cadeia produtiva, envolvendo problemas de renda, saúde e segurança do trabalho, e também a situação do crédito, qualificação e as políticas fiscais. Mas não é isso o que acontece. Acho que este modelo sindical não ajuda a construirmos um modelo de desenvolvimento democrático.

De um lado os empregados protestam contra a reforma, de outro lado os empresários dizem temer uma República Sindical. O PT não está conseguindo desagradar Gregos e Troianos?

R. Temos que entender que muita gente ganha a vida em torno deste sistema sindical brasileiro. E quer que ele permaneça aí eternamente. Só que o Brasil, os trabalhadores e empresários não ganham. Pelo contrário são vítimas deste sistema sindical. Não é possível vivermos com um modelo que tem o imposto sindical obrigatório, onde não se precisa prestar contas e nem ter representatividade comprovada. Por isso temos esta quantidade de sindicatos podendo chamar de um sistema

de pluralismo. E a proposta construída no Fórum Nacional do Trabalho com a participação tripartite cria um sistema para acabar com este quadro, de excesso de sindicatos sem representatividades e com a garantia fácil do imposto sindical obrigatório. E é evidente que quem vive deste modelo atual vai reagir.

Mas a questão parece ser de como acabar a burocracia e a rigidez para criar empregos no Brasil. Estudos feitos nos EUA, nas universidades de Yale e Harvard, apontam neste sentido.

R. As revoluções francesa, inglesa, americana foram revoluções tributárias e daí surgiu os parlamentos com participação dos empresários e trabalhadores, restringindo o poder dos nobres cobradores de impostos excessivos. No Brasil os empresários reclamam do custo Brasil e da carga tributária. E eu não tenho dúvida nenhuma que isto tem causas. Por exemplo, o custo dos acidentes de trabalho e mortes no sistema produtivo que gera uma conta previdenciária muito alta, por falta de políticas de proteção ao trabalhador. Também as estruturas estatais brasileiras, que tem excesso de órgãos federais, secretarias e de prefeituras. O custo que o setor produtivo brasileiro paga também é o custo da máquina pública brasileira inchada, que foi sendo construída no Brasil pelo fato de ter um sistema político partidário deformado, construído no período autoritário, e que muitos que gritam hoje ajudaram a construir. Ou seja, o Brasil aprovou uma constituição parlamentarista em 1988 e depois optou pelo presidencialismo. E isso é relevante, pois o Brasil manteve o sistema representativo deformado do período autoritário e como é dos poucos países que tem um Senado Federal como casa revisora de tudo, onde 65 milhões de eleitores elegem 22 senadores e 46 milhões de eleitores elegem 59 senadores. Tem uma Câmara Federal onde 65 milhões de eleitores elegem 250 deputados e 47 milhões de eleitores elegem 263 deputados, por consequência para manter a maioria qualquer presidente tem que negociar com os parlamentares originário deste sistema representativo deformado, onde um eleitor do Paraná vale quinze vezes menos que um eleitor do norte ou do centro oeste. E para manter a maioria parlamentar se cria ministério, estados, municípios e se contrata funcionários e se cria estrutura. E daí nasce o custo Brasil e a carga tributária para pagar esta conta presente e autuarias futura. Não tenho dúvida nenhuma, ou investimos mais em prevenção de acidentes de trabalho e fazemos uma reforma do Estado e política ou vamos ficar dando voltas por muito tempo. E sempre se aumentará a carga tributária para pagar esta conta.

O senhor acredita que a reforma sindical acabará com o velho conflito entre capital e trabalho?

R. O mundo já se convenceu que a sociedade de mercado foi uma conquista humana e não do capitalismo. Pois mercado já existia desde os tempos da idade da pedra. O que o homem viu é que o mercado serve para

aperfeiçoar processos e premiar o trabalho. Só que o mercado não pode estar acima da sociedade e dos direitos humanos, estamos naquela fase de encontrar um rosto humanizado para o mercado, com a criação da empresa responsável socialmente e da economia solidária. Este é o momento no sistema produtivo. Acredito que a reforma sindical, trará sindicatos fortes e representativos e o Brasil poderá construir um modelo de negociação coletiva, mediação e arbitragem, tirando da justiça do trabalho este papel de solução de conflitos individuais de desempregados, reservando à Justiça do Trabalho uma função nobre da solução dos conflitos de direito individual e coletivo.

Entendo que o Brasil está tendo uma oportunidade histórica de construir o direito coletivo do trabalho e tenho certeza absoluta que é bom para os trabalhadores e para os empresários. E isso já tem se mostrado bem nas câmaras de mediação e mesmo nas empresas que admitem a organização dos trabalhadores no local de trabalho, que acabam sendo instrumentos importantes na solução dos conflitos. E aí estaremos construindo uma sociedade de mercado solidária fruto do direito coletivo.

Dois pontos são polêmicos na reforma, a representação sindical em empresas com mais de trinta empregados e a possibilidade dos sindicatos acionarem as empresas sem delegação específica dos trabalhadores, qual a sua posição?

R. Há vinte anos quem queria montar um CIPA em uma empresa era considerado um subversivo. Hoje a CIPA ajuda a diminuir custos, a melhorar processos de produção e melhorar a competitividade, além é claro de proteger o trabalhador. O que mostra que a democracia não só veio para o setor público, mas também foi incorporado no setor privado. E isso é bom. Por isso a representação dos trabalhadores na empresa vai resolver conflitos internamente, evitando demanda judicial e ajudando no desenvolvimento democrático de gestão. Bem, como os sindicatos podem representar sem delegação, não deve ser entendido no marco legal atual, e sim num sistema onde o direito coletivo vai estar estruturado e regulamentado.

Onde o sindicato não vai ficar demandando a “Deus dará” sem fundamento. Pelo contrário, tudo isso terá previsão legal e penalização pelos excessos cometidos. Afinal se pretende construir um direito coletivo com regras que trarão direitos, mas também obrigações e responsabilidades. Já basta a experiência de dar o direito de greve aos servidores públicos sem regulamentar e obrigar o setor público negociar. O que restou foi à alternativa da greve. E no meio do caminho veio a LRF que diz que o gestor público não pode conceder melhorias salariais acima de determinados parâmetros. E neste meio da omissão legislativa para a sociedade. É preciso lei e regulamentação.

Um velho pensamento do Presidente Lula é que a negociação só prevalece com o fortalecimento das cen-

trais sindicais, a exemplo da Alemanha. O caminho para o Brasil será o mesmo?

R. Já se tentou construir contratos coletivos nacionais no Brasil. Falhou porque não temos um movimento sindical forte, concentrado e representativo. O reconhecimento legal das centrais e a estruturação do movimento sindical, com bases em critérios de representatividade, vão concentrar e enxugar o movimento sindical brasileiro, e vai fazer surgir um cenário para a negociação coletiva. Mas isso é um cenário futuro que devemos aperfeiçoar levando em conta situações de cadeia produtiva e padrões de desenvolvimento regional. Acredito que com a implantação deste modelo sindical e de negociações coletivas surgiram fatos que demandaram novas regulamentações e aperfeiçoamentos legislativos normais a um modelo em construção.

Da maneira que esta proposta, a reforma sindical transfere poderes do sistema patronal para o sistema profissional?

R. O Brasil precisa entender que a repressão ao movimento sindical e aos partidos fez o país perder capital humano durante décadas e isso foi ruim para o nosso desenvolvimento. A reforma visa construir um modelo sindical de trabalhadores e empresários representativo, transparente e moralizado. Com liberdade e autonomia, sem interveniência do Estado. Para que as cadeias produtivas tenham políticas salariais, de crédito, qualificação e fiscais melhores. O objetivo não é enfraquecer o movimento sindical, pelo contrário é fazê-lo mais democrático e por consequência mais representativo. O Brasil e os EUA em séculos passados tinham o mesmo nível de renda percapta. E hoje os EUA têm maior renda percapta e 70% do seu PIB fruto da poupança dos fundos de pensões sindicais. Os EUA são o que são, porque tiveram coragem no início do século passado de construir um modelo sindical e partidário democrático e por consequência um sistema de poupança coletivo. Ou fazemos isso ou vamos nos arrastar, como nos ensinou Celso Furtado em sua obra. É só ver os níveis de poupança de nosso país para chegarmos a esta dura constatação. Não foi por acaso que o Presidente Lula regulamentou os fundos de pensões sindicais que foram destruídos no regime autoritário, fruto de desvios causados pela falta de democracia e conseqüente fiscalização democrática.

Palavras do Presidente da Câmara Brasileira de Indústria, Paulo Safady Simão: não adianta negociar, temos que detonar o Projeto. Sua opinião?

R. Quem for a favor do imposto sindical obrigatório, sem sistema de prestação de contas, quem for a favor do excesso de sindicatos sem representatividade, sem transparência no processo de gestão de alternância de poder democrática. Quem for contra se implantar um direito coletivo, com a estruturação de uma sistema de negociação coletiva, mediação e arbitragem. Realmente vai detonar o projeto.

Mas tem também empresário moderado, Armando Monteiro, Presidente da CNI é de opinião que é preciso acelerar a discussão. Para que lado a questão caminhará?

R. Caminhará para o consenso do Fórum Nacional do Trabalho tripartite que disse que devemos ter um novo modelo de financiamento do movimento sindical, um sistema de prestação de contas, um sistema de representatividade comprovada mínima, um sistema de gestão transparente e de alternância de poder democrática no movimento sindical. E a construção de um sistema de direito coletivo.

E os Parlamentares que analisarão as matérias mas especificamente a Comissão Especial, terá sintonia com o setor produtivo?

R. Não acredito que seja bom para o setor produtivo um movimento sindical sem representatividade. Você pode ganhar com isso no curto prazo, mas no longo prazo, isso é prejudicial para o desenvolvimento do país. É só ver o mundo. Os países mais democráticos são os mais desenvolvidos. Se quisermos ser desenvolvidos temos que democratizar o movimento sindical e as relações de trabalho, do contrário, vamos amargar um longo caminho. Temos que ter coragem e enfrentar as corporações que ganham com este modelo.

E a reforma trabalhista? É uma questão de desregulamentar ao máximo a legislação?

R. Da mesma forma que entendo que a Justiça do Trabalho cumpriu um papel histórico na consolidação do direito do trabalho no Brasil. Entendo que o objetivo da reforma não é abrir mão de direitos constitucionalizados.

A reforma sindical é um capítulo da reforma da CLT, e por isso a reforma sindical é uma reforma trabalhista. E por consequência deste novo modelo com sindicatos fortes e representativos e de um novo modelo de direito coletivo, negociação, arbitragem e mediação surgiram novas demandas legislativas no campo da legislação trabalhista que de forma democrática teremos que enfrentar.

O País não precisa atrair investidores sem amarras legais?

R. Entendo que o Brasil precisa de um movimento sindical representativo para reorganizar o sistema de crédito, fiscal e de qualificação neste país para construir um modelo de desenvolvimento auto sustentável e com a participação dos investidores internacionais no setor produtivo e não especulativo.

Com o sistema de crédito e fiscal que só ajudou grandes grupos internacionais em detrimento do nacional geramos desemprego e índices de desenvolvimento baixo. Isso foi possível com um movimento sindical fragmentado e sem representatividade. Para construirmos um novo modelo de desenvolvimento democrático só com democracia sindical.

Desde Getúlio não tem nada de novo no setor, no Governo Fernando Henrique Cardoso foi apresentado projeto que permitia o décimo terceiro ser pago em etapas, o projeto passou na Câmara e morreu no Senado. Hoje existe clima para uma mudança mais ampla?

R. Acho que não existe clima para precarização de direitos trabalhistas. Tanto que o Governo do Presidente Lula retirou de pauta todos os projetos no Parlamento que tinham este objetivo. Em razão disso, o setor produtivo deve entender que o governo do Presidente Lula quer sim ajudar na solução dos conflitos individuais através dos representantes sindicais nas empresas, com um sistema de negociação coletiva, mediação e arbitragem. E ao mesmo tempo trabalharmos para dar acesso ao crédito e políticas fiscais aos setores que mais geram empregos e renda, para que o crescimento seja para todos. Pois crescimento pela via autoritária com concentração de renda já tivemos e o povo não quis mais.

E o acordo entre as centrais sindicais para se discutir a legislação trabalhista só depois da reforma sindical?

R. O Fórum Nacional do Trabalho após concluir o projeto de reforma sindical, já está iniciando trabalhos com objetivo de aperfeiçoamento e modernização da legislação trabalhista. Mas reitero que isso não vai significar abrir mão de direito constitucionalizados ou de implantar o tal modelo de negociado acima do legislativo. Mesmo porque temos jurisprudência consolidada prevendo a vigência da norma mais favorável. E Canotilho nos ensinou que devemos defender o princípio da proibição do retrocesso social. O objetivo do governo não é flexibilizar para precarizar. Pelo contrário. Ainda não temos um estágio democrático, com instituições de defesa de direitos e de sindicatos fortes e representativos para largar os trabalhadores ao "Deus dará". Isso não vai acontecer de forma alguma.

O que está obsoleto na CLT?

R. A estrutura sindical e a falta de um direito coletivo regulamentado. E, evidentemente, necessidade de se legislar sobre novos processos de produção, furto das tecnologias de velocidade e dos mercados que trouxe novos paradigmas no setor produtivo e por consequência nas relações de trabalho.

Como a DRT atua hoje no relacionamento patrão e empregados no Paraná?

R. A DRT tem vários tipos de serviços e ações que envolvem a relação entre trabalhadores e empregadores. O setor de fiscalização nas empresas visa regularizar as situações das relações de trabalho e da saúde e segurança no ambiente do trabalho. Os plantões fiscais visam esclarecer as situações decorrentes da relação de trabalho procurando regularizar os conflitos, fazer homologação e rescisões contratuais. Já o setor de relações do trabalho faz o assessoramento nas mesas de negociações e na

regularização dos acordos e convenções coletivas, que são instrumentos extremamente importantes para se evitar os conflitos individuais. Bem como as DRTS sob a orientação do Ministro Ricardo Berzoini estão assumindo novos papéis na área das políticas e qualificação, crédito, emprego e renda, que nos permite dialogar com trabalhadores e empresários sobre o modelo desenvolvimento que o Presidente Lula está construindo. Não por decreto é claro, mas através da participação social.

Como você se define ideologicamente?

R. Sou advogado especializado na área tributária. Minha tese foi à impossibilidade de se fazer uma reforma tributária boa para o setor produtivo e para os trabalhadores a permanecer este sistema político representativo deformado no Brasil. Com os ensinamentos de Juggens Habermas vivo e estudo o mundo institucional, mas prefiro o outro mundo que ele me fez enxergar que é o mundo da vida das pessoas amigas e simples. Nisto Klaus Offe me ensinou a tentar construir um Estado que não seja um mero articulador da acumulação privada. Mas de toda a sociedade. E faço das minhas leituras dos liberais como Havek e Mices estaremos ao lado das leituras de Marx e Berstein, que não dizem em suas obras que devemos ter partidos e sindicatos únicos e tampouco que a sociedade será estatizada.

Afinal, como estudioso da teoria do Estado e dos partidos, não encontrei a idéia de um sistema de partidos, sindicatos e Estado centralizados em suas obras. Mas como trabalhei muito na área de comunicação, fiz viagens acadêmicas pela psicologia, semiótica, cinema e pela filosofia. Mas a minha maior tristeza foi ler Perry Anderson que nos mostrou que o mundo perdeu duas gerações com a guerra fria e a conseqüente implantação de Estados autoritários. E, neste caminho, surgiu à sociedade dos meios de comunicação de massa e de consumo. Com isso a humanidade perdeu capital humano e intelectual e vivemos um pouco esse período em nossas existências. Fico feliz que meus filhos viveram um período melhor com democracia e por conseqüência com crescimento. Isso já emociona, pois sei como foi a vida num período autoritário em nosso país. E quanto pagamos por isso até hoje.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ANTONIO ANIBELLI EM SESSÃO DO DIA 02 DE MAIO DE 2005.

“A Dignidade do Trabalho”

Dom Moacyr José Vitti CSS
Arcebispo Metropolitano de Curitiba.

O Dia do Trabalho é comemorado em todo mundo no dia 1º de Maio, com eventos que procuram ressaltar o significado dessa data, que nasceu de uma luta de trabalhadores por seus direitos. A Igreja irmana-se nessas

comemorações e celebra, nesse dia, a festa de São José Operário, o pai adotivo de Jesus, que sustentou sua família sagrada com o trabalho de carpinteiro. É um dia importante para se refletir sobre essa realidade.

O trabalho é uma forma de realização pessoal, de serviço à comunidade, mas tem também um sentido religioso especial: por ele os homens e as mulheres participam da obra criadora divina. Deus criou o mundo, mas deixou-o inacabado para o seu aperfeiçoamento. É pelo trabalho que realizam essa missão. Por isso, todo o trabalho honesto e que promova a vida é digno e importante. Quanto mais se toma consciência desse valor divino do trabalho, maior importância adquire e mais exigente se torna.

A comemoração desta data também nos leva a questionar a atual realidade socio política, em que os trabalhadores estão sendo insultados em seus direitos. Há um quadro que atenta contra os trabalhadores: o desemprego crescente e a ameaça constante de demissão que levam insegurança e desespero a muitos lares, as tentativas de suprimir direitos trabalhistas conquistados a duras penas, os trabalhos insuficientes, as más condições a que são submetidos muitos operários. O trabalho humano é superior a outros elementos da vida econômica.

Com ele o homem sustenta a própria vida e a dos seus familiares, associa-se aos seus irmãos e os ajuda a exercer a caridade fraterna e a colaborar no aperfeiçoamento da criação divina. Pelo trabalho oferecido a Deus, nós cremos que o homem se associa à própria obra redentora de Jesus Cristo, que conferiu uma dignidade eminente ao trabalho, quando em Nazaré trabalhou com as próprias mãos.

O sentido teológico do trabalho é ressaltado pela Igreja em muitos documentos. E essa dimensão é celebrada na liturgia, quando o sacerdote oferece a Deus pão e vinho - frutos da terra e do trabalho humano que depois se transformarão no Corpo e Sangue de Cristo. As leis devem garantir ao trabalhador seus direitos fundamentais. O mais importante, sem dúvida, é a remuneração justa, de tal modo que se ofereça ao homem a possibilidade de manter dignamente sua vida e a dos seus, contemplando os aspectos material, social, cultural e espiritual.

Também deve-se garantir aos trabalhadores a possibilidade de desenvolver sua personalidade e suas qualidades no exercício de sua profissão. Só assim o trabalho será visto como uma bênção e não como um pesado encargo. Ao celebrarmos essa importante data, devemos refletir sobre o valor e a dignidade do trabalho, procurando exercê-lo com amor e dedicação, na certeza de estarmos participando da obra criadora de Deus. Cumprimos todos os trabalhadores pela sua missão e rogamos, pela intercessão de José Operário, as bênçãos de Deus, a fim de que possamos construir uma nova ordem social e política, em que o trabalho seja um direito de todos, exercido como caminho para a realização pessoal e o serviço à comunidade.

Publicações:

Diretoria Geral

Despacho do Diretor Geral

Processo nº 2042/2005.

Requerente: Regina Trinkel Araújo.

Assunto: Requer anotação em Ficha Funcional.

1) INDEFIRO, nos termos do parecer do Gabinete da Procuradoria.

2) Ao DSE.

3) Ao DA para arquivo.

Curitiba, em 27.04.2005.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Atas de Comissões

Comissão de Constituição e Justiça

COMISSÃO DE FINANÇAS

3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA

5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de abril do ano de dois mil e cinco, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos seguintes Srs. Deputados: André Vargas, Antônio Anibelli, Barbosa Neto, Duílio Genari, Elton Carlos Welter, Luiz Carlos Martins, Ratinho Júnior e Reni Pereira. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a Ata da última reunião ordinária em votação - APROVADA, após solicitação de dispensa de leitura pelo Deputado Ratinho Júnior. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 221/2003, de autoria do Deputado Fernando Ribas Carli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins, na forma da emenda anexa - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 384/2004, de autoria do Deputado Reni Pereira - Introduz alteração na Lei nº 13.976/2002. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ratinho Júnior, na forma da emenda anexa - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 489/2004, de autoria do Deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ratinho Júnior, na forma da emenda anexa - APROVADO, com voto contrário dos Deputados Elton Carlos Welter e André Vargas; 04) Projeto de Lei nº 494/2004, de autoria do Deputado Cleiton Kielse. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 05) Proposição Veto nº 87/2004, de autoria do Poder Executivo. Parecer do Deputado Luiz Carlos Martins, FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 045/2005, de autoria

do Deputado Delegado Bradock. O Deputado Antonio Anibelli solicita vistas - CONCEDIDO pelo Presidente; 07) Projeto de Lei nº 429/2004, de autoria do Deputado André Vargas. O Deputado Luiz Carlos Martins solicita vistas - CONCEDIDO pelo Presidente; 08) Projeto de Lei nº 449/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Elton Carlos Welter, na forma da emenda anexa - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 21/2005, de autoria dos Deputados Augustinho Zucchi e Antonio Anibelli e Projeto de Lei nº 123/2005, de autoria do Deputado Elio Rusch - ambos anexos. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Delegado Bradock, lido pelo Deputado Antonio Anibelli - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 572/2003, de autoria do Deputado Pedro Ivo Ilkiv. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Delegado Bradock, lido pelo Deputado Antonio Anibelli - REJEITADO. O Sr. Presidente coloca em votação o voto em separado do Deputado André Vargas, favorável à matéria - APROVADO, com voto contrário do Deputado Antonio Anibelli; 11) Projeto de Lei nº 90/2005, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Elton Carlos Welter - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 418/2004, de autoria do Deputado Ademar Traiano - Parecer FAVORÁVEL do Deputado Barbosa Neto - APROVADO; 13) Proposição Veto nº 02/2005, de autoria do Poder Executivo - veta o Projeto de Lei nº 205/2004 de autoria do Deputado Ailton Araújo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ademar Traiano, favorável ao encaminhamento a Plenário, lido pelo Deputado Duílio Genari - APROVADO; 14) Proposição-Veto nº 08/2005, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 315/2004, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva. O Deputado Reni Pereira SOLICITA VISTAS - Concedidas pelo Presidente; 15) Proposição-Veto nº 26/2005, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 67/2004 de autoria do Deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Barbosa Neto, favorável ao encaminhamento à Plenário - APROVADO; 16) Proposição-Veto nº 27/2005, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 222/2004, de autoria do Poder Executivo. Parecer do Deputado Barbosa Neto, FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário - APROVADO; 17) Proposição-Veto nº 32/2005, de autoria do Poder Executivo - veta o Projeto de Lei nº 305/2004, de autoria do Deputado Rafael Greca. Parecer do Deputado Luiz Carlos Martins, FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário - APROVADO; 18) Proposição-Veto Parcial nº 33/2005, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 455/2004, de autoria do Deputado Ademir Bier. Parecer do Deputado Luiz Carlos Martins, FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário - APROVADO; 19) Proposição-Veto nº 35/2005, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 301/2003, de autoria do Deputado José Maria Ferreira. Parecer do Deputado Luiz Carlos Martins, FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 91/2005, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do

Deputado Elton Carlos Welter - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 446/2004, de autoria do Deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL do Deputado reni Pereira - APROVADO. O Deputado Antonio Anibelli solicita ao Sr. Presidente relatar oralmente a Mensagem do Governo que trata do leite, uma vez que o projeto está no gabinete do Deputado Delegado Bradock, mas com parecer exarado. O Sr. Presidente submete a solicitação do Deputado Antonio Anibelli aos Srs. Deputados presentes, colocando em votação - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 52/2005, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Delegado Bradock, lido pelo Deputado Antonio Anibelli - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
07ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de dois mil e cinco, reuniu-se na sala de reuniões da Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Ratinho Júnior e com a presença dos Srs. Deputados: Ademar Traiano, Ailton Araújo, Barbosa Neto, Duílio Genari, Elton Carlos Welter, Hermes Fonseca, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Martins, Delegado Bradock, Nelson Justus e Reni Pereira. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a Ata da última reunião ordinária em votação - APROVADA, após solicitação de dispensa da leitura pelo Deputado Delegado Bradock. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 332/2004, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus, na forma da emenda anexa - APROVADO, com voto contrário dos Deputados Hermes Fonseca e Elton Carlos Welter; 02) Projeto de Lei nº 09/2005, de autoria do Deputado Delegado Bradock. Os Deputados Luiz Carlos Martins e Barbosa Neto SOLICITAM VISTAS - Concedidas pelo Presidente; 03) Projeto de Lei nº 23/2005, de autoria do Deputado Rafael Greca. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Luiz Carlos Martins, sugerindo arquivamento - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 51/2005, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 05) Proposição-Veto nº 10/2005, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 589/2003, de autoria do Deputado Luciano Ducci. Parecer do Deputado Elton Carlos Welter, FAVORÁVEL ao encaminhamento a Plenário - APROVADO; 06) Proposição-Veto nº 24/2005, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº

276/2004, de autoria do Deputado Natálio Stica. Parecer do Deputado Elton Carlos Welter, FAVORÁVEL ao encaminhamento a Plenário - APROVADO; 07) Proposição-Veto nº 25/2005, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 54/2004, de autoria do Deputado Tadeu Veneri. Parecer do Deputado Elton Carlos Welter, FAVORÁVEL ao encaminhamento a Plenário - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 19/2005, de autoria do Deputado Jocelito Canto. O Deputado Hermes Fonseca SOLICITA VISTAS - Concedidas pelo Presidente; 09) Projeto de Lei nº 40/2005, de autoria do Deputado Natálio Stica e Projeto de Lei nº 74/2005, de autoria do Deputado Elton Carlos Welter, ambos anexos. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Barbosa Neto à Emenda de Plenário - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 76/2005, de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer CONTRÁRIO do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 81/2005, de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer CONTRÁRIO do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 82/2005, de autoria do Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 83/2005, de autoria do Deputado Alexandre Curi. O Deputado Elton Carlos Welter SOLICITA VISTAS - Concedido pelo Presidente; 14) Projeto de Lei nº 85/2005, de autoria do Deputado Jocelito Canto. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Delegado Bradock - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 94/2005, de autoria do Deputado Luiz Accorsi. O Deputado Elton Carlos Welter SOLICITA VISTAS - Concedido pelo Presidente; 16) Projeto de Lei nº 95/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ademar Traiano - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 96/2005, de autoria do Deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Delegado Bradock - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 97/2005, de autoria do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro. Parecer CONTRÁRIO do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 99/2005, de autoria da Deputada Arlete Caramês. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Elton Carlos Welter, na forma da emenda anexa - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 100/2005, de autoria do Deputado Artagão Júnior e Projeto de Lei nº 112/2005, de autoria da Deputada Arlete Caramês, ambos anexos. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Barbosa Neto - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 110/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Os Deputados José Maria Ferreira e Nelson Justus SOLICITAM VISTAS - Concedidas pelo Presidente; 22) Projeto de Lei nº 111/2005, de autoria dos Deputados Padre Paulo Campos, Tadeu Veneri, Pedro Ivo Ilkiv, André Vargas e Plauto Miró Guimarães. Os Deputados Ailton Araújo e José Maria Ferreira SOLICITAM VISTAS - Concedido pelo Presidente; 23) Projeto de Lei nº 113/2005, de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ademar Traiano - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 115/2005, de autoria do

Deputado Augustinho Zucchi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO, com abstenção de voto do Deputado Hermes Fonseca. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assi-

nada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
Ana Lucia Andretta - Secretária

